

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 29 DE OUTUBRO DE 2015

NÚMERO 6.912

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO  
(PR, PSB E PPS)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
João Amin  
Maurício Eskudlark  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
José Milton Scheffer  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Cesar Valduga  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Luiz Fernando Vampiro  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 091ª Sessão Ordinária realizada em 14/10/2015 ..... 2 Ata da 017ª Sessão Extraordinária realizada em 14/10/2015 ..... 4</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiências Públicas ..... 5 Mensagem Governamental .. 26 Parecer Preliminar ..... 28 Portarias..... 32 Projetos de Lei ..... 34 Projeto de Resolução ..... 36</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## P L E N Á R I O

# ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Julio Ronconi - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio  
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

### Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Parabenizou os funcionários da Fundação de Amparo à Pesquisa - Fapescc - pelo sucesso do projeto Entra21, que há dez anos

oferece cursos de Tecnologia da Informação, em Blumenau, para jovens de baixa renda.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Congratula-se com as entidades que contribuíram para a realização do 1º Seminário Migrações Contemporâneas e Direitos Fundamentais de Trabalhadores e Trabalhadoras em Santa Catarina, ocorrido nos dias 6 e 7 de outubro, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Destaca o VII Seminário Estadual de Agroecologia, em Porto União, realizado nos dias 15 e 16 de outubro, visando à produção agroecológica e os processos de comercialização dos agricultores familiares; e do 12º Congresso Estadual da CUT, ocorrido em São Paulo.

Repudia a ameaça de golpe de estado que ronda a democracia, salientando que pessoas do Judiciário frearam a ação promovida na Câmara dos Deputados para colocar em votação a abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff.

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Cumprimenta todos os educadores pela passagem do Dia do Professor, reconhecendo a necessidade de valorização da categoria. Informa que recebeu a visita da consulesa de Cuba e lembra que esta Casa criou em 2010 a

Frente Parlamentar de Solidariedade a Cuba, afirmando que Santa Catarina tem condições para ampliar as relações econômicas com o referido país. Por fim, relata ter participado da Expoeste, em Chapecó, e parabeniza os organizadores pelo sucesso da feira.

\*\*\*\*\*

### Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Aborda notícias veiculadas sobre o custo das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz, ponderando que é preciso buscar uma nova ligação entre a ilha e o continente que traga mais qualidade de vida à população.

Relata o encontro dos contabilistas de Santa Catarina, destacando o artigo do presidente da Federação dos Contabilistas, sr. Tadeu Oneda, enaltecendo a importância da categoria para a economia brasileira.

Questiona o discurso da presidente Dilma Rousseff na ONU, que causou chacotas em redes sociais e prejudicou o país.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante) - Avalia os comentários publicados e defende a presidente.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Considera que o discurso da presidente foi entendido pelas pessoas cultas e bem informadas.

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador)

- Destaca a fala do ex-presidente do Uruguai sobre a área de livre comércio das Américas, lembrando que os Estados Unidos pretendiam dominar a América Latina. Desaprova o pronunciamento do deputado Maurício Eskudlark e discorre sobre as energias renováveis, que se desenvolveram muito ao longo do tempo, defendendo o discurso da presidenta da República. Lembra que algumas pessoas diziam que não havia necessidade de uma empresa como a Petrobras porque não existia petróleo; e que duvidavam da existência do Aquífero Guarani, entre outros. Salienta que o Brasil necessita de visionários para desenvolver ainda mais tecnologias e que não se deve colocar dinheiro numa ponte que está condenada, referindo à Ponte Hercílio Luz.

Deputada Ana Paula Lima (Aparteante) - Reitera as palavras do deputado Dirceu Dresch.

Partido: PMDB

DEPUTADO MAURO DE NADAL

(Orador) - Faz referência à reunião dos prefeitos municipais do estado, realizada em Florianópolis, para tratar do aumento do repasse dos recursos aos municípios dos três estados do sul.

Refere-se à cadeia produtiva do agronegócio no estado e à destinação de animais mortos nas propriedades, destacando que esse serviço estava sendo feito por empresas clandestinas, mas em virtude de exigências sanitárias foi extinto, acarretando prejuízo aos agricultores catarinenses. Comunica que apresentou um projeto de lei no Parlamento Catarinense que institui a regulamentação dessa atividade, e solicita a derrubada do veto apostado pelo governo do estado.

Partido: PMDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

(Orador) - Comenta a ocorrência de chuva de granizo em Lebon Regis, que destelhou 400 casas, registrando que assim que soube da ocorrência notificou a Defesa Civil e o governador, que imediatamente tomaram providências. Elogia a celeridade com que o governador Raimundo Colombo e o secretário da Defesa Civil, Milton Hobus, deslocaram o efetivo e todo o material necessário para atender às necessidades de uma comunidade que foi duramente castigada.

Frisa que o estado tem sido vítima de intempéries e que, mais do que nunca, fazem-se necessárias medidas preventivas, além da ajuda dirigida às vítimas.

Deputado Rodrigo Minotto

(Aparteante) - Cumprimenta o deputado pela dedicação e pelo empenho, destacando a presteza do secretário da Defesa Civil, Milton Hobus, em atender à população de Lebon Regis.

Deputado Dirceu Dresch (Aparteante)

- Cumprimenta o deputado pelo tema abordado, salientando que o Fundo Estadual da Defesa Civil deve contribuir para a prevenção de ocorrências climáticas, minimizando os seus danos.

Deputado Antônio Aguiar

(Aparteante) - Parabeniza o deputado pela colaboração direta que teve em relação à ocorrência climática em Lebon Regis e região, fazendo com que as providências fossem imediatamente tomadas.

DEPUTADO PADRE PEDRO

BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Discussão o votação em turno único do Projeto de Lei n. 0271/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que declara de utilidade pública o Saga - Instituto de Desenvolvimento Regional, de Chapecó.

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão o votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0117/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que proíbe a realização de Puxadas de Cavalo no estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão o votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0290/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o mês Novembro Dourado, dedicado a ações preventivas e diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, essa lei é muito importante para a conscientização dos nossos adolescentes e da nossa juventude para o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil.

Portanto, o nosso agradecimento a todos os deputados pela aprovação dessa lei.

Obrigado, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Feito o registro.

Pedido de Informação n. 0170/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes, a ser enviado ao presidente da Fatma, solicitando informações acerca da liberação de licença ambiental relativa às obras da Bacia de Evolução do Porto de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0148/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, a ser enviada à presidenta da República, manifestando contrariedade ao programa de reestruturação e de ajuste fiscal do governo no tocante à apropriação de parte considerável de recursos recolhidos pela iniciativa privada e destinados ao Sesi e Senai.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0149/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, a ser enviada à presidenta da República e à ministra da Agricultura, manifestando contrariedade à importação de maçãs da China.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.018/2015, 1.028/2015, 1.029/2015 e 1.030/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 1.020/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 1.021/2015, 1.022/2015 e 1.033/2015, de autoria do deputado Mauricio Eskudlark; 1.023/2015 e 1.027/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1.024/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 1.025/2015 e 1.026/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.031/2015 de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.032/2015 de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Comunica, outrossim, que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0777/2015, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0778/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0779/2015 e 0780/2015 de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0781/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0782/2015, 0783/2015 e 0784/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0785/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0786/2015, 0787/2015 e 0788/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

A Presidência encerra a sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h08.

# ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h08, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Leonel Pavan - Luciane Caminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Gelson Merisio

Mário Marcondes

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e passa à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

\*\*\*\*\*

#### Ordem do Dia

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0117/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que proíbe a realização de Puxadas de Cavalos no estado de Santa Catarina.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente quero agradecer todas as pessoas que aqui estão e aos representantes de ONGs de proteção animal, aos srs. deputados e as sras. deputadas que já votaram no primeiro turno o projeto que proíbe as Puxadas de Cavalos, que desde 2011 estamos discutindo neste parlamento. E no dia de hoje conseguimos concretizar um desejo da população do estado de Santa Catarina.

Historicamente, o ser humano tem visto os animais como coisas, como objetos descartáveis. As Puxadas de Cavalos, que não tem nada a ver com as puxadas de carroças, têm acontecido em vários municípios do estado de Santa Catarina e, graças a Deus, essa Casa de Leis hoje aprovou por unanimidade esse projeto de lei proibindo-as. Maltratar animais é crime! Por isso, quero agradecer pessoalmente todas as pessoas envolvidas e às ONGs de defesa e proteção dos animais, pois foi por causa deles que demos entrada a este projeto, e aos parlamentares desta Casa que fizeram um bom debate, tanto na comissão de Constituição e Justiça quanto na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO

(Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero aqui registrar o meu voto favorável ao projeto da deputada Ana Paula Lima e quero aqui também fazer o registro do empenho da deputada durante esse trabalho nas comissões. Essa realmente é

uma conquista e quero parabenizá-la por todo o trabalho durante o processo.

Deputado Julio Ronconi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Quero também parabenizar a deputada Ana Paula Lima e dizer que, apesar de estar há pouco nesta Casa, recebi vários e-mails pedindo a aprovação desse projeto. Também tive a oportunidade de verificar alguns vídeos na internet a respeito das Puxadas de Cavalos para me interar sobre o assunto e pude perceber que o que acontece é um absurdo. Admira-me essa lei ainda não ter sido aprovada antes. Parabéns a deputada, pois essa é uma legislação que vem em favor dos animais.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado, em segundo turno, por unanimidade, o Projeto de Lei n. 0117/2011.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0290/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o mês Novembro Dourado, dedicado a ações preventivas e diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0150/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, a ser enviado à presidente da República, aos ministros da Casa Civil, da Justiça e ao presidente do Senado Federal, manifestando apoio para a nomeação do desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para ocupar a vaga do ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.019/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao superintendente regional da ANTT, ao diretor-presidente da Autopista Litoral Sul, solicitando informações acerca dos locais onde serão construídas as 39 passarelas prioritárias previstas no contrato de concessão da BR-116/376/PR e BR-101/SC - Trecho Curitiba/Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

#### Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (Orador) - Reconhece o esforço do governador Raimundo Colombo e do secretário João Paulo Kleinübing em

destinar o helicóptero Arcanjo para atender as ocorrências nas festas de outubro, em Blumenau, o que já salvou várias vidas, e apela para que toda a sociedade se mobilize no sentido da permanência do equipamento no município.

Deputada Ana Paula Lima (Aparteante) - Concorde que o helicóptero é um instrumento importante para salvar vidas e coloca-se à disposição.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Enaltece a conquista da deputada Ana Paula Lima quanto ao projeto que proíbe as puxadas de cavalos, e corrobora o pleito do deputado sobre a permanência do helicóptero em Blumenau.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Demonstra satisfação pela aprovação do projeto, de sua autoria, que proíbe a realização, no estado de Santa Catarina, das puxadas de cavalos, considerando as lesões permanentes sofridas pelos animais, e solicita fiscalização para o cumprimento da lei.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Parabeniza a deputada pelo projeto aprovado e pelo seu discurso.

Deputado Serafim Venzon (Aparteante) - Parabeniza a deputada pela defesa do tema e pela aprovação do projeto.

Deputado Cesar Valduga (Aparteante) - Parabeniza a deputada e informa que na cidade de Chapecó também propôs um projeto de lei proibindo tal prática.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima pelo seu trabalho em defesa dos animais. Elogia os membros da comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente pela realização de premiação e divulgação de seminário que envolve crianças e adolescentes. Relata e agradece o empenho dos servidores do cerimonial e toda a estrutura da Casa junto à sociedade catarinense durante a sessão solene em Jaraguá do Sul, que homenageou os descendentes italianos. Tece comentários sobre a audiência pública, realizada em Brasília, e destaca o recebimento de uma rápida resposta do DNIT em relação ao problema com a Funai. Solicita ao secretário de Defesa Civil mais atenção, apesar da crise financeira, ao município de Jaraguá do Sul, em decorrência das enchentes.

Deputado Julio Ronconi (Aparteante) - Ratifica as palavras do deputado.

DEPUTADO JULIO RONCONI (Orador) - Parabeniza o governador pelo projeto que extingue os cargos das secretarias de Desenvolvimento Regional, sugerindo a extinção das respectivas secretarias e a divisão dos recursos gastos com elas, proporcionalmente, entre os municípios catarinenses. Faz alusão às enchentes ocorridas na sua região, destacando que apresentará um projeto para evitar novos alagamentos, e solicita apoio do governo.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Saúda toda a nova diretoria da Associação Comercial e Industrial de Brusque, na pessoa do presidente, Halisson Habitzreuzer.

Cumprimenta também o presidente da Celesc, agradecendo seu empenhado em resolver o problema energético da região de Brusque e Blumenau com a instalação de duas subestações de distribuição de energia, adequando o fornecimento à demanda com o planejamento da compra de um terreno em condições adequadas para a instalação da terceira subestação.

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, a Presidência encerra a sessão e convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA LITORÂNEA SUL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 14H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Cintia Mara Sché Viegas)**

- Autoridades presentes, senhores Deputados, senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública solicitada pelo senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo ao requerimento dos Deputados Estaduais Dirceu Dresch e Doutor Vicente, para debater sobre a implantação da Ferrovia Litorânea Sul no Estado de Santa Catarina.

Através do Ofício 83/2015, o Presidente desta Comissão, Deputado Estadual João Amin, justifica sua ausência a esta audiência pública, solicitando que a mesma seja presidida pelo Deputado Estadual Doutor Vicente.

Para compor a mesa de trabalhos, convidamos o Deputado Estadual Doutor Vicente; o Deputado Estadual Dirceu Dresch; o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; o senhor Mario Cezar de Aguiar, 1º vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); o senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc); o senhor Benoni Schmitz Filho, diretor da Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC); o senhor, diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); o senhor João Maurício de Assumpção Farias, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai); o senhor Fernando Ritter, presidente da Associação Nacional do Transportador e Usuários de Estradas, Rodovias e Ferrovias (Antuerf); e o senhor Gabriel Ribeiro Vieira, secretário executivo de Infraestrutura da SCPar.

Registramos a presença do senhor Alberto Machado, presidente de Relações Institucionais do Porto de Itapoá, de Joinville; da senhora Alessandra dos Santos Júlio, do grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); do senhor Aloir Librelato, membro do Conselho de Administração da Librelato, de Orleans; do senhor André Gaidzinski, presidente em exercício da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc); do senhor Angelo Aurélio Sonaglio, membro da Comissão do Meio Ambiente, Gestão Urbana e Mobilidade da OAB de Palhoça; do senhor Antonio Ayres dos Santos Junior, superintendente do Porto de Itajaí; da senhora Bernadete Ciriaca Karklin, presidente da Associação dos Moradores da Bacia do Maciambu, de Palhoça; do senhor Carlos Augusto Menezes, inspetor regional do Crea-SC, de Tubarão, neste ato representando o senhor Carlos Alberto Kita Xavier, presidente do Crea-SC; do senhor Carlos Becker Fornazza, vice-presidente Regional Sul da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc); do senhor Carlos Lazareti, assessor parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Valmir Comin; do senhor Celso Schürhoff, gerente de Planejamento da Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC); do senhor César Smielewski, presidente da Associação Empresarial de Criciúma; do senhor Charles Gerati, assessor parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Serafim Venzon; do senhor Claudemir Matias Francisco, Prefeito de Barra Velha; do senhor Diego Gonçalves Pereira, diretor de Eventos do Núcleo Jovem da Associação Empresarial de Araranguá e do Extremo Sul Catarinense (Aciva); do engenheiro João José dos Santos, superintendente do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina; do senhor Fabiano João, assessor parlamentar, neste ato representando o Vereador Edinon Manoel da Rosa, de Florianópolis; do senhor Gustavo Ginjo, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Jaraguá do Sul; da senhora Janete Ely, assessora parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Cesar Valduga; do senhor Joi Luiz Daniel, vice-presidente do Setor de Prestação de Serviços da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc); da senhora Lilian Maria Mazzuco, diretora adjunta para Assuntos do Comércio, neste ato representando o senhor Kleber Frigo, presidente da Associação Empresarial de Araranguá e do Extremo Sul Catarinense (Aciva); do senhor Luciano Formighieri, assessor parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Mario Marcondes; do senhor Luis Rogério Pupo Gonçalves, diretor-presidente da SCPar Porto de Imbituba;

do senhor Marcelo Vargas Schlichting, diretor Administrativo, Comercial e Financeiro da SCPar Porto de Imbituba; do senhor Marcos Boettcher, assessor parlamentar, neste ato representando o Deputado Estadual Patricio Destro; do senhor Marcos Inácio Ruediger, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Blumenau, neste ato representando o senhor Napoleão Bernardes, Prefeito de Blumenau; do senhor Paulo Boamar, neste ato representando o senhor Paulo Bauer, Senador da República por Santa Catarina; do senhor Raffael de Bona Dutra, Secretário Municipal de Segurança e Gestão do Trânsito de Florianópolis; Riberto Lima, presidente do Sindicato das Empresas de Logística e Transporte de Cargas da Região da Amurel (Setram); do senhor Ubirajara Pickler, presidente da Associação Comercial e Industrial de Orleans (Acio); do senhor Valério Tomazi, Prefeito de Tijucas; do senhor Vereador Agenor Colares Gomes, de Sombrio; do senhor Vereador Cristiano Bertelli, de Araquari; do senhor Vereador Jonas Amadeu Raulino, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Belo; do senhor Vereador Nilton de Campos, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão; do senhor Vereador Valdir Marafigo, de Irineópolis; do senhor Vereador Gilson Conti, de Ipumirim; do senhor Vereador Severino Padia, de Ipumirim; e do senhor Tiago Martins, neste ato representando o senhor Bruno Breithaupt, presidente da Fecomércio/SC.

O cerimonial comunica que os interessados em fazer uso da palavra devem levantar a mão para que os assessores da Comissão possam lhes atender.

Com a palavra o Deputado Estadual Doutor Vicente para condução dos trabalhos.

Convidamos a fazer uso da palavra e para conduzir os trabalhos desta audiência pública o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Doutor Vicente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Boa-tarde a todos. *(Saúda as autoridades já nominadas e os demais presentes.)*

Informo aos senhores que para darmos objetividade a esta audiência pública concederemos a palavra às pessoas que compõem a mesa de trabalhos para que façam uma breve saudação e após teremos as palestras do Deputado Dirceu, do, do, do João Maurício de Assumpção Farias, do Fernando Ritter e a minha.

Então, com a palavra o senhor Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LEONEL PAVAN** - Deputado Doutor Vicente, Deputado Dirceu Dresch, primeiramente quero cumprimentá-los por esta iniciativa tão importante para todos nós, que visa debater um tema que diariamente é lembrado aqui na Assembleia Legislativa e que também vem sendo debatido quase que diariamente no Congresso Nacional pelo Fórum Parlamentar Catarinense. Vejo de suma importância esta audiência pública para dirimir dúvidas, para buscar soluções e para viabilizar aquilo pelo qual há muito se luta, se deseja, que é infraestrutura e melhores condições para aqueles que necessitam tanto da ferrovia quanto das rodovias. Então, quero cumprimentá-los e me colocar à disposição.

Deputado Vicente, V.Exa. e o Deputado Dirceu já fizeram hoje um pronunciamento na Assembleia e a repercussão foi positiva. Com certeza a partir de hoje poderemos dar um passo a mais na busca daquilo que desejamos.

Sucesso à reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Passo a palavra para o senhor Gabriel Ribeiro Vieira, secretário executivo de Infraestrutura da SCPar.

**O SR. GABRIEL RIBEIRO VIEIRA** - Boa-tarde a todos. Cumprimento o Deputado Vicente Caropreso e os demais membros da mesa.

Estou aqui representando o presidente Paulo Cesar da Costa e quero dizer da nossa preocupação e do nosso interesse nesse assunto que liga não só o Porto de Imbituba aos demais portos de Santa Catarina, como também trata do uso mais efetivo da Ferrovia Tereza Cristina. E tenho certeza que esses pontos serão abordados extensivamente pelos integrantes da mesa e pelos demais presentes.

Gostaria de deixar o meu agradecimento pelo espaço e dizer que torço para que mais esta iniciativa da Assembleia consiga atingir os objetivos que todos buscamos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Passo a palavra para o senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc).

**O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES** - Inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Estadual Doutor Vicente Caropreso, que preside esta audiência pública, os demais companheiros da mesa e as autoridades que aqui representam os vários segmentos da economia catarinense.



Nós consideramos de suma importância um debate desta natureza. O que nos impede muitas vezes de fazer uma análise mais profunda são os propósitos que se busca quando se trabalha por solução de determinado modal - e o ferroviário é uma expressão muito conhecida dentro do nosso Estado - e suas necessidades. Mas não se pode deixar de dar importância para o transporte rodoviário de carga, nem fugir do propósito de se estabelecer um debate em nível de Estado para se buscar uma solução intermodal, pois que o nosso Estado pode perfeitamente construir: rodovias, ferrovias, portos e até aeroportos.

Quero afirmar aos senhores aqui que estamos à disposição e por isso nós, da Fetranesc, brevemente vamos propor a esta Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa, local exato para discutirmos essas questões, junto com os nossos sindicatos, com os transportadores, com as corporativas, acompanhados pelo transporte de passageiros, de fretamento e escolar - e ainda ontem recebemos mais o apoio fundamental do Grupo Rodamundo, que realiza neste momento, em Pomerode, um evento de suma importância no qual reúne mais de 450 *motorhomes*, do Brasil inteiro e principalmente do nosso Estado, que têm necessidade também de receber um ajuste em nível de rodovias, porque esse atendimento na verdade não existe - realizamos um debate com os senhores Deputados a respeito de um projeto que nós temos desde 2011. Esse projeto foi finalizado agora e trata da integração dos modais, abrindo caminho para investidores privados aplicarem no Estado de Santa Catarina, e busca uma solução para todos, especialmente para o ferroviário, do qual nós temos ainda uma restrição muito forte em relação àquilo que tínhamos e que perdemos, e que precisamos reconstruir.

Dentro da ideia da integração de modais, eu quero deixar bem claro, em nome do setor de transporte rodoviário de carga do Estado de Santa Catarina, que não podemos ter o propósito de buscar solução, tanto de ferrovias quanto de portos, principalmente na questão das ferrovias, para o problema da infraestrutura catarinense não tendo caminhão na estrada. Dentro do propósito de se construir ferrovias para que não se tenha caminhão rodando e dentro do prazo que nós entendemos não seja muito breve, no mínimo de quinze anos a vinte anos para ter recomposto o sistema ferroviário de Santa Catarina, nós não podemos prescindir nunca do modal rodoviário, que movimenta hoje 95% da economia produzida dentro do nosso Estado.

Faço isso em nome do transportador rodoviário de carga de Santa Catarina e também do transportador rodoviário de carga brasileiro, como vice-presidente da Seção de Carga da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Cumprimento-os pelo evento, estamos para apoiar, mas dentro de um propósito de integração de modais que venha favorecer, nessa relação, caminhão/rodovia, trem/ferrovia e portos, já que estão precisando realmente, e ainda buscar, para o desenvolvimento da economia catarinense, a construção de aeroportos para transporte de carga integrando tudo. Aí, sim, nós teremos o verdadeiro Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Passo a palavra para o senhor Benoni Schmitz Filho, diretor da Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC).

**O SR. BENONI SCHMITZ FILHO** - Deputado Vicente Caropreso, Deputado Dirceu Dresch, demais autoridades, senhoras e senhores, eu entendo que estamos discutindo aqui a logística para Santa Catarina para os próximos vinte anos, trinta anos, cinquenta anos, mas não vou me estender na conversa porque o Pedro Lopes foi muito competente no seu discurso quando falou de integração logística.

O Brasil hoje é muito dependente de rodovias, e isso tem criado certas distorções nas grandes fronteiras, seja econômica, seja industrial, seja agrícola. Então, é preciso pensar numa solução logística para o Brasil, especificamente para Santa Catarina, que contemple todos os modais. A exemplo dos países mais desenvolvidos do mundo, existe espaço com grande extensão territorial para todos os modais, e tem que prevalecer aquele modal que seja mais competente, mais adequado ao tipo de carga de determinada região, sob pena de nós não conseguirmos impor por decreto a Lei de Mercado, que é quem determina qual é o modal mais eficiente a ser escolhido para aquele tipo de carga e para aquela região.

A título de exemplo, estendendo aqui ao que o Pedro Lopes falou, ao longo da Ferrovia Norte-Sul recentemente inaugurada, que levou mais de trinta anos para ser construída, no trecho de Palmas até Anápolis, perto de Brasília, onde foi construído um eixo ferroviário, já se está construindo uma série de terminais intermodais para fazer a complementação do transporte ferroviário ou vice-versa, ou seja, ferroviário-rodoviário. Em alguns pontos na região de São Paulo, se ela for prolongada, inclusive com as vias pluviais, principalmente com a via hidroviária do Tietê-Paraná, não tem como nós pensarmos nisso, pois a ferrovia não consegue chegar à porta do cliente. É necessário que existam terminais intermodais, porque é um modal de grande capacidade de carga, assim como o hidroviário, o marítimo, que não tem mais interface com o porto do que a própria ferrovia. Se chegar um navio com seis mil contêineres, um Post-Panamax, e você tirá-los dentro de um porto de caminhão, imaginem o transtorno que dá na região periférica; já um trem pode tirar duzentos vagões com dois

contêineres, e se for um *double deck*, um contêiner em cima do outro, pode tirar o dobro disso.

Parabenizo a iniciativa das nossas autoridades políticas por realizar este evento e acho que nós temos que pensar naquilo que for melhor para Santa Catarina para os próximos cinquenta anos, porque se hoje nós temos um fluxo de cinquenta mil veículos na época de pico na BR-101 - e dificilmente vamos conseguir quadruplicar, porque o limite da faixa na região periférica está todo ocupado -, imaginem como será daqui a vinte anos, trinta anos. Então, o momento é agora! E por isso o parabenizo, Deputado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Registro a presença do senhor Claudemir Matias, Prefeito de Barra Velha.

Na sequência, Deputado Dirceu e demais participantes, eu farei uma breve apresentação a respeito da razão pela qual iniciamos esta proposição. Mais uma vez agradeço a presença de todos e saliento que para nós, da Frente Parlamentar das Ferrovias, é uma honra debater um assunto tão importante.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Ferrovia Litorânea Sul, denominada EF-140.

Tudo isso começou depois que nós tivemos acesso a um ofício proveniente do gabinete do Senador Paulo Bauer dirigido ao DNIT, o Ofício nº 027/2015. Aliás, o Senado Paulo Bauer mandou um abraço a todos, porque em função de um importante encontro com pessoas do Ministério da Economia não pôde estar aqui.

Esse ofício gerou uma resposta do senhor, diretor de Infraestrutura Ferroviária, através do Ofício 365/2015, de 12 de maio de 2015, portanto um relatório extremamente fresco, de poucos meses, e gerou a Nota Técnica nº 03, também da Diretoria de Infraestrutura Ferroviária. É um documento importante, oficial, que todos podem ter acesso.

Operando em Santa Catarina nós temos a Estrada de Ferro Tereza Cristina, que vai de Imbituba a Forquilha, com ramais em Siderópolis, Oficinas e Urussanga, com extensão de 164 quilômetros; temos a Estrada de Ferro do Contestado, que está desativada, concluída em 1905, que vai de Porto União, passando por Herval d'Oeste e indo ao Rio Grande do Sul; temos a Estrada de Ferro Santa Catarina - quem é de Blumenau sabe, acordava com o barulho -, que ia de Itajaí a São João, à leste de Trombudo Central, com extensão de 184 quilômetros, mas que está desativada.

Outras ferrovias de Santa Catarina: ALL, que está operando de Mafra ao Porto de São Francisco do Sul, com 167 quilômetros de extensão; e Tronco Sul, operando entre as cidades de Mafra até Lages, e daí até a divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, continuando até Roca Salles, no Rio Grande do Sul, com extensão de 367,5 quilômetros.

Esse é o mapa das ferrovias (*aponta para o mapa*). A linha pontilhada em verde é a chamada Ferrovia do Frango, a Ferrovia Leste-Oeste, que vai de Itajaí a Dionísio Cerqueira e que tem 610 quilômetros. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*]

Como falei, a proposta é que a ferrovia vá de Imbituba até Araquari, ela se encaixa ou faz a intersecção com a ferrovia que vem de Mafra até o Porto São Francisco do Sul. Tem essa outra ferrovia, a América Latina Logística, ALL, que vai de Mafra até o Rio Grande do Sul, passando por Lages. E também planejada a estrada de ferro de Içara até Porto Alegre, ela ainda não existe. Temos a estrada de ferro Tereza Cristina, que é essa (*aponta para slide*) na cor roxa, no sul do Estado, que vai de Criciúma até Imbituba.

As razões da baixa utilização das ferrovias em Santa Catarina são as seguintes (*mostra slide*): abandono e sucateamento de instalações e equipamentos ferroviários; ineficiência das administrações públicas para gerir o negócio ferroviário ao longo dos anos - foi o que nós vimos com várias ferrovias desativadas; abertura de novas rodovias - o modal ferroviário é o que impera, o senhor Pedro Lopes disse que carrega hoje nas costas praticamente todo o transporte de cargas no Estado de Santa Catarina; e novas frotas de caminhões/ônibus que fazem todos esses percursos.

Aqui (*aponta para slide*) temos os corredores ferroviários viáveis em Santa Catarina: a Ferrovia Litorânea, que é essa que nós vamos debater, que vai de Araquari até Imbituba, com extensão de 236 quilômetros; e a Ferrovia Leste-Oeste, ou a Ferrovia do Frango, que vai de Itajaí até Dionísio Cerqueira, com extensão total de 610 quilômetros.

Temos aqui (*mostra slide*) a Ferrovia Litorânea Sul ou Estrada de Ferro 140, EF-140. Esse estudo, que vai ser bastante analisado pelo doutor, se dividiu depois de 2008 quando o governo federal decidiu apostar no transporte ferroviário em Santa Catarina e deu origem a uma licitação pública. Essa licitação pública teve dois vencedores: no Lote 1, que vai de Imbituba até Tijucas, com 120 quilômetros, Consórcio Magna/Astep, que concluiu até o momento 75,56% da elaboração do projeto. E o Lote 2, com 125 quilômetros, que vai de Tijucas até Areias Brancas próximo a São Francisco do Sul, o Consórcio Vega/Prosul concluiu quase 78% da elaboração do projeto.

Foram gastos até agora com os projetos de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental no Lote 1 e no Lote 2 já pagos - a fonte é o governo federal, o DNIT - o projeto executivo está na ordem

de R\$ 15,94 milhões. E o status disso tudo está em andamento aguardando pareceres ambientais e da Funai.

Motivos para construir a Ferrovia Litorânea Sul - aqui nós vamos nos ater o porquê, Deputado Dirceu, que precisa realmente essa Ferrovia -, a eliminação da evasão fiscal e maior arrecadação de tributos, pela facilidade de controle e de informatização dos processos; menores custos de manutenção e encargos das rodovias, com maior preservação da vida e do meio ambiente; maior segurança nas rodovias, com redução dos acidentes e vítimas, com redução de indenizações; redução de prejuízos com acidentes e evitando vítimas e custos de indenizações; redução do roubo de cargas; modernização e independência da infraestrutura, com o novo corredor Ferroviário; redução do consumo de combustível - uma locomotiva transporta o equivalente a 160 caminhões; ganhos em custos de transporte e logística e maior competitividade para os produtos catarinenses; ganhos ambientais, pois o modal Ferroviário é o de menor emissão de gás carbônico, segundo dados da Japan International Transport Institute; o transporte de cargas pesadas e perigosas por ferrovia representará menores riscos; geração significativa de empregos, entre temporários, permanentes, diretos e indiretos; melhor qualidade de vida pela maior segurança e conforto na escolha e utilização dos meios de transporte disponíveis; redução nos custos de logísticas nos portos; competitividade; ramal para interligação à malha nacional; criação de um novo modal de transporte rodoviário de cargas (cliente-trem, trem-cliente).

Todo mundo se pergunta: "Tem dinheiro para isso? A situação econômica do Brasil comporta essa situação toda com uma ferrovia aí?" A última análise que foi feito em 2013, doutor Mário, foi de R\$ 2,3 bilhões, acredito que esse valor já esteja bastante defasado. Se a gente calcular em R\$ 4 bilhões, nós vamos encontrar a possibilidade de investidores estrangeiros, principalmente a China, que recentemente esteve no Congresso Nacional e demonstrou um apetite fantástico por investir no Brasil, também por Parcerias Público-Privadas. Enfim, o governo tem como incentivar e implementar, principalmente numa situação de crise até para geração de empregos.

E nós temos, com todo respeito, que dizer que o dinheiro existe, o dinheiro tem para muitas coisas, inclusive fora daqui. Nós investimos forte com o BNDS mais 680 milhões de dólares e doamos para Cuba R\$ 240 milhões.

Os dois países, tanto Cuba como os Estados Unidos, nos próximos anos - onde esteve Thomas Donohue, ele visitou o [Porto de] Mariel com uma monteira de grandes empresários norte-americanos e ouviu proposta de parceria do Presidente Raúl Castro.

Então, realmente nós precisamos de grandes parceiros, mas o governo não pode ficar fora. E é isso que a gente se propõe, trazer todas as autoridades aqui para discutirmos o assunto, acho que tem muita coisa para falar e acho que todos os setores estão disposto a cooperar e todos sairão ganhando. O que nós não podemos é esperar o ano de 2030 com o dobro de tonelagem que vai se aproximar praticamente a 140 milhões de toneladas. Hoje temos 67,5 milhões de toneladas, é muita coisa e nós temos que nos adiantar, talvez esse seja o primeiro passo.

Obrigado. (Palmas.)

Passo a palavra para o Deputado Estadual Dirceu Dresch, Presidente da Frente Parlamentar pelas Ferrovias de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Muito obrigado, Deputado Vicente. Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa, nós construímos juntos, mas foi sua a iniciativa de procurar a gente para realizar este evento, que é extremamente necessário na nossa avaliação. Quero cumprimentar os demais componentes da mesa, especialmente o Mario, do DNIT, que se deslocou de Brasília para vir a Santa Catarina trazer o debate presente, eu vejo aqui também o João José que foi o nosso superintendente do DNIT no Estado, hoje ele está no Patrimônio da União e pode, com certeza, nos ajudar muito neste debate. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Taquígrafa\_Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

Primeiro, quero registrar a satisfação de termos o debate aqui na Assembleia Legislativa; essa presença das entidades é fundamental porque tivemos inúmeras experiências e quanto mais a sociedade se organizar, mobilizar, construir, pressionar os nossos políticos catarinenses que estão em Brasília, sejam Deputados ou Senadores, e discutir com o próprio governo, mais sucesso teremos nessas empreitadas.

Cumprimento todos e quero dizer que estou muito feliz de poder estar discutindo novamente a ferrovia. Infelizmente o Brasil, por muito tempo, meio que abandonou o debate ferroviário e todos nós, com certeza, perdemos muito com isso. Então a retomada desse debate ferroviário, com todos os limites, os problemas e as dificuldades que vemos, é extremamente importante.

No caso de Santa Catarina, o Deputado Caropreso apresentou um pouco dos grandes projetos. Temos quatro grandes projetos ferroviários importantíssimos para o nosso Estado; três foram citados e eu queria aqui citar um quarto que com certeza nos ajuda também, principalmente o oeste, que é a Ferrovia Norte-Sul, a grande espinha dorsal ferroviária do Brasil.

Há poucos dias o Ministro esteve aqui, inclusive terminando o projeto de EVTEA - o contrato do projeto técnico da obra para em dois

anos ser realizada, o que para nós é uma grande conquista. E agora também a nossa ferrovia que alguns Deputados chamavam de Ferrovia do Frango - nós chamamos de Ferrovia da Integração, porque com certeza vai integrar as várias ferrovias do Brasil com o litoral; por isso, a Ferrovia Litorânea é extremamente importante nessa integração dos nossos portos. Podemos capacitar nossos portos cada vez mais e tornarmos-nos extremamente competitivos, inclusive trazendo produtos de outras regiões do Brasil para serem embarcados ou desembarcados aqui nos nossos portos de Santa Catarina. Então, isso com certeza é extremamente importante.

O Pedro levantava aqui essa questão da integração. A gente ouviu todo dia nas regiões comentários sobre o debate que nós fizemos, na imprensa, sobre a preocupação das nossas empresas de transporte rodoviário - inclusive a Fiesc fez um trabalho interessante de pesquisa há um tempo sobre essa integração, sobre a importância que outros países já dão à integração da ferrovia com o transporte rodoviário. Precisam ser alimentados esses terminais, esses trajetos mais curtos, então com certeza precisamos avançar. Não dá mais para pensar em carregarmos um caminhão de frango em Chapecó, em São Miguel do Oeste, em Capinzal, e levá-lo para Recife. Quer dizer, isso gera um custo para a sociedade. Então, na minha avaliação, o transporte rodoviário teria que ser mais para curtos trajetos, justamente nessa perspectiva de alimentar o trem.

Então essa integração do modal ferroviário, marítimo, aéreo inclusive, precisa estar muito bem pensada no Brasil. Isso para mim é pensar longe, é pensar numa perspectiva de fato moderna.

Outra questão ainda muito difícil de debater no Brasil é a respeito da construção das ferrovias. Nos últimos anos vimos discutindo isso com mais frequência, sobre como o setor privado participa da construção das ferrovias, porque esse papel de investimentos mais pesados sempre fica com o Estado. Temos a experiência Rio-São Paulo, do trem-bala, onde não conseguimos avançar com a participação da iniciativa privada - aí são detalhes nos quais não vou entrar. Agora estamos tentando uma experiência mais aprofundada de construir rodovias, inclusive com a parceria da iniciativa privada, como é o nosso exemplo do trecho de Chapecó a Curitiba, agora com projeto da duplicação da rodovia.

Outra difícil situação foi o modelo que o Brasil adotou quando privatizou boa parte das nossas ferrovias aqui no Sul e Sudeste nas mãos de uma empresa que acabou só aproveitando os trechos rentáveis e o restante foi sucateado e abandonado. Essa também é uma questão que a gente precisa rediscutir; infelizmente não conseguimos retomar isso na Justiça, hoje, para essas ferrovias voltarem a operar com outro modelo, não de domínio de uma empresa. Uma experiência que hoje está se construindo - e me parece muito boa - é a questão da concessão para quem usa essa ferrovia: paga-se um pedágio para uso dessa ferrovia e não se deixa nas mãos de uma ou outra empresa. Esse é outro debate que precisamos fazer, avançando nesse próximo período.

No mais, queria dizer que é importante termos aqui a Funai presente; infelizmente não temos aqui o Ministério Público estadual e federal, ao menos não os vi ainda. Não é possível a gente não conseguir construir acordos nos dias de hoje, quando há a possibilidade de frearmos o processo de transporte por não conseguirmos nos entender com órgãos públicos, sejam do Judiciário, do Estado ou do governo, e talvez essa seja uma das grandes tarefas que a Frente Parlamentar, que a Comissão de Transportes, que nós temos pela frente para podermos buscar um encaminhamento, uma solução. Nós já vivemos isso com a 101 e agora estamos batendo na trave de novo com a questão ferroviária. Então precisamos, com certeza, achar encaminhamentos respeitando as nossas questões culturais e históricas, nossas divergências.

O modal ferroviário é importante no Brasil, tanto que já houve a inauguração do trajeto até Brasília da Norte-Sul, a contratação do projeto até Panorama, em São Paulo, a realização do projeto de Panorama até o porto de Rio Grande, e agora o término do projeto EVTEA da Ferrovia da Integração, que liga o oeste ao litoral aqui pela nossa ferrovia.

Então estou otimista, apesar de todos os problemas que a gente possa ter. Com certeza com mobilização, com organização, com propostas concretas nós podemos avançar muito nesses próximos anos.

Colocamo-nos à disposição, obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado.

Senhoras e senhores, pelo fato de ter que se ausentar em virtude de outros compromissos agendados anteriormente, vamos inverter a pauta. Com a palavra o senhor João Maurício de Assumpção Farias, coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai).

**O SR. JOÃO MAURÍCIO DE ASSUMPÇÃO FARIAS** - Boa-tarde a todos e a todas, à presidência desta Comissão, à presidência desta audiência, aos Deputados presentes, ao diretor de Infraestrutura do DNIT.

Eu, como responsável pela Funai aqui no litoral sul, sei que a gente sempre se colocou disponível para estar dialogando, para estar informando e debatendo sobre os assuntos que são pertinentes e que afetam diretamente as populações indígenas da nossa região - esse é

nosso dever. A gente sempre cumpre o papel a que a própria Constituição nos obriga, a gente precisa dialogar. Vivemos num Estado democrático de direito e precisamos respeitar as legislações - e a Funai faz isso. Apesar das muitas dificuldades com os poucos técnicos que temos, a gente procura fazer tudo sempre com a maior capacidade técnica possível.

Lembro-me que em relação à questão da quarta pista do Morro dos Cavalos houve uma polêmica enorme aqui com o colega, o ex-superintendente do DNIT. Lembro-me de uma vez em que foi perguntado por um jornalista se a Funai podia dar um "jeitinho". Lembro-me de dizer: "Não, a Funai não é um órgão que dá 'jeitinho', nem para facilitar, nem para atrapalhar. A Funai é um órgão que precisa cumprir a legislação." E assim a gente faz - tanto que quando, na quarta pista da BR-101, foi cumprido o que determinava a legislação e foi feito o projeto, ele foi apresentado aos indígenas. Eles entenderam o que era o projeto, ele foi aprovado e foi feita a obra da quarta pista.

Então é assim que a gente trabalha, dentro do que determina a legislação. E a gente é regulamentado - do ponto de vista do licenciamento ambiental, a Funai não é um órgão licenciador. A Funai é um órgão interveniente, é um órgão que faz o acompanhamento quando algo afeta a terra indígena. O Ibama, como órgão licenciador, precisa passar o projeto para que a Funai estabeleça o Termo de Referência; ela faz isso e passa o projeto para o empreendedor, que contrata a equipe técnica para fazer o componente indígena. Sendo o trabalho tecnicamente bem construído, com a apresentação das medidas mitigatórias ou eventualmente compensatórias à população indígena, ele é aprovado e avança. E isso é cumprir a legislação, porque o Brasil é signatário também da Convenção nº 169 da OIT, que obriga o País a apresentar e a fazer uma consulta com a população indígena. Não tem motivo para um projeto qualificado e bem construído ser apresentado à população indígena nessas condições e ser barrado.

Agora falando especificamente sobre esse projeto da ferrovia, vou fazer só um lapso e me manifestar como cidadão. Quero dizer que sou signatário completo da posição do Deputado Dresch: eu acho que a gente perdeu muito tempo por não ter investido nas ferrovias. Quando eu preciso viajar para o interior de Santa Catarina, Deputados, quando preciso ir à comunidade indígena de Ibirama, o risco de viajar de automóvel naquela BR é muito grande. Quantas vezes passei por acidentes; vejo pessoas morrendo o tempo todo. A cada viagem que a gente faz para lá vemos pessoas morrendo na estrada. Se tivesse, naquela estrada, uma ferrovia que tirasse todos os caminhões do circuito, certamente a gente teria muito menos acidentes ali - chego a supor que a gente podia começar a investir em ferrovias para eliminar a necessidade de estar duplicando todas as BRs ou todas as rodovias.

Aí vai uma manifestação pessoal: a gente tem uma idade, a gente já transitou, já viajei de trem pelo interior do Rio Grande do Sul há trinta e poucos anos, e hoje a gente já não transporta as pessoas de trem. Então eu até diria que esta Comissão que trabalha para que a gente tenha ferrovias talvez pudesse trabalhar também para transportar pessoas pelas ferrovias. Porque quando olhamos países desenvolvidos da Europa e no Japão também, vemos que lá o transporte por ferrovia é uma das melhores opções de transporte de pessoas, inclusive. Então queria dizer que sou signatário disso como pessoa, como cidadão brasileiro.

Em relação à questão da ferrovia aqui deste trecho, a Funai de Brasília nos mandou um documento que relata um histórico desse processo - ele está desde 2008 sendo dialogado com a Funai de Brasília. A Funai também é obrigada, em determinados momentos, a provocar para que o empreendedor apresente uma alternativa locacional, por entender que aquela região do Morro dos Cavalos é uma área já bastante conflagrada de empreendimentos. Em 2013 a Funai solicitou que o DNIT estudasse a possibilidade de outro traçado da ferrovia - e quero dizer que essa não é uma atitude fora de contexto se a gente entender que o papel da Funai é defender a qualidade de vida e os direitos dos povos indígenas. É isso. Eu acho que é necessário, em alguns momentos, fazermos o exercício que cada um de nós está fazendo aqui: o de se colocar no papel do outro, saber como o outro age, como o outro vive, qual é o direito do outro e qual o papel dessa outra instituição.

A gente fez essa proposta de novo traçado para a ferrovia. O DNIT respondeu dizendo que ela se tornaria praticamente inviável do ponto de vista técnico, financeiro, tudo - o DNIT apontou isso. E aí agora, conversando com o diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT, ele nos informou... E eu dialoguei com Brasília, houve uma reunião na semana passada, em Brasília, em que a Funai informou que em 2013 havia apresentado um Termo de Referência para o DNIT para fazer o trabalho, e que se o DNIT optasse por outro traçado que não afetasse diretamente o Morro dos Cavalos - que foi uma sugestão da Funai -, o DNIT sequer precisaria fazer o componente indígena. Agora, como o DNIT está apresentando que a melhor alternativa é afetar diretamente essa terra indígena, o DNIT vai precisar - e foi acordado lá em Brasília - do complemento das informações para fazer o estudo do componente indígena do projeto. E isso o DNIT vai receber, é um acordo do presidente da Funai com a coordenação do licenciamento ambiental da Funai, segundo o qual o DNIT vai receber esse Termo de Referência Complementar e vai fazer os estudos.

O que vai garantir o avanço do trabalho? De novo vou dizer: o que os órgãos do Estado brasileiro podem fazer é priorizar a celeridade nos procedimentos. Não dá para fazer, sob pena de qualquer Procurador do Ministério Público Federal, de qualquer instituição questionar na Justiça Federal. Se o trabalho não for bem feito dentro do que regra a lei do licenciamento ambiental brasileiro - é a Portaria nº 060 -, não vai passar. Mas se o DNIT fizer um estudo bem qualificado e apresentar as alternativas em relação ao estudo do componente indígena, o projeto tenderá a ser aprovado. Agora, ele recebe o Termo de Referência, faz os estudos, apresenta, cumpre todos os ritos que a legislação obriga, e o projeto tenderá a ser aprovado dentro do que é a legislação brasileira. Essa é a questão. Então eu acho que é esse o caminho, acho que o diálogo direto do DNIT também ajudou a avançar nessas informações.

Tem um jornalista da maior empresa de comunicação aqui de Santa Catarina que nem ficou até o final da última reunião na Fiesc e saiu publicando coisas no outro dia. Se ele tivesse ficado até o final, se tivesse ouvido as informações técnicas, não estaria faltando com a verdade. Às vezes se supõe que a Funai e os índios são contra o desenvolvimento, colocando a Funai num processo de chantagem pública que considero avassalador contra os próprios povos indígenas. Acredito que se a gente começar a ter mais diálogos técnicos e perceber que a gente precisa trabalhar para respeitar esses povos e garantir sua qualidade de vida, a gente vai poder ter os processos resolvidos de uma maneira muito mais técnica.

Eu agradeço a oportunidade. Peço desculpas e digo que não sou de fugir desse tipo de debate em nenhum momento, de ouvir todas as posições, muitas vezes inclusive contrárias às posições que estou colocando. Entretanto, tem um processo judicial em que eu preciso construir a defesa do interesse da Funai em relação à Advocacia-Geral da União e à Justiça Federal. Eu preciso me deslocar daqui a uns dez minutos para a AGU, preparar essa defesa, e peço essa compreensão. Temos um técnico que foi inclusive responsável pelo setor da Funai de licenciamento ambiental, o Orivaldo Nunes, que está aqui presente. Assim que eu sair ele vem para a mesa, e ele tem a qualidade de colaborar com quaisquer questões para esclarecer o posicionamento técnico da Funai. Ele inclusive continua colaborando com a gente - veio fazer doutorado aqui em Santa Catarina e está disponível para colaborar com os esclarecimentos necessários.

Obrigado pelo espaço. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** -

Obrigado, senhor João Maurício. Infelizmente, com a saída do senhor é lógico que a audiência pública perde um pouco porque vários questionamentos seriam dirigidos a vossa senhoria no tocante às dificuldades que estão ocorrendo desde o ano de 2008, desde o início dos projetos.

Hoje eu discursarei na Assembleia, no plenário, colocando bem abertamente o DNA brasileiro de exigir certidões, de carimbar tudo e dificultar muitas vezes por falta de entendimento e por falta de prazos dos vários órgãos governamentais - sejam da União, do Estado, dos Municípios. Pior ainda, nós estamos ameaçados em R\$ 15,9 milhões; praticamente boa parte disso já está inviabilizada devido ao tempo que passou, pois essas áreas já foram tomadas por edificações urbanas, industriais, novas rodovias e vias - e uma ferrovia que era para passar praticamente ao longo ou paralela a boa parte da rodovia BR-101 já vai ter que ser revista.

Então é uma pena que o senhor precise sair, são muitas solicitações.

Ao mesmo tempo, o Deputado...

**O SR. JOÃO MAURÍCIO DE ASSUMPTÃO FARIAS** - Desculpe, Deputado...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Eu passaria primeiro ao Deputado Dirceu, que é o presidente, e também ele gostaria de fazer algumas colocações ao senhor. O senhor poderia responder antes de se retirar, por favor?

**O SR. JOÃO MAURÍCIO DE ASSUMPTÃO FARIAS** - Certo. Eu pedi que o colega informasse ao Procurador da Funai, que está na AGU, que vou ficar aqui até perto das 16 horas. Assim posso responder a algumas questões.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Já que o Deputado passou a palavra para mim, queria acertar aqui com o João um encaminhamento para podermos tratar isso muito de perto contigo. Que a gente possa tratar meio que permanentemente todos os impasses que se colocam no processo, fazendo contato com Brasília para a intermediação dos encaminhamentos necessários. Às vezes pode ter um documento, um problema que a gente não acompanha e tudo fica sendo empurrado por meses e meses. Então talvez nos próximos dias possamos fazer uma reunião com tempo contigo lá, ou você vir aqui para gente poder buscar os gargalos existentes hoje e discutir-los. Mas achei que você ia sair.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO DE ASSUMPTÃO FARIAS** - É que pedi para avisar; eu mudei a agenda e acho que isso é pertinente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado, senhor.

Ouviremos em seguida o senhor Mário Dirani, diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).



**O SR. MÁRIO DIRANI** - Boa-tarde a todos. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite feito pelos Deputados Vicente Caropreso e Dirceu Dresch para estar aqui na Alesc, podendo debater e apresentar aqui um pouco sobre o projeto da Ferrovia Litorânea. Então cumprimento todos os presentes e integrantes da mesa...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Por favor, vamos desfazer a mesa e sentar ali para podermos ouvir melhor, nos acomodar melhor.

**O SR. MÁRIO DIRANI** - Uma boa ideia. Assim ninguém fica com torricolo.

*(Desfaz-se a mesa de autoridades.)*

Bom, vou procurar passar rapidamente a apresentação até porque muitas informações que tenho aqui já foram fornecidas, mas vamos lá.

*(Utiliza imagens em Power Point para ilustrar a sua apresentação)*

Esses estudos sobre o sistema ferroviário de Santa Catarina, na verdade, iniciaram em 2001, a partir de um convênio entre o governo do Estado e o Ministério dos Transportes, no qual foi feito um estudo abrangente sobre o sistema ferroviário do Estado e que concluiu por dois empreendimentos principais que vou mostrar adiante. Nesse estudo foi considerada área de influência, principalmente para a Ferrovia Litorânea, toda a região Centro-Oeste, a região Sul, e da região Sudeste ainda o Estado de São Paulo. Então vocês estão vendo ali, à direita: aquela parte em amarelo é toda a área de influência, ou seja, a área que pode gerar cargas que podem ser direcionadas para Santa Catarina e escoadas pelos portos catarinenses.

Qual o objetivo da construção da Ferrovia Litorânea? Dar mais opção ao escoamento das cargas captadas naquela área de influência que foi mostrada, e melhorar a ligação ferroviária do Estado de Santa Catarina. Já existe uma ligação, mas ela é deficiente. A obra provocará a redução de custos de logística das cargas que embarcam nos portos do Estado.

Hoje o que temos de transporte ferroviário já foi falado, então vou passar rapidamente: temos a ALL, em Santa Catarina, que se concentra no trecho Mafra a Lages até a divisa com o Rio Grande do Sul, e na ligação com o Porto de São Francisco do Sul; e a Ferrovia Tereza Cristina (FTC), que opera principalmente o transporte de carvão para a Usina Termelétrica Jorge Lacerda. Transportou 3 milhões de toneladas em 2012 e também está transportando contêineres destinados ao Porto de Imbituba, principalmente com arroz e produtos cerâmicos. *[Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]* *[Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]*

A malha rodoviária de Santa Catarina demonstra estar com muitas ligações para o resto da região, porém nós sabemos que hoje as principais rodovias já estão bastante congestionadas.

A principal artéria rodoviária do Estado é a BR-101, que hoje tem um trecho duplicado sob concessão e movimentação de oito mil a oitenta mil veículos por dia. Neste *slide* tem uma informação, que é da Fipe, mostrando a movimentação de cargas via rodoviária: no ano de 2000, tivemos 30,7 milhões de toneladas movimentadas via rodoviária; em 2010 já cresceu para 75,7 milhões de toneladas; e temos uma projeção para 2020 de 110 milhões de toneladas por via rodoviária. É lógico que as rodovias, provavelmente, não comportarão tal demanda.

No sistema ferroviário nós temos algumas ferrovias que estão previstas, que são a Ferrovia Norte-Sul, havendo previsão de ela chegar até o Estado do Rio Grande do Sul, e também a do Corredor Ferroviário de Santa Catarina. Então hoje nós temos a Ferrovia Litorânea, que está em projeto; a Ferrovia São Francisco do Sul-Mafra, que está ativa; a Ferrovia Leste-Oeste, que está em estudo de viabilidade pela Valec; e a Ferrovia Tereza Cristina, como eu mencionei, que transporta principalmente carvão e que, atualmente, é uma ferrovia isolada dentro do Estado, mas a partir do projeto da Ferrovia Litorânea ela poderá estar conectada à malha ferroviária nacional. Nós tivemos uma movimentação de carga no sistema ferroviário, em 1999, de 3,4 milhões de toneladas, sendo que a projeção para 2020 é de 28 milhões de toneladas, chegando a 2030 com 34 milhões de toneladas.

Em relação ao sistema portuário, nós temos cinco principais portos no Estado, que são os portos de Imbituba, Navegantes, Itajaí, São Francisco do Sul e Itapoá - cada um com uma especialidade maior em determinado tipo de carga -, e que apresentam condições bastante favoráveis para o escoamento dessa produção. O sistema portuário de Santa Catarina é o segundo do Brasil na movimentação de contêineres, ou seja, é bastante grande a movimentação de contêineres nesses portos. São portos de calado bastante razoável, de 15 metros a 16 metros de calado, e com movimentação significativa, principalmente de contêineres nos portos de Itajaí e de Navegantes, chegando a 1 milhão de toneladas.

O transporte aeroviário também tem movimentação bastante significativa, tanto de cargas quanto de passageiros. Está previsto para 2020, tendo como fonte a Infraero, uma movimentação de carga aérea de 13,4 mil toneladas.

Nós temos aqui no Estado uma base de produção industrial bastante significativa em várias áreas, como agroindústria, indústria de base florestal, plásticos, cerâmico e mineral, eletrometalmecânico, autopeças etc. Enfim, temos todo esse elenco de produção industrial aí *(aponta para a imagem)* com forte demanda por transporte.

Como começou, então, o projeto da Ferrovia Litorânea?

Foi feita a licitação, que foi dividida em dois lotes - um lote está com o Consórcio Magna/Astep e o outro está com o Consórcio Vega/Prosul -; e previamente também teve o contrato para o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA Rima), que foi executado pelo Consórcio STE/Oikos - esse contrato foi paralisado exatamente por conta da pendência do componente indígena.

Aí *(aponta para tabela)* temos um rápido histórico. Em 2001 começou o Estudo de Viabilidade do Sistema Ferroviário do Estado, realizado pelo Consórcio STE/Enefer, vindo depois para a licitação do projeto da Ferrovia Litorânea, e atualmente estamos na fase de conclusão do projeto básico. Esses contratos foram feitos inicialmente para se chegar ao projeto executivo da ferrovia, mas optamos por encerrá-los na fase de projeto básico porque ainda não se tem certeza de como esse empreendimento será viabilizado. Hoje muitos empreendimentos estão sendo viabilizados através do sistema de contratação integrada pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC), no qual a empresa elabora o projeto executivo e depois executa a obra. Então seria uma possibilidade de viabilizar esse empreendimento, a sua execução, pelo RDC Integrado. E nós optamos por concluir no projeto básico, estando previsto para... foi colocado aí *(aponta para a mesma tabela)* outubro de 2015, mas eu acredito que pelo menos até o final deste ano, de 2015, nós tenhamos possibilidade de concluir isso, se chegarmos a uma definição com relação ao problema da travessia do Morro dos Cavalos.

Aquele mesmo mapa que mostrou a indicação da Ferrovia Litorânea e do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, ou Ferrovia da Integração, mostra *(aponta para o mapa)* que inicialmente esta Ferrovia foi pensada partindo de Chapecó. Mas hoje o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), que está sendo conduzido pela Valec, já está contemplando o traçado a partir de Dionísio Cerqueira, na fronteira com a Argentina.

Eu não posso dar muitas informações a respeito desse projeto porque, como eu falei, ele está sendo desenvolvido pela Valec. Mas ontem eu conversei com o doutor Bento José de Lima, diretor de Operações da Valec, que me informou que o projeto ainda está na fase de estudo de demanda, o qual vai apontar os locais que gerarão e receberão carga da ferrovia, e a partir daí é que será definido o traçado. Então, ainda não há um traçado efetivamente definido, mas, de qualquer forma, quando isso for feito passará também por uma fase de audiências públicas. Portanto, em breve nós poderemos ter essas audiências públicas, que vão resultar no traçado da Ferrovia da Integração.

Então só ilustrando, nestes próximos mapas temos o traçado do Lote 1, que vai de Imbituba até o Rio Tijucas; e o traçado do Lote 2, que vai do Rio Tijucas até Araquari, onde se integra com a malha da ALL.

Aqui neste quadro *(aponta para slide)* temos apenas algumas características da Ferrovia, que são bastante avançadas para proporcionar uma grande capacidade de transporte. Então vai ter uma velocidade diretriz de 80 quilômetros por hora, quer dizer, toda a Ferrovia, as suas curvas e tudo, será projetada para que as composições possam atingir a velocidade de 80 quilômetros por hora; está sendo projetada em bitola mista, porque hoje ela se conectaria com duas ferrovias em bitola métrica, mas ela vai se conectar também com o Corredor Ferroviário, que será projetado em bitola larga, que poderá também ter, por sua vez, a conexão com a Ferrovia Norte-Sul; raio mínimo de 400 metros; rampa máxima de 1%; plataforma de 8 metros; e gabarito vertical, o que é importante para poder suportar contêiner duplo. Isso porque o contêiner, quando transportado, não é uma carga pesada, então ele acaba subaproveitando a capacidade dos vagões que o transportam. E é possível transportar dois contêineres em cima de um vagão plataforma, desde que seja um vagão rebaixado e que o gabarito da ferrovia permita isso; portanto, tem-se mais eficiência no transporte de contêineres. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]* *[Leitura: Denise V. Silva]*

E quais são as principais condicionantes para poder resolver o problema do traçado da ferrovia? Nós temos a passagem pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; as bacias hidrográficas de rios importantes, como o Massiambu, o Cubatão e o Itajaí-Açu; alguns remanescentes de mata atlântica que seriam afetados pelo traçado da ferrovia; a Área de Preservação Ambiental do entorno costeiro; limitação pelos contrafortes da Serra Geral e do Oceano Atlântico, quer dizer, acompanhando mais ou menos o traçado da BR-101; muitas zonas urbanizadas dos Municípios cortados pela ferrovia, o que é um problema, porque quanto mais se demora na conclusão desse projeto e na obtenção do licenciamento ambiental, mais os Municípios vão avançando, tanto em crescimento urbano quanto em crescimento de áreas industriais, e só depois de termos a ferrovia licenciada ambientalmente é que podem ser emitidas as DUPS, as Declarações de Utilidade Pública, que são os instrumentos a partir dos quais são feitas as desapropriações e são declaradas as áreas previstas para o traçado como de utilidade pública; e, finalmente, como condicionante também existem as áreas indígenas cortadas pela ferrovia.

Aqui também temos um rápido histórico do traçado original, que foi definido pelo estudo de viabilidade em 2001. Além do traçado original foram analisadas outras alternativas, porque a Funai solicitou que se fizessem estudos de alternativas que não afetassem a terra

indígena; em 2013 tivemos reuniões com a Funai para explicar as alternativas que foram analisadas; em 2014 a Funai apresentou uma outra proposta, que o DNIT também estudou, que seria pela Serra do Mar; e finalmente em março deste ano tivemos uma reunião com a presença da Funai, quando esclarecemos todos os aspectos técnicos das alternativas analisadas.

As alternativas que foram analisadas. A alternativa inicial corta o Morro dos Cavalos em túnel, um túnel de aproximadamente 3.600 metros. Vai chegar em elevado, passando pela região da Bacia do Massiambu, para causar o mínimo impacto possível quanto à questão da flora e da fauna, aí depois atravessa o Morro dos Cavalos num túnel de aproximadamente 3.600 metros e sai do outro lado ainda num pequeno trecho em elevado e depois segue num traçado paralelo à BR-101.

Em vermelho (*aponta para a imagem*) é a alternativa inicial, que foi considerada pelo DNIT; depois a Funai sugeriu traçados alternativos, que seria aquela alternativa 2, que contorna a terra indígena, porém exige um túnel de 11 quilômetros de extensão, cortando uma área de preservação ambiental, quer dizer, a própria execução desse túnel, com sondagens, eventuais chaminés de ventilação que seriam necessárias dada a sua extensão, traria impacto para essa área de preservação ambiental; e a alternativa 3, também sugerida pela Funai, seria acompanhando o traçado da BR-101 e utilizando o mesmo túnel que será executado para a duplicação da BR-101.

Quer dizer, não é inviável você colocar uma ferrovia e uma rodovia no mesmo túnel, isso já existe, o problema é que você precisa compatibilizar os traçados para que ambas cheguem no mesmo ponto, no mesmo túnel, e aí é que está a dificuldade, porque a rodovia pode vencer rampas mais íngremes e a ferrovia tem limitações de rampa. Daí vimos que não seria viável compatibilizar os traçados tanto da ferrovia quanto da rodovia para usar o mesmo túnel.

Alternativa 1. Temos ali o trecho em túnel, o trecho em elevado cortando a Bacia do Massiambu e aquele trecho em amarelo seria em superfície. Aqui (*aponta para a imagem*) é a visão pelo outro lado do morro, então ela teria ainda dentro da terra indígena um pequeno trecho em elevado e depois seguiria em corte, paralelo à BR-101. A segunda alternativa, que era contornando o Morro dos Cavalos, foi aquela que eu mencionei que resulta num túnel de 11 quilômetros de extensão. A imagem mostra uma visão em perspectiva de como ela atravessaria o Morro dos Cavalos, quer dizer, a linha vermelha é só para mostrar por onde passa, mas seria um traçado em túnel.

Quais seriam os pontos a serem observados com relação a essa segunda alternativa?

Como eu já disse, cortaria o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro num túnel de aproximadamente 11 quilômetros; o traçado se desenvolve no talvegue que passa por trás do Pico da Cambirela; nessa região há pontos de captação de água da Casan, então traria também algum impacto ambiental; necessidade de definir um novo greide para o traçado da ferrovia vários quilômetros para trás a fim de adequar essa característica de passar em túnel naquele ponto, então para poder furar o Morro dos Cavalos ou aquele ponto em túnel ela teria que iniciar uma rampa vários quilômetros antes para poder chegar naquele ponto e atravessar o morro; dificuldade de acesso para a realização de levantamentos topográficos e geotécnicos, visto que é uma área de preservação ambiental; em caso de necessidade de janelas de ventilação, elas ficariam dentro do parque; e também a existência de dificuldades para a execução da obra quanto aos emboques do túnel, à implantação de caminhos de serviço, ao transporte de equipamentos, etc. Tudo isso dentro de uma área de preservação ambiental.

E temos a terceira alternativa, que foi aquela diretriz acompanhando a duplicação da BR-101. Então, para poder compatibilizar os dois traçados, nós teríamos que fazer um cruzamento da ferrovia sobre a rodovia para poder chegar no mesmo ponto do emboque. Nesse caso teria que rever todo o projeto geométrico, tanto em planta quanto em perfil, para poder compatibilizar o traçado da ferrovia no túnel, que já está projetado; teria que rever o projeto do túnel para transformá-lo em túnel rodoferroviário. Da ferrovia, no lado norte, teria que executar um túnel sobre a rodovia com um viaduto muito extenso para não atravessar a zona urbanizada de Palhoça e São José; e do lado sul teria também uma rampa até a cota de travessia da rodovia duplicada e do Rio Massiambu, com gabarito rodoviário de 5,5 metros; e seriam necessários novos estudos para poder executar essa alternativa.

A última alternativa, que foi a última sugestão da Funai, seria uma diretriz passando pela Serra do Mar, ou seja, ela sairia de Imbituba... O traçado em verde é o traçado proposto e os traçados em amarelo e em vermelho seriam essa outra alternativa, que chega com um túnel com extensão de 56 quilômetros, tornando completamente inviável o empreendimento.

Quais as características dessa alternativa? Seria um projeto totalmente novo; a extensão total é de 110 quilômetros; seriam sete túneis, como eu falei, e um com extensão de 56 quilômetros - só esta alternativa representaria 88% do que já foi projetado, então teria que ser revisto; haveria um acréscimo na extensão total de 15%, passando de 125 quilômetros para 144 quilômetros; teria que se descartar 82 quilômetros de projeto já executado; necessidade de fazer um outro

Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, visto que é um outro traçado; e requereria inclusive novos serviços de aerolevanteamento.

Essa tabela mostra os custos estimados das alternativas. Só a questão da travessia do Morro dos Cavalos, pela alternativa 1, que é a alternativa proposta pelo DNIT, ficaria em R\$ 230 milhões; na alternativa 2, contornando a terra indígena Morro dos Cavalos à esquerda, o trecho sairia por R\$ 602 milhões; na alternativa 3, compatibilizando o túnel com o túnel da duplicação da BR-101, o valor seria de R\$ 718 milhões; e, por fim, aquela alternativa que tem o túnel de 56 quilômetros, ela elevaria o custo para R\$ 16 bilhões.

Na alternativa 1, que o DNIT defende como sendo a viável, nós teríamos um custo total da obra em túnel, nos dois lotes, de R\$ 1,7 bilhão, e o custo da obra toda sairia por R\$ 4 bilhões - esses valores já foram atualizados, por isso estão um pouco superiores ao que foi mencionado inicialmente. Essa é a alternativa que o DNIT considera viável, inclusive apresentando nos estudos uma taxa interna de retorno de 15% a 28%, demonstrando que com essas condições a alternativa é viável. As outras alternativas não trazem para o empreendimento a mesma viabilidade que essa, quer dizer, não teria viabilidade para se pensar numa outra alternativa. Rapidamente era isso o que eu queria expor. Agradeço a atenção e obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado pela excelente exposição.

Ouviremos agora o doutor Mario Cezar de Aguiar, 1º vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

**O SR. MARIO CEZAR DE AGUIAR** - Boa-tarde a todos. Cumprimento inicialmente o Deputado Doutor Vicente, o Deputado Dirceu Dresch, a quem parabeno pela realização deste evento, o qual julgamos bastante importante.

Eu quero inicialmente pedir desculpas, porque como não sabíamos quais seriam as apresentações, e algumas já foram feitas, muitas coisas são coincidentes, razão pela qual algumas coisas nós podemos pular.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Esse assunto de rodovias, de logística, é um assunto bastante recorrente na Federação das Indústrias porque afeta a competitividade das indústrias catarinenses. Então nós temos nos preocupado e muito com as questões rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, e por isso esse é um tema bastante debatido na Fiesc.

O doutor Mário Dirani já fez essa colocação quanto às características técnicas da ferrovia, mas rapidamente coloco que a velocidade diretriz da Ferrovia Litorânea é de 80 quilômetros por hora. E só para os senhores terem uma comparação, a ferrovia que atende o Porto de São Francisco do Sul e vai até Mafra tem uma velocidade média de 15 quilômetros por hora, o que é inadmissível para um País que quer ser competitivo. Então, essa velocidade de 80 quilômetros por hora nos parece uma velocidade bastante razoável para uma ferrovia que se diz moderna.

Continuando com as características, o raio mínimo é de 400 metros; a rampa máxima é de 1%; a bitola é mista, para atender tanto a bitola estreita quanto a bitola de 1,60 metro, portanto serão três perfis de trilho para atender os dois tipos de bitola; e o gabarito é de contêiner duplo, podendo então colocar um contêiner sobre o outro, o que também é uma tendência nova.

Para que a gente possa ver a importância da Ferrovia Litorânea, já que não foi colocado o aspecto do transporte de pessoas, ela vai atender a zona litorânea, que tem uma população aproximada de 4 milhões de habitantes; que emprega 1,3 milhão de trabalhadores em 126 mil estabelecimentos; e que teve um PIB, em 2011, de R\$ 169 bilhões. Ali (*aponta para a tabela*), ao lado, nós temos então um crescimento... Esse crescimento não é exponencial, e a gente sabe que o crescimento da região litorânea catarinense tem sido um crescimento exponencial, mas esse é um crescimento projetado linearmente e que faz com que em 2020 a população nessa região litorânea atinja 4,3 milhões de habitantes.

Essa outra imagem mostra a configuração industrial catarinense, que vai embasar a importância, a necessidade e a viabilidade da implantação das Ferrovias Litorânea e Leste-Oeste, que são ferrovias complementares e que atenderão não só a demanda da indústria catarinense, mas a demanda da sociedade catarinense.

Nós teremos então uma malha ferroviária... Aliás, nós já tivemos uma malha ferroviária em Santa Catarina maior do que a que temos hoje e precisamos recompor isso. O Deputado Federal Esperidião Amin tem sempre colocado que em Santa Catarina nenhum metro de trilho foi colocado com dinheiro público, toda a ferrovia implantada em Santa Catarina foi com recurso privado e nunca com recurso público. Então nós, agora, estamos batalhando para que tenhamos a nossa malha ferroviária catarinense.

Voltando à configuração industrial catarinense, nós temos aqui na região oeste o complexo agroindustrial, que suporta boa parte da exportação catarinense, com quase 95 mil trabalhadores que atendem 2.846 indústrias; no planalto serrano temos o complexo florestal, ligado ao mobiliário, madeira, papel e celulose, com 81 mil

trabalhadores atendendo 5.346 indústrias; no Vale do Itajaí, no Médio Vale do Itajaí, principalmente, temos o complexo têxtil, ligado à área têxtil e vestuário, com 162 mil trabalhadores que atendem 8.659 indústrias; na região norte é o complexo eletromecânico, autopeças e naval, e ainda o moveleiro, na região de São Bento do Sul, com mais de 120 mil trabalhadores em 5.312 indústrias; na Grande Florianópolis é o complexo tecnológico, com 25 mil trabalhadores e 1.600 indústrias; e na região sul é o complexo mineral e plásticos (extrativa mineral e minerais não metálicos, cerâmica e plásticos), com quase 50 mil trabalhadores e 1.635 indústrias.

Portanto, somente essa potencialidade industrial de Santa Catarina suporta e sugere, então, que nós tenhamos que implantar tanto a Ferrovia Litorânea como a Ferrovia Leste-Oeste.

Este *slide* (*aponta para a imagem*) já foi apresentado pelo Mário Dirani, mas eu só queria colocar que a dimensão da movimentação portuária catarinense e da corrente de comércio internacional em plena expansão já exigem ampliação da malha de transporte. Hoje a região litorânea é atendida pela BR-101, mas ela não comporta mais o tráfego da região, e por isso precisamos achar uma solução. E até podemos colocar que a Ferrovia Litorânea se chame BR-102 ou BR-103. Essa é uma alternativa de transporte viável, e depois nós vamos verificar que ela é economicamente viável porque tem um *payback* de doze anos, o que é extremamente viável para a iniciativa privada ou para o governo fazer um investimento.

Nós temos aqui (*aponta para a imagem*) os portos catarinenses. Aliás, dentre os oito melhores portos brasileiros em desempenho, quatro estão aqui, são catarinenses. Então isso faz com que Santa Catarina, que hoje tem o segundo complexo portuário, possa vir a ter o maior complexo logístico brasileiro, com condições de superar inclusive São Paulo. Não é um sonho, isso pode ser realizado, o que nós temos é que dar a infraestrutura necessária em Santa Catarina para poder atender esse potencial que os portos catarinenses oferecem ao nosso Estado.

Então, o nosso *slide* já tem uma diferença em relação ao que o Mário Dirani colocou, mas em 2014 nós transportamos 1,7 milhão de contêineres, sendo que o Complexo Portuário do Rio Itajaí, que engloba os portos de Itajaí e de Navegantes, é o segundo em transporte de contêineres e Itapoá o sexto em transporte de contêineres do Brasil. Aliás, nós temos aí um outro elemento que é extremamente importante ao qual Santa Catarina deve dar uma atenção, que é o transporte por cabotagem. E nós temos em Santa Catarina o exemplo de Araranguá, que transporta arroz em contêiner por cabotagem para o Nordeste brasileiro. Essa também é uma outra alternativa de transporte que o Estado deve dar uma atenção especial.

A Ferrovia Litorânea, já colocado pelo doutor Mário Dirani, a EF-451, trecho Imituba-Araquari, tem uma distância inicialmente prevista de 236 quilômetros e investimentos já colocados de praticamente R\$ 15 milhões. Nós temos o risco de perder esse investimento, e esses recursos estão garantidos, mas nós só dependemos de alguns óbices que precisamos resolver. Eu acho que a sociedade organizada não pode aceitar desculpas para que nós não tenhamos implantada a Ferrovia Litorânea. Nós temos que achar um caminho que contemple tanto a questão indígena quanto a necessidade comprovada da implantação da Ferrovia Litorânea.

Os Lotes 1 e 2 já foram explicados pelo doutor Mário; a questão ambiental, que está com o Consórcio STE/Oikos, está em andamento; e estamos dependendo principalmente, não só unicamente, do parecer definitivo da Funai. Existem alguns óbices ainda quanto à questão do Gasbol, da Eletrosul, mas são coisas pequenas. O grande entrave para que nós tenhamos a definição final do projeto da Ferrovia Litorânea é exatamente a definição que a Funai deve colocar.

O representante da Funai falou que desde 2007 estão sendo feitas negociações. Nós estamos em 2015 e eu acho que a sociedade não pode admitir tanto tempo para se definir o traçado de uma ferrovia. Repito, nós temos que respeitar a questão indígena, mas nós temos que respeitar também o desenvolvimento da sociedade catarinense. Isso é extremamente fundamental.

As alternativas. A pior alternativa então seria essa que o doutor Mário nos apresentou, que tem um túnel maior, com 56 quilômetros, o que inviabilizaria a ferrovia, pois ninguém faria esse investimento que passa por um custo de R\$ 16 bilhões.

Aqui (*aponta para o quadro*) nós colocamos alguns elementos só para fazer uma comparação. Nós respeitamos a colocação do Pedro Lopes, evidentemente que nós temos que trabalhar com a intermodalidade, o transporte de caminhão é extremamente importante porque vai na porta da fábrica e entrega dentro do navio. Então é importante a questão do transporte rodoviário. Mas nós temos que mostrar as alternativas.

Uma barcaça, por exemplo, pode transportar 1.500 toneladas, quinze barcaças podem transportar 22.500 toneladas; já um vagão pode transportar 100 toneladas e uma composição com cem vagões pode transportar 10 mil toneladas; sendo que uma carreta pode transportar 26 toneladas. Pegando isso, um comboio de 15 barcaças corresponde a 225 vagões, que por sua vez correspondem a 870 carretas. É só para nós termos uma dimensão da capacidade de transporte do sistema ferroviário.

Uma outra questão que tem que ser verificada são os ganhos socioambientais que já foram apontados em diversos estudos com a implantação do transporte ferroviário: redução do consumo de combustível na ordem de 10 milhões de litros anuais; redução de elementos poluentes, que daria uma economia anual de cerca de R\$ 40 milhões; redução de acidentes rodoviários, que é bastante significativo... Aliás, nós temos o trecho da Grande Florianópolis que é o trecho da rodovia em que mais ocorrem acidentes no Brasil, não fatais, mas é o trecho com o maior número de acidentes. Então nós poderemos ter uma redução significativa do número de acidentes, o que representaria uma diminuição do custo do atendimento ao acidentado, que é extremamente oneroso para a Nação. Outro ponto seria a redução de R\$ 21 milhões anuais nos custos dos materiais perdidos em acidentes; e a redução da evasão fiscal e uma maior arrecadação de tributos.

Essa demanda de transporte a que o Deputado Doutor Vicente se referiu, que em 2030 teríamos 140 milhões de toneladas... Esse *slide* foi baseado numa informação de 1999. Então vejamos que em 1999 se projetava a demanda total de transporte em Santa Catarina de 98 milhões de toneladas e hoje já são projetadas 140 milhões de toneladas. Mas, provavelmente, pelo crescimento expressivo dos nossos portos, do sistema portuário catarinense, nós ultrapassaremos os 140 milhões de toneladas, Deputado Doutor Vicente. Então vejamos que o crescimento não é linear, o crescimento é exponencial em Santa Catarina, e nós temos que dar condições de estrutura para poder suportar esse crescimento.

Na questão da capacidade da rodovia BR-101, trecho norte, principalmente, que é a parte concessionada, eu queria abrir um parêntese aqui, porque logicamente se tivermos a Ferrovia Litorânea tiraríamos boa parte dos caminhões que trafegam pela BR-101, poderíamos também tirar parte da população que trafega pela BR-101 se nós implantarmos junto um transporte de passageiros - teria que ser feito um estudo de viabilidade, evidentemente -, mas a BR-101, que tem uma concessão que vai até 2032, prevê só um contorno, que é o contorno da Grande Florianópolis. Ela não prevê contorno na passagem de Balneário Camboriú a Itajaí, ela não prevê contorno na passagem da Grande Joinville. Se hoje isso já está congestionado, vocês imaginem em 2032 como estará a nossa BR-101. Eu sempre tenho dito que as pessoas vão ter que pegar uma senha para entrar na BR-101 e fazer um trecho curto de viagem. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

Então, nós temos que achar uma alternativa para a BR 101, e daí a ANTT fez um grupo de trabalho, com a Fetranesc, o Crea e a Polícia Rodoviária Federal, que dá uma colaboração extremamente importante nesse aspecto. Nós estamos fazendo um trabalho em que precisaria ser investido na BR 101, para melhorar o seu desempenho e a segurança das pessoas que ali trafegam, de R\$ 2,7 bilhões de reais em oito anos.

Mas isso não resolve até 2032, isso resolve em parte. Então nós precisamos, a sociedade catarinense precisa se conscientizar que a BR 101 necessita de um traçado alternativo. Logicamente que a Ferrovia Litorânea pode ser uma ferrovia que venha mitigar esse problema do fluxo de pessoas e da carga na BR 101, mas a sociedade catarinense precisa se preocupar com um traçado alternativo à BR 101, isso é extremamente fundamental.

Nós sabemos quanto demora um licenciamento ambiental, quanto demora a execução do projeto, quanto que demora a licitação e quanto tempo demora a execução da obra, então nós não podemos ficar reféns dessa questão, precisamos achar alternativas que nos deem condições.

Só para os senhores terem ideia, o *Highway Capacity Manual, HCM*, classifica as rodovias de A até F; a BR 101 hoje já tem alguns trechos com nível F, que é o nível do colapso, é o pior nível que existe. Então essas intervenções que estão sendo propostas poderiam passar do nível F, do nível E para o nível D ou para o nível C; mas a curto e a médio prazo, no longo prazo nós não teremos condições de melhoria de trafegabilidade na BR 101.

Aqui talvez (*aponta para a imagem*) seja o item mais importante da explanação que a Fiesc quer fazer aos senhores. Nós temos várias pessoas que dizem que a Ferrovia Litorânea é inviável, que ela não se justifica, que ela não se paga. O estudo de viabilidade técnico-econômico-ambiental já mostrou que ela tem um *payback* de doze anos, o que é extremamente importante para o investidor. Ela não tem como objetivo, como muitos dizem, apenas ligar os portos; ela é uma ferrovia complementar, que vai ligar com a Ferrovia Leste/Oeste, então está ligada a toda a malha ferroviária nacional. Então ela não é uma ferrovia, como muitos dizem, que vai ligar quatro, cinco ou seis portos catarinenses, incluindo o porto de Laguna. Elas são complementares e assim devem ser consideradas, o que amplia a importância da implantação dessas obras para a eficiência da logística e a competitividade catarinense. Então é extremamente importante que nós não falemos que a Ferrovia Litorânea é uma ferrovia para ligar os portos catarinenses; ela vai interligar os portos, mas não é essa a finalidade da ferrovia.

Ambas são as únicas obras estruturantes previstas para o Estado de Santa Catarina, não tem outra obra estruturante para Santa Catarina, e as mesmas permitirão a conexão de um dos mais eficientes

complexos portuários do País com a malha nacional, além de ser mais uma alternativa para a logística de suprimento e distribuição da produção industrial catarinense.

Para a indústria catarinense é extremamente importante que nós tenhamos um sistema, uma estrutura que dê capacidade de recebermos insumos e levarmos nossos produtos para os portos catarinenses, que como eu disse, podem ser o maior complexo logístico brasileiro. Vai depender muito da nossa sociedade catarinense.

Isso aqui também já foi dito, que no momento estão em andamento os projetos, sendo que na Litorânea já foram gastos praticamente R\$ 16 milhões. O prazo previsto inicialmente, que era para 2013, foi para outubro de 2015. O doutor Mário Dirani disse que talvez agora passe para dezembro, se definir a questão indígena. E eu acho que é esta a questão que temos que discutir aqui. Repito, respeitando a questão indígena, mas não deixando esse ser o único vetor, o único indicador para que se inviabilize a ferrovia.

A situação econômica brasileira hoje apresenta uma oportunidade para que as empresas transportem mais pelo meio ferroviário; e como eu disse, o projeto indica um *payback* de doze anos, o que é extremamente interessante.

E aqui colocamos em vermelho: Santa Catarina deve defender de forma unânime a conclusão desse projeto. É fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina que nós tenhamos essa estrutura implantada no Estado.

A nossa sugestão é que nós, sociedade catarinense, - e esse trabalho a Fiesc vem fazendo enquanto entidade, evidentemente que dentro dos seus limites - nos mobilizemos para que a solução imediata do entrave entre a Funai e a conclusão do projeto, se ache uma solução que atenda aos dois interesses.

Com o projeto em mãos, deve-se buscar alternativas para a implantação da obra, por intermédio da participação público-privada. Como o doutor Mário Dirani e o doutor Vicente Caropreso colocaram, existe dinheiro no mercado, existe interesse, o que falta é o projeto. Tendo o projeto, com esse *payback*, certamente a Ferrovia Litorânea será implantada.

*(O senhor Ulf Hermann Mondl, ex-presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipuaf), manifesta-se fora do microfone: "O senhor me permite um aparte?")*

Pois não.

**O SR. ULF HERMANN MONDL** - Os senhores esqueceram uma coisa muito importante. Aqui deveriam estar os Prefeitos de Palhoça, de Biguaçu e de São José, porque atravessar a região da Grande Florianópolis com um empreendimento desses não é simples. Não é só uma ferrovia que atravessa, é uma ferrovia e algumas estações. É uma enorme intervenção aqui no Município.

Na região da Grande Florianópolis mora um sétimo da população catarinense, e se os senhores não integrarem as Prefeituras nesse projeto, o seu projeto vai se inviabilizar, porque os custos dos territórios, das terras dos Municípios, são caríssimos. E o grande problema é que normalmente os órgãos federais esquecem as Prefeituras. Eu falo isso porque já fui presidente do Instituto de Planejamento de Florianópolis, e o grande problema, depois, quando chegam para atravessar a cidade, é que ninguém planejou as estações e como se chega naquelas estações. Há profundas cirurgias que serão feitas nas cidades e isso pode inviabilizar totalmente o seu *payback*.

**O SR. MARIO CEZAR DE AGUIAR** - Eu só queria lhe colocar que eu estou apresentando estudos que não foram feitos por nós. Nós somente estamos colaborando com a implantação da ferrovia. No nosso entendimento é mais do que justificável a questão da implantação da ferrovia. Se vai atender, se vai provocar algum impacto, pelo menos o resultado tem que ser positivo para a sociedade catarinense, esse é o nosso pensamento.

Então eu não quero discutir a questão do projeto, porque nós não fazemos o projeto. Agora, evidentemente, tenho certeza que o DNIT, tanto quanto as empresas que estão fazendo o projeto, estão conversando com as Prefeituras e entendendo onde que passa o traçado do projeto. Essa é a minha percepção. Não é da nossa competência.

Esse é o último *slide*. São quatorze anos de espera, acho que não há nada tão complicado que não se possa resolver em um curto espaço de tempo. Então eu pediria a compreensão tanto dos órgãos quanto das entidades envolvidas para que a gente pudesse acelerar a execução final desse projeto e a implantação da ferrovia, que é tão importante para nós.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Vamos ouvir o último palestrante dessa audiência pública o senhor Fernando Ritter, presidente da Associação Nacional do Transportador e dos Usuários de Estradas, Rodovias e Ferrovias (Antuerf).

**O SR. FERNANDO RITTER** - Boa tarde a todos.

Vou aproveitar esse momento para convidar todos a participarem, em abril de 2016, conforme o *banner* que trouxemos para esta audiência, e quero pedir a atenção de todos para que deem uma olhadinha neste *banner*. Ano que vem estaremos realizando em Florianópolis, no Centro Sul, em 6, 7 e 8 de abril, a Feira e Simpósio Nacional de Transportes sobre Trilhos, a ViaTrilhos 2016.

Quero agradecer a todos pela oportunidade para apresentar esse grande evento do setor, que já é considerado o maior do setor em nível nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Vamos passar agora às pessoas da plateia.

Quero lembrar que 1200 convites foram enviados para esta audiência pública, o que foi feito com muito trabalho e capricho por todos os envolvidos. Nesse sentido, quero agradecer ao gabinete do Senador Paulo Bauer, ao meu gabinete e também ao gabinete do Deputado Dirceu Dresch, que não mediram esforços para que isso acontecesse.

Quero registrar a presença do senhor Tiago Martins, representando o senhor Bruno Breithaupt, presidente da Fecomércio.

Passo a palavra ao senhor João Maurício de Assumpção Farias.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO DE ASSUMPÇÃO FARIAS** - Quero pedir desculpas para a coordenação da Mesa. Eu, de fato, tenho dois compromissos, uma reunião na AGU, e eu não estou inventando desculpas para não discutir a situação. Eu tenho um perfil de encarar, mesmo que grande parte da plenária tem questionamentos muito fortes ao nosso trabalho, mesmo a Funai, e a gente sempre encara até o final; porém, de fato eu preciso sair agora.

Eu avisei o procurador da Funai que era para eu estar às 15h, mas vou estar às 16h15min na AGU para depois ir a uma reunião no Judiciário. Eu preciso me ausentar, eu tenho um compromisso absoluto de - frente a todos os questionamentos colocados pela Frente Parlamentar e pelos gabinetes dos dois Deputados que estão aqui - vir aqui para dialogarmos com todos a respeito dessas questões e poder responder uma a uma. O que a gente não tiver condições de responder por aqui mandamos para a coordenação de licenciamento da Funai ou para a própria presidência da Funai.

Mas, de fato, eu preciso dessa compreensão de vocês, pois preciso me ausentar agora. Eu não sou de fugir da raia, tenham certeza disso. Mas peço essa compreensão ao pessoal, pois preciso ir lá para resolver um problema sério.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Nós agradecemos, senhor João Maurício, pela sua participação. E certamente o seu gabinete será visitado por nós dois, não tenha dúvida. Acima de tudo por vários questionamentos que surgirão hoje neste debate, nesta audiência pública.

Muito obrigado pela sua participação.

**O SR. JOÃO MAURÍCIO DE ASSUMPÇÃO FARIAS** - Perfeito. Obrigado, e um bom trabalho para vocês. Lembrando que é até uma casualidade, a qual mostrei para uma senhora que está sentada ali, pois dos cinco portos que existem em Santa Catarina, três têm o nome da etnia guarani: Itapoá, Imbituba e Itajaí. É uma coisa que fala com a memória histórica desse Estado, que pode não ser uma questão objetiva do ponto de vista de lucratividade, de rendimento, de transformar esse Estado mais pujante, mas fazem parte, é casualidade até. Mas os três principais portos do Estado têm o nome em guarani.

Obrigado, bom trabalho. A gente está sempre disponível para estar trabalhando com esse grupo de Deputados e de técnicos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Vamos passar ao primeiro inscrito.

Passo a palavra ao Vereador Cristiano Bertelli, do Município de Araquari.

**O SR. VEREADOR CRISTIANO BERTELLI (Araquari/SC)** - Boa tarde a todos.

*(Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)*

Parabenizo vocês por este evento aqui, acho que foi importante. Evento este que Araquari não teve a oportunidade de participar, infelizmente. Está sendo construída uma ferrovia no nosso Município e a comunidade, na qual ela será instalada, não foi ouvida. É a mesma situação que aquele senhor levantou, é uma população de mais de 22 mil habitantes, a ferrovia vai passar de um bairro mais populoso, o Vereador Rodrigo conhece, o Itinga, onde está sendo construído o colégio estadual, para mais de 1800 alunos, e a ferrovia está passando por cima do colégio. Tem a Mitra Diocesana, tem três CEIs [Centro de Educação Infantil], postos de saúde; e, infelizmente, o DNIT não conversa com Araquari.

Eu fiz uma audiência pública em 2010 em que foram convidados o DNIT, a Fatma, mas nenhum órgão participou. Temos abaixo-assinados da comunidade, contrários ao local que vai ser instalada esta ferrovia. Quero deixar bem claro que nós não somos contra a ferrovia, até porque entendemos que ela vem para o desenvolvimento de Santa Catarina, mas o local onde vai ser implantada a ferrovia em Araquari não é viável.

Ou seja, na verdade estão tirando o contorno ferroviário de Joinville, pois tem o problema social de Joinville, e jogando para Araquari. Então as crianças de Araquari podem morrer; as de Joinville, não, falando o português bem correto. Tem um padre, o Vicente, que falou uma frase em uma audiência pública realizada em 2010, assim: "A felicidade de uns vai ser a desgraça dos outros". É o que está acontecendo em Araquari.

Então, a gente apela aos Deputados que fazem parte dessa Comissão para que seja revisto o traçado de Araquari; e também apelamos ao DNIT para que seja estudado esse traçado, porque não podemos pagar pelos outros por uma situação como essa.

Nós temos a BR 101, pode ser paralelo à BR 101, à 280, por que jogar dentro do bairro Itinga, o mais populoso de Araquari? É isso. E quando instalarem e terminarem a instalação acontece outro movimento para retirar de lá.

Infelizmente, é isso.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Agora teremos um pequeno vídeo, de três minutos, de um antropólogo, o senhor Edward Luz.

*(Procede-se à apresentação de vídeo)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Com a palavra o senhor Flávio Luiz Furtado, da Opportunus Serviços Integrados Ltda., de Itajaí.

**O SR. FLÁVIO LUIZ FURTADO** - Obrigado, Parabéns pelo evento.

Eu só vou trazer à luz um evento ocorrido em 2004 quando, capitaneados pela Federação dos Transportadores de Santa Catarina, apresentamos ao governo do Estado uma modelagem para a duplicação do trecho sul da BR 101, duplicação da 470, conclusão da 282 e duplicação da 280. Isso tudo baseado na questão da transferência do domínio dessa infraestrutura do governo federal para o governo do Estado de Santa Catarina, única possibilidade de se viabilizar os empreendimentos e fazer o Estado crescer, pelo menos dobrar de tamanho nesse período.

Infelizmente, não conseguimos o objetivo maior, que era trazer para Santa Catarina o domínio da sua infraestrutura para que o Estado pudesse viabilizar, com a credibilidade e a pujança que tem, as demandas de infraestrutura que tem. Está na mão do Presidente, e hoje estamos novamente com a Fetranesc, onde tem um estudo de infraestrutura baseado nos modais ferroviário, rodoviário e aeroviário, para que possamos atingir os objetivos do Estado de Santa Catarina.

E hoje aqui nós estamos trazendo o Sind Empresas e Fundos de Investimentos da China, de Dubai, que conhecem o Estado, conhecem os projetos, que querem entrar; mas, como diz o velho ditado: o capital não tem pátria nem coração. O Capital busca o seu objetivo, que é o lucro; e é o lucro gerado pela riqueza que gera o comprometimento do desenvolvimento social. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Existem muitas demandas no Estado, existem muitos investidores que querem vir para o Estado, mas hoje nós carecemos de finalização de projeto e, fundamentalmente, de credibilidade. Eu acredito que se trouxermos isso para dentro de Santa Catarina, nós vamos vencer esses dois desafios, que é a credibilidade, a capacidade e a competência para podermos instalar a infraestrutura que precisamos. E quem acha que vai sair um caminho da rodovia se instalarmos a ferrovia, está enganado; as ferrovias, hoje, se implantadas, mal vão atender as demandas reprimidas. Em função das ferrovias, nós vamos precisar mais ainda de caminho para fazermos trajetos de curto trecho, pois a ferrovia só é viável em longos trechos. Aí, nós precisamos pensar bem a questão da ferrovia litorânea. Agora, a Ferrovia Leste/Oeste e a Ferrovia do Frango são, junto com a 470, a grande artéria do Estado de Santa Catarina, um Estado que tem a melhor infraestrutura portuária e a pior infraestrutura rodoviária do País para atender a sua demanda.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Eu queria estender os meus agradecimentos a toda Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e também à equipe do cerimonial da Alesc, em especial às taquígrafas que estão aqui nos ajudando.

A gente agradece muito pelo sucesso do evento.

As inscrições estão encerradas pelo adiantado da hora; nós temos nove pessoas inscritas. Eu pediria que as pessoas fossem objetivas nos seus posicionamentos, para que pudessemos fazer os encaminhamentos desta audiência pública.

Com a palavra o senhor Ulf Hermann Mondl, ex-presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IpuF.

**O SR. ULF HERMANN MONDL** - Eu sou engenheiro, trabalhei 40 anos com grandes projetos na Eletrosul, fui presidente do IpuF, e lidei com grandes empreendimentos aqui no Brasil.

O que eu noto, por exemplo, no projeto dessa ferrovia, é que ele é muito bem feito, mas ele está pela metade porque quando um projeto desses não leva em consideração as veias que alimentam aquilo, os caminhos que chegam, para carregar um trem desses, é preciso uma área enorme. Chegamos centenas e centenas de caminhões! Mesmo que façamos umas sete, oito estações dessas, aqui na Grande Florianópolis, que tem um sétimo da população do Estado... quer dizer, tendo umas duas estações dessas onde vamos pôr? A região aqui é densamente povoada, entre a montanha e o mar, já está muito ocupado. Quer dizer, qualquer custo de terra... desapropriações hoje já são quase impensáveis! A coisa tem que ser mais completa.

E como eu disse, aos Municípios, não adianta só mandar um ofício: "Ah, convidei os Prefeitos, tais e tais...". Às vezes, eles nem entendem direito as pressões do dia a dia de uma Prefeitura, nem

sabem direito qual o significado disso. Alguém, uma pessoa de alto nível, da Assembleia aqui, da Comissão, devia procurar os Prefeitos, fazer umas reuniões, porque sem os Prefeitos, por exemplo, de Joinville, de Camboriú, de Balneário, que é uma região de transposição difícil, e a região da Grande Florianópolis, não tiverem engajados neste processo, não tem a menor viabilidade para sair uma coisa dessas! Os Municípios não podem ser esquecidos. Veja bem, eu não estou querendo criticar os técnicos que fizeram - também sou engenheiro civil -, mas eles só devem ter feito o projeto com algumas condicionantes rodoviárias. Talvez nem tenham ideia das implicações urbanísticas dele. Imaginem uma ferrovia atravessar de Biguaçu até Palhoça; por exemplo, aqui na região do *Shopping*, onde que o trem vai passar, se já não tem mais espaço para nada? A travessia e os terminais das cidades são tão importantes como o próprio projeto em si, e não pode ser esquecido porque se não todos os custos, todas as previsões serão detonadas. Sugiro que essa realidade seja levada em conta para nós tornarmos o projeto viável.

Desculpe se eu fui um pouco enfático, mas realmente eu vi que ainda está faltando uma coisa para esse projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Eu gostaria que o doutor Mário Dirani pudesse concisamente dar uma resposta ao questionamento do senhor Ulf Hermann Mondl.

**O SR. MÁRIO DIRANI** - Bom, conforme foi mencionado na apresentação, esse projeto da ferrovia litorânea, nasceu a partir de um estudo de viabilidade que foi feito em 2001. Nesta ocasião, pelo que eu sei - eu não estava no DNIT nessa época -, pelo que eu sei, foram feitas audiências públicas, assim como serão feitas no caso do estudo da Ferrovia de Integração. Então, eu acredito que nessa ocasião tenham sido ouvidas as Prefeituras das cidades cortadas pela ferrovia para se poder estimar todo o impacto que o empreendimento trará. Agora, uma coisa que precisamos ter em mente como muito importante, como já mencionei, é a questão das declarações de utilidade pública. Enquanto elas não forem emitidas, as cidades continuaram a crescer, tanto a expansão habitacional, como a expansão de áreas industriais para cima do traçado da ferrovia.

Então, eu acredito que seria importante que, nós, novamente, fizéssemos uma audiência pública promovendo o encontro com as Prefeituras cortadas pelo projeto da ferrovia, para que se pudesse tomar algumas medidas a fim de evitar o avanço da área ou até mesmo alguma compatibilização necessária de traçado com relação ao problema do crescimento urbano.

*(O senhor Ulf Hermann Mondl manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Deputado Dirceu Dresch.

**O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Eu gostaria de registrar a presença dos senhores Vereadores Gilson Conte e Severino Pádua de IpuMirim, ambos do Partido dos Trabalhadores. E Agradeço suas presenças aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Com a palavra o senhor Beto Lima, presidente do Sindicato das Empresas de Logística e Transporte de Cargas da Região da Amurel (Setram).

**O SR. BETO LIMA** - Boa-tarde.

Eu vou ser bem rápido pelo adiantado da hora.

Quero registrar que sou presidente do Sitram, Sindicato dos Transportadores da região da Amurel, e faço parte da Federação também.

Eu só queria fazer uma correção em alguns dados que foi passado. Quando se fala no peso de um caminhão de 26 toneladas, nós temos caminhões que pode transportar 74 toneladas dentro da legislação, com um impacto bem menor na rodovia do que um de 26. O de 26 concentra mais o peso nos eixos e o de 74 distribui melhor. Então, só uma correção para melhorar o cálculo a título de colaboração.

Quando se fala em criação de empregos, também vamos considerar que haverá um desemprego na outra ponta.

Outra coisa que eu também fiquei um pouco indignado, claro, eu tenho que defender a nossa classe, é que nós ficamos aqui como bandidos, porque o caminhão mata todo mundo, porque o caminhão acaba com tudo, o caminhão detona tudo, o caminhão devasta tudo. Não é bem assim. O caminhão gera emprego, o caminhão transporta, caminhão paga imposto e tem muito chamado domingueiro, que enche a cara de caipira na beira da estrada, no feriado das praias, e vai se enfiar embaixo dos caminhões, causando danos, não pagando prejuízos e causando essas tragédias todas aqui colocadas na conta do transportador. Só queria fazer essa ressalva. *[Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]*

Parabenizar demais isso aí. Precisa-se de ferrovias, porque só com rodovias, com a atenção que nós ganhamos do governo do Estado e do governo federal, não vamos chegar a lugar nenhum.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Muito obrigado pela sua participação. Esse realmente é um espaço democrático, onde todos têm a oportunidade de emitir seus pareceres e defender suas posições.

Passo a palavra para o senhor Angelo Aurelio Sonaglio, da Comissão de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Mobilidade da OAB, de Palhoça.

**O SR. ANGELO AURELIO SONAGLIO** - Boa-tarde.

Nós temos uma preocupação na Comissão há muito tempo com a mobilidade. O senhor Ulf coloca uma preocupação, e nós também. A Comissão de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Mobilidade tem tratado a mobilidade como um todo. A Comissão tem tratado a questão indígena do Morro dos Cavalos, inclusive no próximo ano pretende tratar com mais ênfase, porque existe uma preocupação em todo o entorno de haver uma grande desapropriação. Se a área indígena for criada, um grande número de moradores vai ter que entregar as suas casas, as suas terras para a instituição da área indígena.

Quanto à questão da Ferrovia Litorânea em si, nós temos um ponto de vista além da questão do transporte de cargas, que é o transporte de pessoas. Nós estamos numa área metropolitana grande - até estranho, pois eu não vi pelo menos o senhor Cassio Taniguchi presente, se não me engano ele é diretor da área metropolitana aqui, ele deveria também estar presente acompanhando [a audiência], porque isso vai gerar um grande impacto na região.

Essa questão da saída de pessoas e cargas dessa área metropolitana nos deixa muito preocupados. Eu não vejo isso sendo tratado - pelo menos eu não senti isso no que os senhores colocaram. Nós temos a oportunidade de prever para os próximos cinquenta anos o que será feito em termos de transporte tanto de pessoas como de cargas por toda uma região extremamente habitada. Assim como as cargas crescerão, o número de pessoas também crescerá, e as rodovias já estão sobrecarregadas. Muito me estranha, eu participei das audiências públicas do Contorno Rodoviário da Grande Florianópolis, que não foi prevista a ampliação do próprio Contorno, foi previsto duas pistas, sendo que quando estiver pronto já vai estar saturado.

Eu estou vendo a mesma coisa aqui com esse projeto. Ou seja, nós estamos falando em transporte de cargas, não estamos pensando seriamente, eu não vi ninguém aqui se preocupar com transporte de pessoas num traçado que poderá ser previsto. Nós falamos em trem bala, alguém citou o trem bala em São Paulo, mas aqui ninguém falou nada. Eu não quero trem bala, mas nós temos que prever a possibilidade de usar a mesma linha, ou talvez uma linha paralela para instalar um trem de passageiros, sim. Nós temos que facilitar isso nós temos que resolver todos os problemas de uma vez.

Uma vez eu questionei meu irmão: "Por que os políticos quando pedem uma obra, ou uma estrada, ou um contorno, eles aceitam um projeto simplório." Meu irmão explicou que era tão difícil conseguir dinheiro para isso que às vezes o que vem é o que eles aceitam que seja feito. Mas eu acho que é muito pouco para nós.

Eu concordo que as Prefeituras deveriam estar envolvidas, espero que a partir de agora isso seja feito. A Comissão do Meio Ambiente da Palhoça, da qual eu faço parte, pretende participar ativamente, e nós vamos cobrar da nossa Prefeitura, da nossa área de atuação essa participação.

Eu acho que essa discussão realmente tem que ser aberta e ampliada. O próprio projeto em si, por questão de transparência, deveria ser colocado perante a comunidade, mostrar o que está sendo feito, o que está sendo previsto, colocar à disposição - eu não sei se já está, desculpem a minha ignorância, mas se não estiver que se coloque o pré-projeto, informando que [a ferrovia] vai passar por tal local, para que nós tenhamos condições de discutir em cima do projeto. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Gostaria de registrar a presença do Vereador Claudiomiro Cerutti, da Câmara de Vereadores de Ipumirim, e dos amigos Josiane e Sérgio.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Peço a todos os oradores que, por favor, sejam concisos, pois estamos no adiantado da hora.

Passo a palavra para a senhora Bernadete Ciriaca Karklin, presidente da Associação dos Moradores da Bacia do Maciambu, de Palhoça.

**A SRA. BERNADETE CIRIACA KARKLIN** - Meu boa-tarde. Eu sou presidente da Associação e faço parte da Comissão Contra a Demarcação das Terras Indígenas do Morro dos Cavalos. Nós estamos nessa luta há muito tempo.

A minha pergunta é a seguinte: pelo que eu vi ali, no projeto que vocês apresentaram, parece que a Funai inclusive está mandando na nossa área, que seria Maciambu Pequeno, Fazenda Santa Cruz e Casa Branca. Eu tenho um questionamento porque há dois anos nós tivemos no DNIT em Brasília, e lá foi protocolado um ofício que, quando começasse a discussão da Ferrovia Litorânea, a nossa comunidade fosse chamada até prevendo o avanço da Funai com relação à discussão daquela região. Porque pelo detalhe do projeto eu vi que nós estamos sendo incluídos nele, mas é a Funai que está fazendo a regra do jogo. Por sermos uma comunidade vizinha e não estarmos dentro dessa demarcação, eu acho que está havendo um equívoco naquela situação ali.

Então nós, como sociedade civil - já que o Prefeito de Palhoça não nos procura para nos ajudar nesse projeto ou falar alguma coisa,

inclusive avisando para o conselheiro da OAB que o Conselho de Meio Ambiente de Palhoça já está há seis meses para ser nomeado e o Prefeito não nomeou, o que seria bem importante até para ajudar nessas causas aqui hoje do projeto da Ferrovia -, queríamos saber a quem recorrer. Nós vamos ser chamados nesse processo para discutir. Porque no dia em que foram fazer uma demarcação da Ferrovia, foi diante do terreno do meu vizinho, e o rapaz me disse o seguinte: "Eu estou aqui porque a Funai liberou." Mas aqui não é terra da Funai, isso aqui é terra de uma comunidade tradicional que não faz parte do processo demarcatório.

Então, já existe em Brasília um ofício protocolado lá que nós fossemos chamados para ajudar na questão do projeto da Ferrovia, porque lá não é só terra da Funai, lá tem comunidades tradicionais que estão sendo colocadas diante desse projeto como área indígena. Eu acho que isso tem que ser olhado para que a gente possa realmente fazer uma discussão séria em cima dessa questão. Inclusive o Rio Maciambu, que está colocado aí, que a Funai fala tanto, passa dentro da minha comunidade, passa atrás do meu terreno e não faz parte da demarcação.

Então eu só queria fazer um alerta para vocês. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado.

Os vários questionamentos - como havíamos falado com o Deputado Dirceu Dresch, pena que ele teve que sair - com a Funai poderiam até ser mais bem explicados neste momento. Mas certamente esta audiência trará alguns desdobramentos no sentido de solicitar mais informações a respeito do assunto Funai, provavelmente a sua abrangência será um deles.

Queria agradecer a presença do Vereador Rodrigo Fachini, Presidente da Câmara de Vereadores, de Joinville. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

**O SR. PAULO BOAMAR** - Só para colaborar, na apresentação da Fiesc foi colocado que os emboques dos túneis, entrada e saída estão efetivamente fora da área indígena, somente o túnel passa por baixo da área indígena.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado pela intervenção, senhor Paulo Boamar.

Ouviremos agora o senhor Valério Tomazi, Prefeito de Tijucas.

**O SR. PREFEITO VALÉRIO TOMAZI (Tijucas/SC)** - Boa-tarde a todos. Cumprimento o Presidente desta audiência pública e os demais presentes.

Eu quero referendar a posição do senhor Ulf Hermann. Eu sou engenheiro civil também, Prefeito de Tijucas, fui Presidente da Câmara de Vereadores e fui por muitos anos do corpo técnico da Prefeitura de Tijucas. Posso dizer que em momento algum o DNIT procurou a Prefeitura de Tijucas para qualquer conversa, para qualquer audiência. Nós não fomos ouvidos.

Passando por dentro da nossa cidade nós temos as duas empresas, uma ganhou o Lote 1 e a outra ganhou o Lote 2, uma para em Tijucas e a outra é a partir de Tijucas, e nós não fomos ouvidos, não vieram conversar conosco. A comunidade pede... O traçado está passando, só para teu conhecimento, dentro de uma comunidade, sobre uma igreja, e nem a igreja é respeitada.

Nós não somos contra a ferrovia, eu sou um apaixonado por ferrovia. Até pela minha formação, como engenheiro civil, gosto demais de rodovia, de ferrovia, de tudo que se refere a transporte, mas não podemos cometer o mesmo erro da 101, que passa em São Miguel, em Itapema coladinha na beira da praia. Pensou-se na viabilidade só para aquele momento, mas nós precisamos pensar cinquenta anos à frente. Como vai ser o comportamento da população de Palhoça, de São José, de Biguaçu, de Tijucas, de Itapema? E de Balneário Camboriú e Camboriú, porque aquilo ali não tem mais para onde se espremer.

Então, nós precisamos ser ouvidos e a comunidade pede isso. Nós não somos contra a ferrovia, precisamos dela, mas nós precisamos ser ouvidos. Agora, depois do projeto pronto só vir para a execução, aí não vale! A Funai tem que ser ouvida, nós respeitamos isso, é um direito dos índios, mas nós precisamos ser ouvidos. A comunidade, mais do que nunca, precisa ser ouvida, os Prefeitos das cidades envolvidas têm que ser ouvidos, porque eles têm que defender as suas comunidades. Eu vou defender a minha comunidade.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado, senhor Prefeito.

Com a palavra o doutor Mário Dirani, que quer fazer alguma inserção a esse respeito.

**O SR. MÁRIO DIRANI** - Bom, como eu disse, eu acredito que na época do estudo de viabilidade, como é de praxe, tenham sido feitas audiências públicas. Se foram feitas, ou se não foram feitas, ou se foram, mas foram insuficientes, eu acho que nós podemos articular aqui. Eu já deixaria combinado com os Deputados a realização de uma nova audiência pública, que eu proponho seja feita aqui, para a qual sejam convidadas as comunidades e os Prefeitos dos Municípios envolvidos a fim de que a gente possa novamente discutir se existe algum ponto em especial que precisa ser revisto.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - O.k., obrigado, doutor Mário.



Vamos ouvir agora o senhor André Gaidzinski, presidente em exercício da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc).

**O SR. ANDRÉ GAIDZINSKI** - Boa-tarde a todos. Os meus cumprimentos ao Deputado Doutor Vicente Caropreso, com quem estivemos na semana passada, sexta-feira, em Guarimir, na reunião do Cegesc; ao Deputado Dirceu Dresch, às autoridades, aos nossos parceiros e aos nossos vice-presidentes, diretores e representantes das Associações Empresariais da nossa Facisc.

Eu fiz uma pergunta numa reunião promovida pelo Mario Aguiar há alguns meses em relação ao túnel. Como foi dito aqui, a boca do túnel, ou seja, o emboque está fora da área demarcada como área indígena, e qual é o problema de um túnel, que tem um impacto ambiental quase nulo, se os índios estão lá em cima e o túnel vai passar embaixo, da mesma forma como o túnel rodoviário? Realmente foi explicado, e o colega da Funai que está aqui estava lá conosco aquele dia, sobre o componente indígena.

Então é isso o que eu queria deixar aqui, só para vocês verificarem isso. Eu perguntei se era caro, e no nosso entendimento a questão do componente indígena vai ter que ser pago, e vai ser pago por quem? É o DNIT, é o governo federal ou vai ser a empresa que vai construir? Então essa conta vai sobrar para alguém e parece que ninguém quer falar, parece que alguém quer empurrar para alguém a resolução dessa questão.

O componente indígena, quando eu interrompi perguntando se era caro, foi bem explicado naquele dia na Fiesc: pode não custar nada, como também pode custar muito. Então eu acho que o ponto principal, Deputados, é realmente a história do componente indígena. Vocês, depois, fazendo esse trabalho, deveriam conversar e saber quanto isso custa e quem vai pagar essa conta.

Era só para deixar registrada essa questão. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado, senhor Gaidzinski.

Com a palavra o senhor Pedro José de Oliveira Lopes, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc).

**O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES** - Bem, quanto às audiências públicas, e foi citado, sem ironizar eu vou fazer uma referência de quando essa ferrovia foi planejada. Segundo a história, em 1845.

Em segundo lugar, vamos fazer uma conta sobre a duplicação da 470 - eu vou dar só aquilo que o DNIT apresentou recentemente em Rio do Sul. Para nós duplicarmos a 470 de Marcelino Ramos até São Francisco, 240 quilômetros aproximadamente, teríamos um custo de R\$ 3,4 bilhões. Quanto nos custaria duplicar a BR-280? Quanto nos custaria duplicar a BR-282?

Vamos considerar que foram aplicados R\$ 2 bilhões na duplicação do trecho sul da BR-101; à época US\$ 800 milhões para a duplicação do trecho norte da BR-101... Mas isso já está construído, vamos deixar para trás. Considerando que nós deveríamos ter para a viabilidade desse trecho da Ferrovia Litorânea R\$ 16 bilhões, creio que com menos do que isso nós duplicaríamos todas as rodovias necessárias para a infraestrutura de Santa Catarina. E um reestudo deveria ser feito, Deputado Dresch e Deputado Caropreso.

Recentemente, num debate do Grupo Paritário do Trabalho que eu integro na Planalto Sul - eu integro também aqui na Litoral -, fizemos um encontro com o Prefeito de Mafra de quanto seria possível criar-se à beira da BR-101, na altura do trecho norte, um centro de distribuição de carga e que chegaria por trem ao porto de São Francisco, e eu estou vendo aqui que são 167 quilômetros em cima de uma malha que já existe. Então não é dizer...

Quanto à questão da barcaça que o Mario colocou, e nós temos conversado sobre isso, fizemos uma análise da barcaça do Rio Itajaí a partir de Ilhota, que nos permite ali um calado de 7 metros, 8 metros - mas não seria bem só de Ilhota, um pouco mais para cá. Para chegar um carregamento ao porto de Itajaí, estivemos com o Ayres falando disso, nós encontramos uma pequena dificuldade.

Uma barcaça com quarenta contêineres só seria possível naquele trecho porque... as pilastras da ponte da BR-101 têm 15 metros e uma barcaça só pode ter 12 metros para passar. Na ponte nova, são 35 metros e permitiria passarmos com até cem contêineres dentro de uma barcaça. É preciso que se considere também o custo do tombamento da carga que vem do oeste ou de qualquer região para cair ali e chegar no navio. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] [Leiturista: Dulce M da Costa Faria]

Então, levando em consideração tudo o que foi exposto aqui, eu tenho a impressão de que nós temos que estudar isso, que é a proposta da Fetrancesc. Eu tenho isso aqui, porém é muito extenso e eu não iria apresentar, mas vamos discutir essa questão; vamos nos propor a fazer unindo aquilo que é possível de ferrovia em cima do que já existe para melhorar essa ligação sem afetar mais nada, e vamos tratar das duplicações das rodovias.

Vou falar mais uma vez, como foi enfaticamente dito aqui: caminho prejudica estrada? Vamos nos respeitar! Eu pediria, conscientemente, que não me trouxessem mais essas palavras aqui para dentro: tirar caminho para solucionar. Então vamos construir rodovias estaduais. E estamos lançando um desafio para que Santa

Catarina, através da Comissão de Transporte, nos permita planejar - pelo menos sonhar - o que se pode fazer numa interligação de modais. Outro detalhe: vamos nos preocupar com isso agora, porque o Norte brasileiro, no Amazonas, já está construindo um Zepelin para levar as cargas do Norte até os portos do Pacífico, e nós estamos sendo esquecidos por estudar e sonhar muito aqui no Sul.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - O representante da Fiesc gostaria de comentar algumas declarações do senhor Pedro Lopes?

**O SR. MARIO CEZAR AGUIAR** - Só quero usar a palavra porque foi citado o meu nome. Eu queria comunicar ao Beto Lima que ali foi uma referência àquele assunto. Na verdade, sabemos que tem caminhão adequado, como também há barcaças muito superiores a 150 toneladas. Aquilo foi só uma referência a isso. Em hipótese alguma a Federação defende a retirada do caminhão. O transporte rodoviário é fundamental - isso eu acabei de dizer -, ele vai à porta da fábrica, mas nós precisamos criar alternativas diferentes. Está certo? O mundo inteiro é assim, e nós não podemos ser diferentes.

Há outra questão posta pelo Pedro Lopes. Nós, Pedro Lopes, estamos contratando e receberemos agora, no próximo domingo, um representante do Instituto Frau Hoffen, que é um instituto respeitado mundialmente e que vem exatamente estudar a intermodalidade em Santa Catarina. Nós sabemos que o Estado de Santa Catarina não tem um estudo que contemple todos os modais de transporte. Então, a Federação das Indústrias, em conjunto com outras entidades, está convidando o Instituto Frau Hoffen para fazer um estudo de intermodalidade em Santa Catarina, a fim de que possamos planejar o Estado de Santa Catarina.

Com relação à ponte do Rio Itajaí-Açu, sentido norte, você participa do GPT e sabe que o projeto é a demolição daquela ponte, porque aí teríamos o vão de 70 metros, podendo permitir a passagem das barcaças. Esse projeto de demolição daquela ponte, que é uma ponte estreita e que inviabiliza o transporte de barcaças, está contemplado naquele estudo GPT de R\$ 2,7 bilhões para fazer uma ponte nova, a fim de atender à questão da navegabilidade naquele trecho do Rio Itajaí-Açu - são 70 quilômetros de área navegável com barcaça. É uma opção, mas o estudo de viabilidade é que vai indicar se isso é viável ou não. Então, temos que fazer esse estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado.

Apesar de passar a palavra ao doutor Mário, eu comunico a todos que o doutor Mario terá que se ausentar, pois está retornando para Brasília.

**O SR. MARIO DIRANI** - Sim, estou retornando para Brasília. Peço desculpas por me ausentar, pois o meu voo está marcado para daqui a pouco.

Eu só queria fazer um esclarecimento com relação a esta questão do Estudo do Componente Indígena (ECI); queria explicar o que aconteceu até hoje e que retardou esse processo. Para que se obtenha a licença de um empreendimento junto ao Ibama quando existe impacto em terra indígena, o Ibama exige que se faça o Estudo do Componente Indígena. Como é feito esse estudo? A Funai emite um termo de referência para dizer o que tem que ser considerado nesse estudo. Esse termo de referência orienta o modo como o ECI é feito dependendo do tipo de impacto que é causado, e por isso a Funai precisa saber qual é o traçado que vai ser adotado.

Então, o que aconteceu nesse tempo todo é que o DNIT ficou estudando outras alternativas sugeridas pela Funai, que acreditava que elas poderiam ser viáveis. Lógico, se aquela alternativa do túnel de 56 quilômetros fosse viável seria o ideal, porque nem seria necessário fazer o Estudo do Componente Indígena. Mas como agora o DNIT firmou posição, demonstrou à Funai que aquelas outras alternativas estudadas são inviáveis, então nós falamos: queremos fazer o Estudo do Componente Indígena para essa alternativa. E agora a Funai se comprometeu a emitir um termo de referência específico para esse caso em que o empreendimento causa um impacto direto à comunidade indígena, impacto esse que pode ser mitigado por medidas compensatórias: ou se estuda alguma solução de engenharia para minimizar esse impacto, ou através de medidas compensatórias, como o DNIT já fez no processo de duplicação da BR-101. Portanto, é isso que está acontecendo.

Na semana passada tivemos uma reunião em Brasília com o diretor-geral do DNIT e a presidência da Funai. Nessa reunião se alinhou que de agora em diante nós vamos começar a ter um contato mais estreito, não ficaremos trocando ofícios - aguardamos dois meses por uma resposta. E esperamos obter esse termo de referência da Funai. O DNIT vai fazer o Estudo do Componente Indígena, vai contratar esse estudo, e, a partir daí, vai poder complementar a documentação junto ao Ibama para a obtenção da licença ambiental.

Era isso que eu queria esclarecer: acho que agora as coisas estão caminhando para bom termo.

Eu peço licença para me retirar em função do voo que preciso pegar.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Muito obrigado pela sua participação. A Assembleia Legislativa, em nome do seu Presidente, o Deputado Estadual Gelson Merisio, agradece a sua vinda e a sua contribuição aqui.

Com a palavra o senhor Elísio Sgrott, Vice-Prefeito de Imbituba.

**O SR. ELÍSIO SGROTT** - Boa-tarde a todos. Nós queremos parabenizar a Assembleia Legislativa, em nome dos Deputados Caropreso e Dirceu Dresch, por esta excelente audiência pública e queremos reforçar a necessidade dessas audiências públicas nos Municípios envolvidos.

Nós já participamos de reunião - se não me falha a memória em junho, na Fiesc - sobre o tema. E, principalmente devido ao traçado, às vezes há necessidade de haver algumas sugestões benéficas e de haver pequenas intervenções para auxiliar no processo. Imbituba quer ser parceira, assim como foi na época da duplicação da BR-101, quando interagimos bastante com o engenheiro João José dos Santos, com o engenheiro Vieira - engenheiro do escritório de Barreiros. É nessas conversas, nessas reuniões e nessas audiências que surgem soluções para o desenvolvimento desse projeto, que é importante. Imbituba está se desenvolvendo bastante a passos largos, assim como o Porto de Imbituba também, com resultados muito positivos. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] [Leitura: Denise V. Silva]

Ontem ainda fizemos uma grande reunião em Imbituba com os empresários, com a população, enfim, passando os dados da Prefeitura e os dados também do Porto, sendo que lá estava também o engenheiro Rogério Pupo, que é o administrador do Porto.

Queremos aqui também ressaltar a presença da Vereadora Rosália, do Poder Legislativo. Eles também têm uma Comissão que está acompanhando todo esse processo da ferrovia litorânea, o que é necessário porque a população fica apreensiva pelas questões já ventiladas da possível indenização no momento oportuno. E fazendo essas reuniões, agora esta audiência pública, e sabendo o traçado, e com essa interação DNIT, Prefeitura, população, aqueles terrenos que hoje não estão regularizados, talvez possam ser regularizados para que no momento da indenização esse processo flua de maneira mais rápida. Então, é muito importante solicitarmos a realização de uma audiência pública no Município de Imbituba.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado pela sua contribuição.

Para terminar a relação dos inscritos, chamo para fazer uso da palavra o senhor Alberto Machado, do Porto de Itapoá.

**O SR. ALBERTO MACHADO** - Boa-tarde a todos. Primeiramente, gostaria de parabenizar a iniciativa da Assembleia Legislativa, através da Comissão.

Vou falar bem rápido, até pelo adiantado da hora. Percebemos que um pouco do problema que as pessoas vêm levantando em relação a esse tipo de projeto de maneira alguma é procurando inviabilizar as ferrovias, pois todo mundo apontou os pontos positivos, como é o caso, por exemplo, do Porto Itapoá, inclusive viemos colocando no Fies a situação.

O estudo que condiciona a Ferrovia Litorânea e todas as outras é de 2001 e 2002. Esse lapso temporal de catorze anos é inadmissível. Esse é o problema. Talvez em 2001 e 2002 o componente indígena não era importante ou a igreja de Tijucas não fosse tão importante, não foi visualizada, aí se perdeu, acabou virando um estudo arcaico ou pelo menos limitado.

O Porto de Itapoá também entra nesse esquema, porque em 2000 e 2002 o Porto não era uma realidade, tanto é que é Ferrovia Litorânea não vai até Garuva ou ao Porto de Itapoá. É mais um ponto que a gente precisa colocar aqui também.

Então são cinco pontos. Laguna também precisa ser contemplada, e ali também tem um *gap* para Laguna. E o que a gente quer contribuir nesse sentido? Do ponto de vista do investidor, para ele assumir uma concessão de uma ferrovia como essa precisa atuar justamente no que vocês vêm comentando, intermodalidade e a viabilidade econômica e financeira, que vai se dar na nossa visão a partir de três pontos.

Um ponto seria a Ferrovia Leste-Oeste; a litorânea é com certeza viável, desde que a Leste-Oeste esteja dentro desse arcabouço. O sul ligando até Osório, Rio Grande do Sul; e o norte ligando ao Paraná. A própria Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Fiep, já se colocou à disposição para integrar toda a malha ferroviária, que hoje desce a Paranaçu de maneira muito limitada, ela quer integrar essa malha aos portos catarinenses. O Paraná, como todos sabem, só tem um porto, está vindo mais um, mas é um monopólio. E os paranaenses conhecem a experiência dos portos catarinenses, que são portos eficientes e contribuem para o desenvolvimento do Estado, e eles querem buscar essa integração aqui conosco. Já foram visitar, inclusive... acho que a própria Fies já fez um contato com eles. E é mais um ponto, quem sabe ligar a Ferrovia Litorânea a essa condição da malha viária no Paraná e também ao Rio Grande do Sul. Com certeza o projeto vai se tornar mais viável, vai ter mais recursos inclusive para pagar todos esses problemas: o componente indígena, essas coisas todas. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado.

Deputado Dirceu, nós chegamos ao final desta audiência tendo que fazer os encaminhamentos. Ou serei eu ou será Vossa Excelência que encaminhará todos esses posicionamentos.

Eu fiz um resumo de algumas solicitações pontuais como o traçado em Araquari. Mas praticamente todos solicitaram uma revisão dos trechos urbanos, a maior parte dos Prefeitos e outras interferências a respeito por onde vai passar essa ferrovia, qual o impacto urbano.

E também a questão indígena foi unânime. Fazer uma ação aqui, como Poder Legislativo, como as autoridades que se fizeram presentes, e outras que têm, a respeito de até quando nós teremos uma definição disso, e pedindo a agilização de uma maneira técnica da própria União, porque a União não se entende com a União. Ninguém está brigando aqui com a Funai, quem está brigando é o DNIT, não é o Ex-Superintendente João José dos Santos.

Essa foi a razão que eu hoje discurssei e dei várias entrevistas, esse caos parece que está no nosso DNA, parece que nós gostamos de carimbo, de certidão e de embromar, desculpem o termo caboclo, mas é embromação. Nós temos uma dificuldade crônica de resolver situações com base técnica. O tempo vai passando, os governos mudam através das eleições e as coisas vão sendo deixadas de lado. Agora o problema é que o Brasil hoje está sem dinheiro, e nós vimos aqui que são 16 milhões praticamente jogados fora, com todo respeito.

O tempo passou, como uma pessoa de Itapoá falou ainda há pouco, e várias outras pessoas se pronunciaram, e parte desse dinheiro está perdido, é outro trajeto, é outra discussão, a maior parte quem sabe vai ficar. Até a discussão do trajeto na área indígena, quem sabe com uma grande força nossa aqui no Poder Legislativo, Deputado Dirceu, possa ser mais agilizada do que esse problema urbano, que é decorrente da demora, do atraso na execução.

Final, na realidade, nós não estamos sem projeto executivo - os dois consórcios ganharam 75% do dinheiro destinado. É isso que tem que ficar claro e que eu também citei, e isso tem nome. Graças ao Senador Paulo Bauer isso veio à tona e esta audiência está sendo realizada. A realidade tem que ser dita. Alguém teve que ir atrás para obter um documento, um relatório que foi corroborado, estão aí nos números que a gente falou inicialmente, que foram até colocados num outro parecer e numa outra nota técnica. Então eu ouviria o Deputado Dirceu Dresch para saber se ele concorda com as posições ou se ele tem outra sugestão de encaminhamento final, para que a gente organize essa moção.

[Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Eu quero fazer algumas considerações. Aqui se falou da polêmica das rodovias, de passar ou não para o Estado, ou passar para a União. Estamos com uma situação muito crítica das nossas rodovias, tanto estaduais quanto federais - no oeste especialmente -, porque as nossas rodovias, repito, tanto federais quanto estaduais, estão sucateadas e precisam de um grande investimento. Tanto é que a região do extremo oeste, só para esclarecer ao nosso amigo, está lutando por federalizar o trecho São Miguel do Oeste a Itapiranga, porque o Estado não está dando conta, e que a 280 de Canoinhas a Porto União foi federalizada e reformada. Citei isso para esclarecer: não é só passar ao Estado que resolve o nosso problema.

Uma questão que eu desejo expor, além das questões que o Deputado levanta, é a prorrogação do trecho até Itapoá. É preciso discutir isso - talvez seja um tema que tenhamos que tratar daqui para frente - porque é importante para Santa Catarina.

Outra grande demanda é realizar os debates sobre as áreas urbanas, é rediscutir o trecho das áreas urbanas. Talvez não seja necessário refazer todo o projeto, mas especialmente os projetos das áreas urbanas, da travessia urbana dos Municípios, conforme foi citado aqui por vários participantes. Talvez esse seja um dos grandes debates.

Na minha avaliação, os dois grandes gargalos se referem ao trajeto da comentada área indígena e das áreas urbanas. Para mim esses são os dois grandes gargalos que a gente precisaria...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Funai e áreas urbanas.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Isso. São os dois temas que precisam ser discutidos.

Eu não tenho conhecimento técnico, Deputado Vicente, para dizer se de fato o projeto está ou não está perdido, mas eu acredito que não, acredito que dá para aproveitar o projeto feito, só recompondo as áreas urbanas. Talvez, caberia uma nova audiência pública sobre isso a fim de que seja apresentado o projeto e discutido com os Municípios como fazer para construir os contornos urbanos; que seja mostrado o projeto, onde isso passará, quais são as ruas - se passará na comunidade, tem que repensar - etc. Enfim, talvez seja esse o desafio, assim como prosseguir com isso até o porto de Itapoá.

Então, que dentro de uns trinta dias possamos fazer uma nova audiência pública sobre isso, porque irmos a cada Município é difícil, não dá. Faríamos um único evento, discutindo com todas as cidades onde o trajeto precisa ser repensado. E a outra questão é a do

processo da área indígena. Acredito que a Comissão deve acompanhar isso muito de perto a fim de agilizar com as entidades a questão da área indígena.

Era isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Agora, vamos ouvir a contribuição do engenheiro João José dos Santos, superintendente Regional do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina e ex-superintendente do DNIT.

**O SR. JOÃO JOSÉ DOS SANTOS** - Rapidamente, só para complementar o assunto. O doutor Mário deu abertura - e foi importantíssimo -, o DNIT deu abertura. Esse projeto sempre foi desenvolvido muito por Brasília, em conjunto com as empresas contratadas, e na minha opinião essa abertura é a seguinte: é uma audiência um pouco mais demorada, talvez, mas nós já fizemos várias vezes isso. Então realmente é chamar as Prefeituras para a audiência pública com uma pauta clara, o que é importante, porque aí já mata isto, e para a qual todos os Prefeitos e os seus Secretários de Planejamento ou de engenharia virão a fim de ver o projeto.

Os dois contratados, Lote 1 e Lote 2, apresentam o projeto com o doutor Mário - eu acho que vai ser tranquilo para ele, e não estou fazendo aqui nenhuma intromissão nisso. O que for tranquilo em termos de projeto estará resolvido, e o que não for tranquilo, aí sim vai à Prefeitura novamente e analisa: a projetista tem esta obrigação, dentro do contrato. E a questão de Itapoá é outro contrato, provavelmente; mas acho que essa questão pode ser resolvida na próxima audiência pública com a qual o DNIT se comprometeu aqui, o que foi muito bom.

Então, acho que esse é um dos fatores preponderantes para que agora o projeto caminhe.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - O.k.

**O SR. ULF HERMANN MONDL** - Se no projeto não tiver o arquitetônico das estações de transbordo - as imediações -, dificilmente o projeto é entendido pelos Prefeitos. Eles têm que, mais ou menos, saber até que ponto o projeto intervém na cidade, porque em torno de uma estação há um monte de ruas, de acessos, de caminhões e isso, pelo visto, não foi projetado.

Obrigado.

**O SR. EGÍDIO ANTONIO MARTORANO** - Se me permite, é um minuto só.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Uma breve intervenção, já com os encaminhamentos.

**O SR. EGÍDIO ANTONIO MARTORANO** - É só uma observação de Itapoá. Claro, não estão previstas; agora, nós temos que pensar o seguinte: estamos discutindo aqui um projeto que tem prazo para terminar e já tem R\$ 16 milhões investidos. Por exemplo, se há a questão de Itapoá, isso pode se fazer na extensão. E desde o início o projeto da Ferrovia Litorânea tem a sua extensão para o Rio Grande do Sul como tem extensão prevista para o norte também. Portanto, a questão é o projeto cujo prazo já está se esgotando.

Então, como contribuição ao assunto, eu gostaria de dizer que Santa Catarina tem que receber esse projeto, o qual já está sendo muito postergado - e com esse projeto se abre para outras adaptações e extensões.

Outra questão é que em todos os projetos apresentados pelas empresas estão previstas estações de transbordo, e foi levada em consideração, com certeza, a questão... tem que ser apresentada aqui. Nós tivemos a apresentação dos dois consórcios, e isso inclusive... nós colocamos a questão de a ferrovia chegar ao porto, que aliás não é... eu acredito que ninguém quer que a ferrovia chegue ao terminal, que é uma área tão importante e é só de passagem. *(Manifestação Inaudível fora do microfone.)*

É, pode ser, diferente de outros, não é? Mas agora... E todos os projetistas que apresentaram o projeto já estão prevendo estações, já estão levando em consideração essa questão. Não tem como fazer projeto sem isso.

**O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES** - Deputado Dirceu, eu só quero ser claro em uma coisa, pois talvez eu não tenha sido entendido: não é transferir, porque até poderia; mas é que o Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, tem que fazer um mutirão de planejamento para solucionar aquilo que for do Estado. E aquilo que for federal, que o federal resolva. É preciso isso para que possamos fazer o trabalho e dar condição aos investidores - eles estão prontos a virem para cá - de saberem onde poderão aplicar. Nós temos investidor, o que não temos é uma coalizão de projetos para buscar a solução daqueles pontos que são necessários a isso.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Obrigado.

Eu acho que ficou bem claro. Primeiro, de antemão esta audiência pública já sabia do grande problema, do grave problema que praticamente inviabilizaria o projeto em relação à situação da Funai. E, na minha opinião, esta audiência pública tem que se posicionar de maneira enérgica para esse assunto ser encerrado, com ou sem o Ministério Público, com ou sem a Justiça Federal. Mas tem que ser dado um prazo, já que a Nação está sangrando, o dinheiro está sendo jogado para fora. *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira]*

É preciso ficar bem claro que isso tem que acabar. Em 2008, quando começou o projeto... em 2001 foi o primeiro projeto amplo do Estado, vamos dizer, do Esperidião, no governo Fernando Henrique; em 2008, no governo do Presidente Lula, houve a licitação, os consórcios foram vencedores, e desde lá começou esse impasse. Parece que não está havendo adaptação do próprio governo federal entre si mesmo.

Então, eu vou propor que esta audiência pública possa agir de maneira enérgica com relação a isso, porque, evidentemente, é um gargalo que dificultou muito a própria execução, praticamente, ou seja, não tem projeto executivo devido a isso. E isso ficou claro. Portanto, nós temos que agir energicamente contra isso, a favor da ferrovia e contra esse impasse. De alguma maneira uma solução vai ter que ser achada para isso.

Como encaminhamento, a primeira moção que eu proponho a todos é que nos mobilizemos no sentido de o DNIT, num breve espaço de tempo, conversar com a Funai. Se não houver uma solução plausível para isso, que o assunto seja encaminhado ao Ministério Público Federal a fim de que este faça um encaminhamento plausível disso. O problema é que o dinheiro da Nação está sendo posto fora, e um país sem dinheiro, jogando dinheiro fora, não tem sentido; se já não tem, nós estamos apressando o fundo do poço.

A segunda moção é que a Assembleia Legislativa, Deputado Dirceu, facilite a audiência pública com os Prefeitos e os Secretários de Planejamento dos Municípios por onde passará o trajeto. Tudo bem, eu acho que nisso nós podemos até ajudar; agora, é uma questão técnica federal com os Municípios para definir inclusive o trajeto. E tem que ser levado em conta que passa trem no meio de grande parte das metrópoles. Eu acho que a maior parte das pessoas que viajou, ou vê no cinema, a Los Angeles viu que onde tem uma rodovia tem uma ferrovia no meio. E eles dão conta de passar, ou seja, o desenvolvimento contempla trem, contempla carro, enfim, contempla as várias modalidades de transportes. Então tentaremos contemplar com esse progresso que o Brasil precisa, que Santa Catarina precisa, com essa modalidade.

Deputado, eu não sei como ficaria isso. Se na nossa responsabilidade, nós continuamos a avocar para nós, sem problema; ou se o DNIT, enquanto órgão federal, solicitaria essa audiência pública. Vossa Excelência, que tem alguns mandatos, poderia sugerir algo?

**O SR. ANGELO AURÉLIO SONAGLIO** - Quando foi realizado o contorno da Grande Florianópolis houve audiências públicas nos próprios Municípios, certo? Eu creio que a ANTT e o DNIT deveriam estar juntos nisso. Talvez fosse mais adequado antes liberar os projetos aos Municípios, a fim de poderem se posicionar, entender o que está sendo discutido, e chamar a comunidade para se posicionar.

Eu vejo que ao fazer uma nova audiência pública aqui para apresentar o projeto vai se perder mais tempo ainda. Então, vamos mandar para os Municípios, vamos explicar a eles que façam essas audiências em cada Município, e vamos encaminhar isso para frente. Mas, antes de tudo, tem que liberar o projeto.

**O SR. VEREADOR CRISTIANO BERTELLI (Araquari/SC)** - Essa proposta se torna inviável porque cada Município vai determinar um início e um fim de trajeto, quer dizer, não vai haver coincidência. Eu acho que a audiência tem que ser feita com todas as partes envolvidas, porque senão não vai funcionar. Imagine você ouvir um Município que deseja que a rodovia passe de um jeito e ouvir outro que deseja que a rodovia passe de outro jeito - não vai funcionar.

**O SR. ANGELO AURÉLIO SONAGLIO** - Mas aconteceu no contorno de Florianópolis e deu certo; em princípio, chegou-se a bom termo.

**O SR. VEREADOR CRISTIANO BERTELLI (Araquari/SC)** - Até hoje não está pronto, ainda estão discutindo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Eu queria... *(Orador não identificado se manifesta fora do microfone: "Uma proposta, Deputado. Se se fizesse pelas Associações dos Municípios, que geralmente englobam de nove a doze Municípios, ficaria mais enxuta, não é?")*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Grande Superintendente, só um instantinho, espere o microfone chegar.

**O SR. JOÃO JOSÉ DOS SANTOS** - Houve o comprometimento do DNIT com a Comissão, e é questão de agilidade chamá-los aqui para ser feita a apresentação dos projetos - os Prefeitos estarão à disposição disso. Faz-se o convite enfático às Prefeituras e aos seus representantes técnicos para a apresentação, e aquilo que houver dúvida não vai ser resolvido na audiência pública; mas depois o DNIT concederá à empresa a conversa com a Prefeitura sobre os pontos pendentes, que não serão muitos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Eu penso que na audiência pública têm que ser definidas grandes diretrizes. É necessário refazer os projetos? Bom, depois o DNIT vai ter que discutir isso com a região, via Associação dos Municípios, e nós vamos cobrar isso.

Deputado Caropreso, eu compreendo não podermos trazer uma brasa quente para cima dos nossos pés, como diz o povo, mas nós temos a responsabilidade de cobrar isso, de agilizar tudo isso. Então nós podemos discutir o assunto com o pessoal da nacional, com

os Deputados Federais; podemos fazer uma ponte para tentar somar forças a fim de agilizar o processo.

Mas eu ainda acho, pelas manifestações feitas aqui, que tem que ser feita uma audiência pública coletiva para discutir as grandes diretrizes. Depois, que se opere Município por Município, que é papel do DNIT, ou por associação dos Municípios, como foi sugerido. Isso é importante.

Eu acho que é isso.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - O.k. Então, fica definida a nossa posição em relação à audiência pública que será feita nesta Casa com a presença do DNIT, com a possibilidade de participação de Deputados Federais, de Senadores, e com a presença de outras lideranças.

Então, que haja a audiência pública e o encaminhamento, por parte desta Comissão, da Frente Parlamentar, a favor das ferrovias; e, da Comissão de Transportes da Assembleia, para que haja esse entendimento entre a Funai e o DNIT.

Deputado Dirceu, gostaria de se manifestar, para terminar?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - Eu queria separar o tema Funai, área indígena, da questão dos Municípios urbanos. Eu acho que não dá para ser as duas coisas juntas.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Nós aprovamos dois itens?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH** - No mais, também quero agradecer a possibilidade de fazermos este debate hoje e quero nos colocar à disposição de todos para continuar esse trabalho muito importante.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Doutor Vicente)** - Eu queria agradecer a presença de todos e dizer que esta audiência foi altamente produtiva. Agradeço a todos que colaboraram, ao Presidente da Casa, o Deputado Estadual Gelson Merisio; ao Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano; e a todas as senhoras e todos os senhores que contribuíram para a resolução disso, principalmente aos palestrantes.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a audiência pública. (Ata sem revisão dos oradores.) [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] [Leitura: Denise V. Silva]

**DEPUTADO ESTADUAL DOUTOR VICENTE  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA ROTA DA CERVEJA EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 14H, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Vivian Tamai)** -

Autoridades presentes, senhores Deputados, senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública solicitada pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para debater sobre a criação da Rota da Cerveja em Santa Catarina.

Para compor a mesa dos trabalhos, convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Ricardo Guidi, Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o senhor Luciano Flávio Andriani, diretor Tesoureiro do Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Ciesc) e do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL), neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), senhor Glaucio José Côrte, e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif), senhor Sanderlúcio Fabiano de Mira; o excelentíssimo senhor Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santa Catarina Turismo S/A (Santur); o senhor Carlo Giovanni Lapolli, presidente da Associação das Micro Cervejarias Artesanais de Santa Catarina (Acasc); e o excelentíssimo senhor Fabrício Kusmin Alves, Prefeito de Lauro Müller. (Palmas.)

Para conduzir os trabalhos desta audiência pública, convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Gean Loureiro, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Boa-tarde, senhores. Nós agradecemos a presença de vocês, especialmente das autoridades.

Convidamos a fazer parte desta mesa, representando todas as micro e as pequenas empresas, já que a Fiesc e a Acif estão aqui

representadas, o senhor Fábio Braga, presidente da Associação dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais da Região Metropolitana de Florianópolis (Ampe).

Quero rapidamente fazer o registro da presença do senhor Bento Linhares, representando a Cervejaria Wunder Bier; do senhor Vinícius Simão Rzatki, sócio-proprietário da Cervejaria Cozalinda, de Florianópolis; do senhor Ronaldo Dutra Ferreira, proprietário da Cervejaria Bruxa, de Rancho Queimado, e sócio da Cervejaria Unika, de Rancho Queimado; do senhor Idney José da Silva, representante da Cervejaria Liffey; da senhora Mônica Linhares, diretora da Produtora Visionário; do senhor Marcos Küster, Secretário Municipal de Turismo e Cultura de Pomerode; da senhora Sueli Irene Zinco, representando a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte; do senhor Alan Jung Crocetta, Vereador de Lauro Müller; do senhor Evandro Santos, representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel); do senhor Darciso Machry, representando a Associação de Turismo Hidrotermal de Santa Catarina; do senhor Francisco Eduardo Felisbino, proprietário da Cervejaria Lohn Bier, de Lauro Müller; dos senhores Luiz Fernando Weinmann e Mateus Eduardo Weinmann, proprietários da Cervejaria Weinmann, de São José; do senhor Gabriel Kollross, proprietário da Armada Cervejeira, de São José; do senhor Alexandre Cássio, sócio-proprietário da Cervejaria Kairós, de Florianópolis; do senhor Ricardo J. L. da Rosa, sócio-proprietário da Cervejaria Kairós, de Florianópolis; do senhor Diego Simão Rzatki, sócio-proprietário da Cervejaria Cozalinda, de Florianópolis, e tesoureiro da Associação de Cervejarias Artesanais da Região Metropolitana de Florianópolis (Ascam-Floripa); dos senhores Leandro Sorgato e Gelson Sorgato, representando a Cervejaria Lassberg, de Itapiranga; do senhor Sidernei Adriano Karsten, sócio-proprietário da Cervejaria Karsten, de Jaraguá do Sul; do senhor Renan Senff, sócio da Cervejaria Laika Beer, de Porto União, e coordenador do Núcleo Cervejeiro de União da Vitória e de Porto União; do senhor Eduardo Krueger, sócio-gerente da Cervejaria Bierland, de Blumenau; do senhor Carlos Bressiani, diretor-geral da Escola Superior de Cerveja e Malte, de Blumenau; do senhor Carlos Petry, sócio-cotista da Cervejaria Sunset, em Santa Catarina; da senhora Clarice Bressiani, presidente do Chapecó e Região Convention & Visitors Bureau; do senhor Filipe Correa da Costa, proprietário da Cerveja Sambaqui, de Florianópolis; do senhor Thiago Martins, assessor de Relações Institucionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio), representando o presidente Bruno Breithaupt; do professor Vinícius de Lucca Filho, conselheiro da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte; do senhor Douglas Ricardo Hoffmann, gerente de Marketing da Prefeitura de Joinville; da senhora Rosi Dedekind, presidente da Instância de Governança do Norte de Santa Catarina Caminho dos Príncipes e conselheira do Conselho Estadual de Turismo de Santa Catarina; do senhor Alexandre Cardoso, sócio da Cervejaria Laika Beer, de Porto União; do senhor Deivid Costa, turismólogo da Prefeitura de Pomerode; do excelentíssimo senhor Christian Martins, Vereador de Porto União; do excelentíssimo senhor Valdir Furlanetto, Vereador de Jacinto Machado; do excelentíssimo senhor Vanio de Melo, Vereador de Jacinto Machado; do senhor Roque Lino Braun, presidente do Sindicato Estadual de Guias de Turismo de Santa Catarina; do senhor Ricardo Stodieck, Secretário Municipal de Turismo de Blumenau; do professor Cláudio Ebert, representando o diretor-geral do Instituto Federal de Santa Catarina, *campus* Florianópolis, senhor Maurício Gariba Júnior; da senhora Dirlei Barbieri Rofner, Secretária Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Treze Tílias e conselheira do Vale do Contestado; e do senhor Guilherme Santana, representando o Vereador Edinon Manoel da Rosa (Dinho), de Florianópolis.

Convidamos para compor esta mesa de trabalho o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; e o Deputado Estadual Doutor Vicente.

Senhores e senhoras, eu tive a honra de apresentar o Projeto de Lei 249.2/2015, que dispõe sobre a criação da Rota das Cervejas de Santa Catarina. Esse projeto tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, na qual recebeu parecer favorável, aprovado por unanimidade naquela Comissão, e agora tramita na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, tendo sido designado Relator o Deputado Ricardo Guidi, que é o Vice-Presidente da Comissão, que vai exarar o parecer. Entretanto, fruto da sugestão de diversos integrantes das associações de cervejeiros de Santa Catarina e de cervejarias... Peço desculpas se o nosso vocabulário ainda não é o mais adequado, mas nós vamos corrigindo, se necessário.

Quero também registrar a presença do senhor Homero Gomes, ex-Secretário de Turismo de Florianópolis. Obrigado pela presença.

O nosso objetivo é fazer com que ao invés de aprovar simplesmente uma rota das cervejas, nós possamos discutir uma legislação mais completa sobre o tema. Nós recebemos muitas sugestões para aperfeiçoar a matéria e eu assumi o compromisso de

ao tramitar na Comissão terminativa, que é a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, realizarmos uma audiência pública para ouvir o setor, a fim de chegarmos ao melhor texto possível. Inclusive o Relator, que já tinha exarado um parecer, acatou a sugestão aprovada por unanimidade na Comissão de Turismo a respeito da realização desta audiência pública.

O nosso papel aqui é efetivamente ouvir as senhoras e os senhores diante da proposta que foi apresentada, recebendo sugestões para aperfeiçoar a matéria. E em conversa que tivemos com o Relator, o Deputado Ricardo Guidi, combinamos que a Comissão abriria um prazo, estipulado nesta audiência, para receber sugestões após a realização desta audiência, porque nem sempre no formato de audiência se consegue conciliar totalmente as ideias, ou vocês em conjunto, reunidas as associações, as entidades, apresentam para a Comissão a fim de que ela possa deliberar. A nossa ideia é tentar trabalhar para que ainda este ano tenhamos a aprovação final do projeto, que pode muito mais do que definir as rotas turísticas e culturais das cervejas em Santa Catarina, pode ser direcionada ao incentivo de políticas públicas, de políticas de Estado voltadas ao setor econômico - e os mais audaciosos pensam até em estabelecermos critérios de participação no mercado, nos eventos populares.

Nós estamos muito felizes em termos aqui uma grande participação de representantes de cervejarias. E eu quero agradecer a mobilização feita, que confesso iniciou com o Diego Rzatki, da Cozalinda, aqui de Florianópolis, que sugeriu que fizessemos um debate mais amplo, o que acatamos. Então hoje o nosso papel é de ouvir todos vocês, e fico feliz em ver aqui a representação da Fiesc, da Acif, com o Luciano representando essas duas entidades, da Ampe, da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - e o Secretário Filipe Mello entrou em contato comigo falando da impossibilidade de se fazer presente em função de agenda, mas que estaria aqui representado -, o Prefeito de Lauro Müller, os diversos Vereadores, o presidente da Santur Valdir Walendowski, que obviamente foi quem iniciou todo um estudo das rotas iniciais... E falo iniciais, Valdir, porque eu já recebi algumas sugestões de outras rotas que ainda não estavam previstas naquele estudo realizado há algum tempo pela Santur, o qual queremos aperfeiçoar, bem como ouvir da Santur de que forma podemos trabalhar em conjunto para definir a promoção das nossas cervejarias com incentivo ao setor econômico e turístico do nosso Estado.

Assim sendo, após essas rápidas considerações, ouviremos primeiramente os membros da mesa, iniciando pelo Deputado Estadual Doutor Vicente.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DOUTOR VICENTE** - Boa-tarde a todos. Os meus cumprimentos ao Deputado Guidi, ao Deputado Gean Loureiro, autor da iniciativa, a todas as demais pessoas que compõem a mesa dos trabalhos, aos convidados ilustres e ao meu amigo Deputado Leonel Pavan, que é um grande incentivador, um homem do turismo e que durante toda a sua trajetória tem sempre colocado esses temas em evidência.

Em primeiro lugar quero parabenizar o Deputado Gean Loureiro, que teve essa brilhante ideia de promover um debate com as entidades ligadas ao setor justamente para saber como Santa Catarina, sendo um Estado com uma forte presença do povo germânico, altamente adepto à cerveja, pode incentivar a produção, o comércio, o turismo, através da facilitação dessa atividade cervejeira. *[Taquígrafa- Revisora: Siomara G. Videira]*

Na realidade eu quero parabenizar pela realização desta audiência, ouvir as manifestações e saber de que forma a gente pode colaborar com esta iniciativa. Então, muito mais que fazer proposições, temos que ouvir e saber como sermos parceiros dos adeptos da atividade cervejeira.

Agradeço e estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Registro a presença de Jorge Welter, assessor parlamentar do Deputado Estadual Valdir Cobalchini, justifico a ausência dos Deputados Estaduais Gabriel Ribeiro, João Amin, César Valduga, que estão em compromissos anteriormente agendados.

Com a palavra o Deputado Estadual Leonel Pavan, 2º Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL LEONEL PAVAN** - Quero saudar todos e dizer aqui, querido amigo, Gean Loureiro, que a Lei nº 15.242, de 27 de julho de 2010, que altera a Lei 14.961, de 2009, que dispõe sobre o programa de incentivo à produção de cerveja e chope artesanais, criada por mim, foi homenageada pela grande maioria dos produtores de cerveja artesanal.

Eu tive a alegria de ser considerado amigo dos produtores, fui agraciado com uma placa, e há três anos, no meu aniversário, fizeram uma grande festa com três mil litros de cervejas artesanais, lá em Balneário Camboriú. É bom lembrar que fui homenageado.

Eu sou um homem ligado ao turismo, assim como é o nosso querido amigo Doutor Vicente, que é ligado especialmente à saúde, mas tem projetos brilhantes para o turismo religioso.

Querido amigo Gean, você que preside esta reunião, nós todos, de Santa Catarina, temos a missão de impulsionar o potencial turístico do nosso Estado não só no que se refere às belezas naturais, mas às várias atividades da produção catarinense. E esse seu projeto, que é um roteiro turístico, sem dúvida alguma, terá forte repercussão em nível nacional e internacional. Então, quero aqui homenagear a Comissão de Turismo e as pessoas que estão imbuídas nesse projeto.

Vejam! Quando eles fazem uma avaliação do turismo de Santa Catarina, eles olham todos os setores, do parque temático, do parque industrial, do turismo de eventos, do turismo ecológico, do turismo de compras; enfim eles fazem uma avaliação geral. Nós sempre fomos considerados um dos melhores Estados do Brasil, fomos por sete vezes consecutivas o melhor destino turístico do Brasil, citando cada setor, não só no quesito praia, campo, Beto Carrero, lazer; envolve todas as atividades. E com certeza, criando esse projeto, será mais um impulso que Santa Catarina terá para competir futuramente com outros Estados brasileiros como melhor destino turístico do Brasil.

Aqui há uma parte cultural fortíssima. O Brasil já reconhece que Santa Catarina tem potencialidade destacada na fabricação da cerveja artesanal.

Coloco-me à disposição de todos, e lhes digo que será um grande prazer defender qualquer projeto que envolve esta atividade.

Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Com a palavra o Deputado Estadual Ricardo Guidi.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL RICARDO GUIDI** - *(Cumprimenta as autoridades já nominadas e os demais presentes.)*

Eu queria louvar o projeto do Deputado Gean Loureiro porque Santa Catarina é um Estado que tem grande vocação turística.

Num passado não muito recente, começaram a se desenvolver diversas cervejarias artesanais aqui, de grande qualidade; então acredito que com essa rota vamos poder aproveitar os turistas que já estão aqui visitando o nosso Estado e atrair novos turistas para aumentar o desenvolvimento econômico catarinense.

Estamos aqui para ouvir as sugestões a fim de melhorar esse projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Com a palavra o senhor Luciano Flávio Andriani, diretor Tesoureiro do Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Ciesc) e do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL), representando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), senhor Glauco José Côte, e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif), senhor Sanderlúcio Fabiano de Mira.

**O SR. LUCIANO FLÁVIO ANDRIANI** - Boa-tarde, eu trago aqui o apoio da Federação das Indústrias de Santa Catarina. O presidente Glauco Côte me pediu que estivesse aqui para apoiar esta iniciativa, assim como o Sanderlúcio de Mira, presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif).

Nós entendemos este projeto como muito benéfico, porque vai trazer muito dinamismo à nossa economia e vai ajudar muito na cultura, uma vez que ele não envolve só a cerveja; ele vai mexer com todas as cidades, vai movimentar a economia, desde o ramo de hotelaria, de gastronomia até o de produções locais.

Esta é uma iniciativa importante e nós, que representamos a indústria, estamos muito felizes, Deputado Gean, com essa sua proposta. Esperamos que ela seja aprovada o mais rápido possível, e contem conosco para todo o apoio que precisar para que isso aconteça.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado, Luciano.

Com a palavra o senhor Fabrício Kusmin Alves, Prefeito de Lauro Müller.

**O SR. PREFEITO FABRÍCIO KUSMIN ALVES (Lauro Müller/SC)** - Agradeço o Gean Loureiro por esta oportunidade, e, em cumprimentando-o, cumprimento as autoridades e os demais presentes.

Quero dizer que este momento por si só é grandioso, porque reúne as pessoas de um importante setor de Santa Catarina e por oportunizar a todos a colocação das suas ideias.

Nós temos que atentar para que não tenhamos empresas grandes aumentando cada vez mais o seu parque fabril, enquanto bravos empreendedores catarinenses, brasileiros, lutam para colocar a sua cervejaria, o seu negócio. Então, é importante essa iniciativa nesse sentido, e que se amplie essa questão em Santa Catarina.

Gean, aproveite a oportunidade para dizer que Santa Catarina não pode ser um Estado que incentiva grandes festas, regiões e iniciativas em detrimento de outras. O Estado de Santa Catarina é

pequeno, mas grande em oportunidades. Então, quando investir em festa regional, que também pense nas regiões e nas cidades que não têm essas grandes festas.

Que bom que nós temos as grandes festas, mas precisamos que cada vez se dissemine mais no Estado as festas, porque automaticamente através delas teremos a divulgação das nossas cervejas artesanais.

Portanto, é muito importante esta discussão, e representando o Município de Lauro Müller que também tem uma cervejaria, friso está válida iniciativa e vamos trabalhar para que tenhamos grande incentivo para que as pequenas e micros cervejarias sejam um grande ramo, um grande negócio para Santa Catarina.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Com a palavra o senhor Fábio Braga, presidente da Associação dos Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais da Região Metropolitana de Florianópolis (Ampe).

**O SR. FÁBIO BRAGA** - Meus amigos, meu fraternal abraço a todos, especialmente aos empresários aqui presentes. Sabemos da dificuldade de tirar um dia para vir a eventos políticos. Normalmente se diz que o empresário não vem até a Assembleia, mas está aqui um segmento muito bem organizado que veio lutar pelos seus direitos. A possibilidade que o Parlamento hoje pode fazer em favor dos empresários, está fazendo, Gean. Esperamos do Parlamento exatamente isto: um diálogo aberto e franco antes que as leis sejam feitas; precisamos que conversem conosco, do segmento econômico, antes que as leis vão à aprovação. E hoje o Parlamento dá exemplo disso.

Santa Catarina é a terra da pequena agricultura, da economia familiar, da micro e da pequena empresa. Aqui no Estado 95% dos CNPJs ativos são de micro e pequenas empresas. Na nossa região, de Florianópolis, em especial, nós chegamos à casa dos 98%. Somos a grande força motriz da economia catarinense, não desmerecendo a grande empresa que é a grande parceira da micro, mas se a crise ainda não atingiu Santa Catarina é por causa dos bravos e guerreiros empresários de microempresa, que não conseguem nem demitir porque não tem capital de giro para fazer a demissão, e tem que segurar na marra. O Estado de Santa Catarina é empreendedor e muito baseado na economia dos pequenos negócios.

Este ano é especial porque conseguimos a inclusão das microcervejarias no Simples nacional. Quem esteve em Brasília - eu estive em todas as votações - sabe o quanto foi dura aquela votação e quanto jogaram pesado as grandes cervejarias para tirar as microcervejarias daquele projeto do Simples nacional. Inclusive, um jogo pesado, cooptando com recursos para tirar as cervejarias. Os Parlamentares catarinenses foram bravos guerreiros. O Deputado Jorginho Mello, talvez, foi o grande capitão disso; ele bateu firme o pé, não aceitou a cooptação e manteve as microcervejarias no Simples nacional, uma antiga demanda nossa que este ano foi concretizada. Este é um grande ano, Gean, para as microcervejarias, para nós, do Simples nacional.

O projeto da rota da cerveja, para nós, é mais de divulgação de uma rota cervejeira, para que o Estado a divulgue por onde quer que ele vá. Cabe a nós, das empresas, das associações, nos capacitarmos para recebermos bem o turismo e termos mais união com as Prefeituras para uma divulgação maior, e assim conseguirmos instituir a rota da cerveja.

Falar em rota da cerveja aqui em Florianópolis há um tempo parecia engraçado, pois as pessoas diziam que éramos açorianos, falávamos rápido e tinha muito alemão na nossa região. Eu, como presidente de associação de microempresa, Deputado Gean, na Região Metropolitana de Florianópolis, acredito que a rota da cerveja possa ser o terceiro produto turístico, depois da praia e do *shopping center*.

Podem contar conosco, da associação de microempresa, e falo também pela federação das associações de microempresa, que é parceira do movimento das rotas cervejeiras, para implementação, execução e comemoração da efetivação desse projeto.

Parabéns, Gean e todos empresários, e vamos ao debate porque a gente quer ouvir os empresários sobre a situação.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado, Fábio. Com a palavra o senhor Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santa Catarina Turismo S/A (Santur).

**O SR. VALDIR WALENDOWSKY** - Boa-tarde a todos. Agradeço o convite do Deputado Gean Loureiro para participar desta importante reunião.

Quero tecer alguns comentários para que a gente possa equalizar, posteriormente, com a participação das pessoas que aqui estão, principalmente dos empresários de todas as regiões de Santa Catarina, os quais cumprimento. Eu contei e aqui estão treze cervejarias representadas. Isso é superimportante. [Taquígrafa- Revisora: Sabrina Schmitz] [Leituristas: Dulce M da Costa Faria]

Quero dizer primeiro que na sexta passada começou a Oktoberfest em Munique, que é um dos maiores eventos mundiais de cerveja, do qual participam 6,5 milhões de pessoas, e aqui em Santa Catarina nós temos a segunda maior festa de cerveja do mundo, que é a Oktoberfest de Blumenau - e o Secretário estava aí, mas teve que se retirar porque tinha uma programação em Blumenau hoje. Esse evento é superimportante para a questão econômica e social, porque provoca uma movimentação muito grande com relação à economia e à questão social na geração de empregos.

Quero dizer também que Santa Catarina teve muitas cervejarias em várias cidades entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial. Eu sou natural de Brusque e lá, antes da Segunda Guerra Mundial, havia três cervejarias, mas hoje tem uma. E assim sucessivamente foi acontecendo pelo Estado todo, que tinha muitas cervejarias. Isso vem ao encontro do que o Deputado Pavan falou, ou seja, que a gente tem DNA de cerveja, a realidade é essa. Na verdade, Santa Catarina tem vários DNAs: a questão da pequena e microempresa, isso é um DNA que Santa Catarina tem; o trabalho, o labor é DNA; a cerveja é DNA; o turismo é DNA; servir bem é DNA. Então, nós temos o DNA da cerveja e isso é superimportante na comparação com outros Estados do Brasil no quesito destino turístico. A realidade é essa, com respeito a todos os Estados do Brasil, mas nós temos um ganho muito grande em função dos DNAs que temos aqui e que nos dão uma vantagem competitiva muito grande, e a cerveja é um deles.

Nós temos a cervejaria mais antiga do Brasil, a Loeffler, em Canoinhas, ainda viva e que tem que ser preservada, e eu acho que dentro desse conceito de circuito da cerveja, de roteiro da cerveja de Santa Catarina, é preciso olhar também para esses pontos que são importantes num conceito de originalidade, até porque o turismo hoje se faz com originalidade também. O nosso Estado tem muito disso em função das nossas etnias colonizadoras. Para quem não sabe, nós fomos colonizados por 23 etnias. Não é só o alemão que faz cerveja, o polaco faz cerveja, o italiano também faz, e essas etnias todas é que dão esse conceito maravilhoso do turismo de Santa Catarina. Então tem que lembrar do Loeffler, lá de Canoinhas, para que não acabe, porque é um ponto fundamental nessa questão de a gente buscar a originalidade de um produto que ainda é fabricado e um produto fabricado há 105 anos, 106 anos. Isso é superimportante. Para quem não conhece e que está no ramo da cerveja, é bom dar uma olhada.

É bom lembrar também que cerveja e gastronomia se juntam muito bem, e dentro desse conceito a gente pode aliar esse trabalho à gastronomia, assim como acontece na questão do vinho. O enoturismo tem muito a questão do vinho com a gastronomia.

Nesse ponto eu faço uma observação, Deputado, não só nessa questão de olharmos o conceito de roteiro ou de um circuito de cerveja de Santa Catarina, mas eu daria a sugestão de dividirmos os trabalhos em três itens: na questão da produção, em função da classificação - eu não entendo muito de cerveja, eu gosto é de tomar, mas não entendo muito -, e quem está na fabricação e quem estuda sabe bem o que eu estou dizendo, até porque tem a questão da Lei de Pureza Alemã, pois muitos fabricantes trabalham dentro desse conceito, e isso dá, com certeza, um *upgrade* na fabricação do produto; na questão da legislação, como foi falado muito aqui; e na questão da comercialização, tendo a cerveja em um roteiro como produto turístico.

Essas seriam as minhas observações. Com certeza é um grande segmento para a gente abraçar e ter como produto turístico de Santa Catarina. Eu falo desses três itens porque na questão do vinho, hoje, em Santa Catarina, principalmente na questão do vinho de altitude, que é pilotado pela Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude (Acavitis), trabalha-se dentro de uma forma em que essas questões são colocadas, e quem trabalha com a cerveja sabe bem do que estou falando. Se a gente puder também dividir para evoluir, não colocar tudo dentro de um balde só, eu acho que fica mais interessante, para que a gente possa realmente ter um circuito ou um roteiro de cerveja altamente qualificado em Santa Catarina. Não adianta quereremos simplesmente largar um roteiro, não é assim, tem que existir um comprometimento com o produto lançado; as pessoas virão aqui, vão querer vê-lo, consumi-lo e fazer esse roteiro. Então, temos que estar organizados, não é simplesmente lançar e pronto. Por isso eu sugiro esses três itens, os quais considero fundamentais.

Para concluir, um exemplo disso que eu falei e que em Blumenau está-se trabalhando muito bem é a questão da Eisenbahn. Começou com uma pequena cerveja, mas em função de um trabalho bastante profissional, dentro do roteiro de visitação de Blumenau a visita à Eisenbahn tornou-se fundamental.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Muito obrigado.

É com prazer que eu convido o Deputado Estadual Valdir Cobalchini a fazer parte da mesa, se assim desejar.



Qual é o objetivo da nossa reunião? O projeto iniciou com uma proposta de divulgação de uma rota turística. Só que me parece que neste debate esse objetivo vai além da divulgação da rota.

Nós queremos aqui debater com as senhoras e os senhores a possibilidade de termos, através da legislação estadual, normas de produção para o reconhecimento do que efetivamente é uma cervejaria artesanal em Santa Catarina. Por exemplo - e eu não sei se é possível chegar a isso, mas talvez seja: o que nós queremos é ter uma discussão se vamos ter um selo que identifique a cerveja artesanal, através de uma lei, seguindo alguns princípios, para evitar que daqui a pouco alguém que se diga cervejeiro e tenha uma produção sem qualidade, prejudique a imagem de todas as cervejarias artesanais de Santa Catarina; que essa distribuição possa ser melhor trabalhada e que tenha uma intervenção estatal para auxiliar na abertura de espaços comerciais para a cerveja artesanal de Santa Catarina. [*Taquígrafa- Revisora: Sibelli D'Agostini*]

Hoje, quando eu me manifestei na tribuna, e corriam-me se eu estiver errado, eu disse que a Oktoberfest em Blumenau abria espaço para as cervejas artesanais da região de Blumenau, exclusivamente, e que era difícil entrar de outra região. Então, é possível trabalhar isso em outras festas populares e ter um pequeno percentual de estímulo para que essa exclusividade possa se concretizar.

A Fenaostra, por exemplo, que aconteceu agora, pode até ser que tenha tido a participação das cervejarias artesanais ou pode ser que não, mas de repente vem uma Ambev da vida pagar um grande patrocínio e dizer que não pode ter nenhuma cerveja artesanal. Se ela souber que tem uma legislação determinando um percentual mínimo, ela já sabe que está comprando 80% ou 90% e não 100% e que ali vai ter um espaço [para a cerveja artesanal]. Então, ela já compra nessas condições.

O que é muito importante, Valdir, é que o projeto prevê, obviamente que isso vai ser dirigido à Santur e à Secretaria de Turismo, a regulamentação por parte do governo do Estado. A gente está tentando avançar o máximo no detalhamento do que é possível implementar no projeto de lei até ser aprovado, mas o governo vai poder definir esses critérios para implementar tudo o que está estabelecido.

O desejo que nós temos, e que vislumbrou nas cervejarias e nos cervejeiros, é a possibilidade de termos uma lei que possa avançar muito mais do que essa divulgação. E entra, evidentemente, numa promoção do governo do Estado no sentido de divulgar o que for estabelecido através de lei estadual, e quem sabe a própria lei definir uma programação que depois o Estado vai detalhar na sua regulamentação de como pode fazer. Isso às vezes até ajuda, porque, por exemplo, chega um Secretário de Estado para o Governador dizendo que precisa ter investimento, que existe uma previsão legal e que o Governador tem que atender essa previsão legal, pois é um setor econômico importante do ponto de vista turístico, até mesmo da geração de empregos, de dividendos, de tributos, da cultura local.

Então, o que eu queria ouvir de vocês não é apenas um comentário sobre a rota, talvez ela seja o início de todo um processo, mas esta é a oportunidade de vocês se manifestarem no sentido de aperfeiçoar essa proposta de lei. E nós, Deputados, estamos totalmente abertos para receber todas as sugestões.

Então, a partir de agora nós vamos ouvir quem vive o dia a dia da produção e do negócio da cerveja artesanal.

Assim sendo, passo a palavra ao senhor Carlo Giovanni Lapolli, presidente da Associação das Microcervejarias Artesanais de Santa Catarina (Acasc).

**O SR. CARLO GIOVANNI LAPOLLI** - Obrigado, Gean, eu te agradeço pela oportunidade. Somos colegas há muito tempo e nos reencontramos aqui num tema que eu trato com muita paixão, e eu acredito que tenham um carinho muito grande também, pois demonstras isso dando impulso a esse projeto.

Como falastes, é uma iniciativa que busca trazer luz a esse segmento, que eu acho que é de grande importância para o Estado de Santa Catarina, pois é inegável o apelo turístico, cerveja faz parte da gastronomia. Nós temos uma tradição alemã, mas, além disso, hoje a evolução da cultura cervejeira passa, até como disse o presidente da Santur, pelos outros povos, os italianos. E aqui a gente tem uma diversidade de estilos de cerveja em todos os cantos de Santa Catarina, não estando limitado às cidades de origem alemã. Pelo contrário, acho que o movimento cervejeiro tem se expandido de forma muito acentuada aqui na região da Grande Florianópolis, e isso é muito bom porque descentraliza, não fica num só local, cria oportunidades para todas as regiões do Estado terem um desenvolvimento nessa área da cerveja e também do turismo. Cada região tem a sua peculiaridade, tem as suas atrações, e a cerveja pode impulsionar, criar sinergia com relação a esses destinos turísticos.

Eu queria só traçar rapidinho alguma ideia de grandeza do que a gente está dizendo quando se fala sobre cerveja artesanal.

No Brasil são aproximadamente quatrocentas cervejarias - nós não temos um estudo econômico disso hoje centralizado, então são números aproximados -, e o mercado nós estamos falando de algo em torno de 1% da produção de cerveja. Enquanto uma cervejaria como a Bierland, por exemplo, que é uma das grandes cervejarias de Santa Catarina, produz 100 mil litros por mês, uma cervejaria em Lages, a Ambev, está fazendo 1 milhão, 1,2 milhão de litros por dia. Então, são grandezas muito diferentes. O preço de venda deles talvez seja o nosso custo industrial, ou seja, a disparidade da realidade é muito grande. Mas um norte que a gente pode ter é o mercado americano.

Os Estados Unidos têm uma similaridade muito grande conosco - e isso já foi falado, que na Primeira Guerra Mundial e da Segunda Guerra Mundial tivemos muitas cervejarias -, porque eles passaram por isso também. Eles tiveram o auge, se não me engano no final do século 19, 1880, 1890, com três mil e poucas cervejarias, e esse número foi alcançado novamente agora, há três anos ou quatro anos. Ou seja, levou um século para se recuperar o número de cervejarias. E eu acho que Santa Catarina, se a gente fizer um estudo histórico comparativo, vai estar mais ou menos parecido.

Hoje nós estamos falando no mercado americano que tem lá 20% de participação das cervejarias artesanais. Lá elas têm a definição, são preocupadas com a qualidade do produto, são independentes de grandes grupos econômicos - a definição da associação deles - e são tradicionais com relação aos métodos que envolvem as pessoas de definirem os sabores, de terem os produtos, de buscarem na sua essência a diversidade de sabores da cerveja, não uma standardização, um produto de massa. E lá eles têm 3.500 cervejarias com 115 mil empregos direto, 420 mil empregos indiretos e o impacto na economia, dados agora de julho de 2015, de US\$ 55,7 bilhões de dólares. Então nós estamos falando de um mercado realmente de grande potencial. Fazendo uma conta rasa, se a gente chegasse no Brasil a esse patamar de 20%, pelo número de cervejarias que temos, o impacto em Santa Catarina seria na ordem de US\$ 520 milhões, numa realidade americana de 20%. [*Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza*]

Esse é um dado empírico, mas talvez Santa Catarina seja um dos Estados que tenha o maior consumo *per capita* de cerveja artesanal, então nós temos uma posição de liderança; dentro do Brasil todos olham para Santa Catarina como uma grande terra cervejeira. Nós temos inúmeras cervejarias, e a mais antiga do Brasil, do Rupprecht Loeffler, já mencionada aqui, talvez mereça uma atenção em relação a uma manutenção como um arquivo histórico da cerveja feita no século 20, pois aquilo é um museu vivo que está funcionando, e por isso merece uma preservação cuidadosa, um olhar carinhoso da Santur no sentido de fazer um trabalho de preservação. Enfim, o nosso destino é visto pelo resto do Brasil como um grande destino cervejeiro.

Nós temos o Festival Brasileiro da Cerveja, em Blumenau, no qual mais de cem cervejarias de todo o Brasil expõem. O concurso é o de maior representatividade no Brasil, onde este ano foram mais de oitocentas cervejas avaliadas e premiadas por juízes nacionais e internacionais. Recentemente nós tivemos lá a concretização da Escola Superior de Cerveja e Malte, que traz o conhecimento na área da produção cervejeira, na área de *marketing* para dentro do mundo da cerveja.

Hoje, eu tenho a honra de ser professor das turmas da Escola de Cerveja e Malte, professor de trinta alunos, sendo que três são de Santa Catarina e o resto é de outros locais do País, como do Pará, de Recife, do Rio Grande do Norte e de Brasília. Portanto, o Brasil inteiro está descobrindo a cerveja artesanal e nós não podemos relaxar e deixar essa posição de destaque para que outros venham e tomem o nosso lugar de capital da cerveja, como realmente Santa Catarina é.

Nós temos hoje as rotas da serra fluminense, que já estão sendo organizadas; Minas Gerais também já tem uma rota cervejeira; outros polos como Rio Grande do Sul, Paraná, na região de Curitiba, e Ribeirão Preto também já possuem uma cadeia cervejeira em organização. Mas eu acho que Santa Catarina tem um produto ímpar para vender, e juntando com as belezas naturais que só nós temos, com as nossas etnias, com a nossa gastronomia, nós temos é que organizar isso. Acho que o projeto vem na hora certa, demonstrando que o Poder Público, como fomentador, também está interessado nisso.

Vou fazer aqui um parêntese. Nós já havíamos tratado desse assunto dentro da Associação. Há aproximadamente um ano nós começamos a articular a criação de um grupo do Vale Europeu - é uma denominação da Embratur -, e eu acredito que uma das alterações do projeto seria adequar, dentro do que está estabelecido na Embratur e na Santur, sobre as regiões turísticas. Lá no Vale Europeu nós temos cervejarias de Blumenau, Gaspar, Timbó até Ibirama, fazendo parte da organização dessa rota e não só as cervejarias. Acho que o mais

importante é isso, pois sentaram-se à mesa o Sindicato de Bares, Hotéis e Restaurantes, a Câmara de Dirigentes Lojistas, o Convention Bureau, a Secretaria de Turismo, a própria Escola Superior de Cerveja e Malte e a Acasc, que são as entidades que realmente irão organizar essa rota, irão criar o produto. E ali a gente realmente contratou, pagou o Senac para gerenciar a formatação desse projeto.

Então vieram recursos, inclusive do próprio Festival, através da Secretaria de Turismo de Blumenau, e nós estamos fazendo o planejamento para chegar num produto de prateleira, para dizer assim: está aqui, CVC, nós temos esse produto, a visita vai ser nessas cervejarias, a cidade vai respirar cerveja. Isso porque não adianta eu chegar em Blumenau para conhecer a Cervejaria Bierland e ao me hospedar no hotel, lá eles me oferecerem no jantar Brahma ou Skol e não terem nem a cerveja local.

No Vale dos Vinhedos você é recebido no hotel com o vinho local; lá o comércio respira o produto, ele transforma isso em um produto local, de toda a cidade. Mas aqui também estamos envolvendo os artesãos, pois o nosso artesanato é muito rico em toda a região, para que tenha uma capilaridade grande, porque quem acaba ganhando até mais dinheiro que a própria cervejaria é o hotel, o taxista, o restaurante, enfim, toda a economia ao redor. Então a pessoa vai lá e passa uma tarde na cervejaria, mas ela acaba fazendo outras coisas, e isso é importante para ter uma rota na qual a pessoa conheça a cervejaria, mas também conheça as demais atrações turísticas de cada região.

Posteriormente, acho que essa organização tem que ser estendida dentro dessas rotas traçadas no projeto, para que essas entidades conversem e busquem criar verdadeiros produtos turísticos, nos quais o turista tenha condições de se deslocar.

Nós estamos falando de bebida alcoólica, então não dá para fazer uma rota da cerveja de carro sozinho, pois alguém tem que dirigir. Portanto, tem que haver um turismo receptivo de qualidade, a pessoa precisa ter uma boa impressão. E ele tem que receber as informações durante toda a sua estada na região. Essa integração eu reputo como fundamental.

Outra característica muito diferente que nós temos oportunidade de oferecer ao nosso público é que em Blumenau está se criando uma maltaria - maltaria é aquela que transforma cevada em malte, que é a matéria-prima da cerveja. E na região do planalto também estamos criando a Maltaria Catarinense, que também é um micromaltaria. Hoje a maltaria mais próxima fica em Guarapuava, no Estado do Paraná. Portanto, estão criando em Santa Catarina duas micromaltarias.

Isso é mais um produto de origem, pois nós vamos ter a cerveja produzida com o malte feito em Santa Catarina. Essa é uma experiência única que o nosso cliente vai ter, e há estudos sendo realizados para se plantar o lúpulo em Santa Catarina, quem sabe. Já existe pesquisa nesse sentido, e talvez o nosso Estado seja um dos mais propícios ao cultivo do lúpulo no Brasil. Talvez o único que também possa cultivar é o Rio Grande do Sul. O incentivo da produção cervejeira, das maltarias e dessas pesquisas faz parte de um desenvolvimento forte de todo o setor cervejeiro, que vai criar uma identidade que o turista - ele vai vir de outro local, seja do Brasil ou do exterior - verá como única, pois não existe nada parecido em outro local.

Eu acho que esse é um dos focos que a gente pode buscar incentivar; talvez não nesse projeto, mas levar esta discussão de incentivos fiscais à produção desses insumos de cervejaria dentro do nosso Estado. Quer dizer, hoje nós estamos importando matéria-prima, e essa matéria-prima pode ser produzida no Estado. Então nós estaremos fomentando a nossa economia local.

Outra questão em que Santa Catarina foi pioneira é no incentivo do ICMS no crédito presumido; hoje nós temos um crédito presumido de 13%, de uma alíquota de 25. É um divisor de águas na nossa produção, pois permitiu o fortalecimento do setor. Mas de lá para cá - se não me engano a lei é de 2010, mas teve algo por decreto antes - os nossos custos, todo o custo Brasil de energia elétrica, de dólar, de insumos aumentaram e o impacto foi bastante grande. E eu não vejo, pelo volume de valores de ICMS, como renúncia fiscal, se for ampliado esse crédito presumido, talvez criando como é para o vinho. O vinho teve uma lei que aprovou um crédito presumido de 88%, da alíquota de 25, e tem uma contrapartida de uma parte do ICMS, até para o Fundo de Turismo. Talvez buscar algo nesse sentido ajude a fortalecer o turismo e as próprias cervejarias, com capacidade de investimentos.

O nosso colega falou a respeito do Simples - tivemos uma grande vitória na Câmara dos Deputados com a aprovação do projeto do Simples, que agora passará pelo Senado. Ele também é um divisor de águas para a maioria, talvez para 95% das nossas cervejarias. Mas houve preocupação em se definir o que era artesanal nesse projeto. E no final, na última hora, foi tirada a expressão "produzida de forma artesanal" do substitutivo global, porque significa uma redundância.

Qualquer cervejaria que faça cerveja em escala, pela dimensão da sua produção, já ultrapassa qualquer limite do Simples. Vou dar um exemplo: a Bierland, que tem uma cervejaria artesanal de excelência, está praticamente no limite do Simples. Então, para essa cervejaria talvez nem o Simples vá solucionar, o que não vai ter influência nenhuma já que não vai entrar no Simples.

Portanto, as pequenas cervejarias são realmente artesanais, e na grande maioria das vezes a cerveja é feita pelos próprios familiares; são muitas cervejarias familiares. A definição de artesanal não me preocupa muito, porque sendo pequena ela já é artesanal, de alguma forma. E as cervejarias artesanais não têm como sobreviver querendo fazer o mesmo produto que uma grande cervejaria faz, como a Ambev. Elas não têm nenhuma capacidade de chegarem perto de vender a sua cerveja pelos mesmos valores que as grandes cervejarias vendem. O custo de uma cervejaria como a Ambev, por litro de cerveja, fica em torno de R\$ 0,15. Na cerveja que eu faço, somente de lúpulo a gente gasta R\$ 0,70 por litro. Então não existe nenhum tipo de comparação.

Assim, eu acho que é muito bem-vinda esta discussão. Nós temos que evoluir o projeto, e até acho que ele é muito bom por jogar uma luz em cima disso, mas com pequenos ajustes o projeto pode ser muito melhor. Desde quando nós falamos sobre isso pela primeira vez, tu já colocaste esta situação, mas foi muito interessante. Talvez, nunca tenha havido uma audiência tão qualificada, com uma plateia tão qualificada a respeito desse assunto nesta Casa, o que mostra que o poder público, que o Poder Legislativo está interessado em nos ajudar, e podemos construir - a muitas mãos - um novo e brilhante futuro para a cerveja de Santa Catarina. E, em nome das cervejarias, eu agradeço esta oportunidade. Talvez nós ouviremos aqui muitas propostas, mas depois sentaremos para finalizar um projeto que venha contemplar a maioria dessas propostas.

Lembrei-me de outro assunto: a questão da reserva dos espaços em eventos, em festas regionais. Há pouco eu conversei com o Secretário de Turismo de Pomerode, e o exemplo da Oktoberfest é bem-sucedido. Ele criou, dentro da licitação, uma limitação geográfica para que não seja perdida a identidade da festa, e isso tem que ser feito em cada região do Estado para que se mantenha uma coesão, uma unidade de perspectiva. Inclusive esse modelo foi levado ao Judiciário, foi discutido por uma cervejaria que era de fora da região, e o Tribunal de Justiça deu guarida à reserva pelo edital. Assim, é perfeitamente legal esse tipo de reserva.

Quanto à obrigatoriedade de se reservar um espaço para as cervejas artesanais, eu acho que a Casa já debateu um projeto nesse sentido que foi arquivado, talvez por inconstitucionalidade com relação à Lei das Licitações, pois poderia haver algum problema nesse sentido. Então tem que aprofundar o estudo. Mas, talvez, como uma diretriz para isso, onde muitas festas que são realizadas no Estado têm participação financeira do governo do Estado em forma de patrocínio ou por aportes da Santur, talvez, como contrapartida, pode-se criar um limitador de que só se possa patrocinar festa com dinheiro público, com participação pública, onde se dê espaço para as cervejas locais. Isso eu acho que talvez seja possível. Então nós não estaremos proibindo ninguém de fazer uma festa no Município com a cerveja da Ambev, mas talvez nesse contexto ela não mereça o dinheiro do Poder Público, do cidadão, dos contribuintes para fazer propaganda dessa grande cervejaria. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] [Leiturista: Siomara G. Videira] E eu coloco isso, até o nosso descontentamento como Associação das Cervejarias, com um exemplo claro, que é a Bierville, a Festa da Cerveja de Joinville, feita pela Brahma. Quer dizer... Eu vi muitas reclamações dos consumidores nas mídias sociais. Joinville tem uma cena cervejeira de bares, de restaurantes que vendem cerveja. Lá existem bares com vinte torneiras, trinta torneiras de chopes diferentes - o público está pedindo isso. Eles chegam lá e dizem: "Pô, como é que fazem num espaço deste aqui, público, uma festa desse modelo que está atrasado vinte anos?" Esse modelo não é o futuro. Nós temos que incentivar as cervejas da região norte a prosseguir; Joinville tem uma série de cervejarias na região. Então talvez uma limitação dessa ordem seja possível, não é? Até por parte do Executivo: olha, se você quer a nossa participação, reserve um espaço para elas, dê espaço para as cervejarias de Santa Catarina.

Gean, muito obrigado. É realmente uma honra ser convidado para falar, um pouquinho, da nossa cerveja, da qual falamos com tanta paixão.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado ao Carlo Lapolli.

Eu quero registrar a presença do senhor Rogério Siqueira, conselheiro do Conselho Estadual do Turismo e diretor do Beto Carreiro World.

Nós vamos abrir as inscrições para quem quiser se manifestar, pelo prazo de cinco minutos, pedindo àqueles que fizerem uso da palavra que se identifiquem.

Com a palavra a senhora Dirlei Barbieri Rofner, Secretária Municipal de Turismo, Indústria e Comércio do Município de Treze Tílias; conselheira do Vale do Contestado; presidente do Convention & Visitors Bureau Rota da Amizade; e conselheira na Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte.

**A SRA. DIRLEI BARBIERI ROFNER** - Eu estou aqui representando o Vale do Contestado e estou como conselheira na Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte, e também sou presidente do Convention & Visitors Bureau Rota da Amizade, que está no Vale do Contestado.

O meu pedido à mesa é para que seja feito um levantamento grande a fim de que nenhuma cervejaria fique de fora, porque temos muitas cervejarias. Na Rota da Amizade nós temos mais cervejarias que não estão registradas, que eu vi lá - estão em Piratuba, em Concórdia, que não faz parte, mas também estão no Vale do Contestado, e tem cervejaria -; tem muitas outras cervejarias que não se pode deixar de fora.

O meu pedido é para que se faça um levantamento e para que se consiga colocar todas essas cervejarias a fim de que se contemplem as cidades pequenas dessas cervejarias, que são realmente microcervejarias, mas que fazem parte disso e são um diferencial entre essas e as outras. E a gente vê muito; hoje Treze Tílias recebe bastantes turistas, a região, a Rota da Amizade recebe muitos turistas, e eles procuram esse tipo de cerveja. É um nicho forte, e principalmente os turistas europeus procuram muito essas cervejarias; quanto mais artesanal, quanto mais simples mais interessa para eles.

Eu queria agradecer esse convite e me colocar à disposição de todos para que os Conventions, e não só o Vale do Contestado - lá também está a Clarissa, que é do Convention de Chapecó, está aqui e falou a mesma coisa -, estejam juntos nisso, a fim de não ficar nenhuma cervejaria de fora.

Outra sugestão é que, em todo esse projeto que vai ser desenvolvido, a gente não se esqueça de usar o celular como aplicativo e de colocar nisso as cervejarias de Santa Catarina. Assim, a pessoa que chega já pode usar o aplicativo para visitar as cervejarias que ela queira. O celular é o meio de comunicação que mais se usa; então que a gente faça um aplicativo para isso.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigada.

Com a palavra o senhor Idney José da Silva, sócio-proprietário da Cervejaria The Liffey Brew Pub, de Palhoça.

**O SR. IDNEY JOSÉ DA SILVA** - Só desejo corroborar com o não esquecimento das cervejarias, que a colega comentou. Hoje nós temos que ser registrados em um órgão regulador para exercer a atividade de produtor de chope, que é o Ministério da Agricultura, e pode ser uma base de dados importante à pesquisa para identificar todas as microcervejarias que já estão registradas em Santa Catarina.

Eu gosto muito da visão da Santur no tocante à segmentação desses *players* do mercado. O nosso colega comentou a respeito de segmentar. Eram três nichos diferentes - você pode repetir?

(O senhor Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santur, manifesta-se fora do microfone: "Produção, a lei da pureza, e legislação e comercialização. Fazer uma distinção entre as várias cervejarias.")

A Produção, a lei da pureza, a legislação e comercialização.

Isso é bem importante na medida em que temos que nos preocupar com a expectativa do nosso cliente; de ele não chegar, de repente, a certo local com uma expectativa e essa cervejaria não ter bar, ou aquela cervejaria não ter gastronomia.

Eu só contribuiria com outros aspectos de segmentação. A Lei de Pureza Alemã, hoje, já não representa muito mais a questão da qualidade. A gente sabe que, infelizmente, ela foi utilizada no Brasil por questão muito mais de *marketing*. Hoje, várias - eu diria talvez - das que estão presentes, eu não conheço nenhuma que siga a Lei de Pureza Alemã.

**O SR. VALDIR WALENDOWSKY** - Eu só citei como exemplo.

**O SR. IDNEY JOSÉ DA SILVA** - Sim, sim, isso é importante.

Talvez segmentar por capacidade produtiva, que pode agregar valor a isso e pode oferecer ao cliente. Hoje temos as microcervejarias, os bares, as maltarias, que o Carlo comentou - são bem interessantes para agregar a essa rota. E há um conceito novo - vem do mercado americano -, que são os *brewpubs*, ou seja, são bares que fabricam a sua cerveja ou que têm uma cervejaria anexa, única e exclusiva para o próprio bar. O único local em que o cliente poderia consumir essa cerveja seria nesse tipo de bar - é um segmento que vem crescendo bastante. Então, de repente, por segmentação de tamanho, do que se pode oferecer ao cliente, e talvez não se prender a essa questão da *Reinheitsgebot*.

Tem outra questão, da qual o Diego lembrou: as cervejarias ciganas - é um conceito que veio para o mercado agora. É um mestre

cervejeiro que tem a sua receita; ele tem a sua empresa constituída, mas ele não tem uma planta fabril, não tem uma cervejaria. Ele produz em uma determinada cervejaria, que já tem o registro no Ministério da Agricultura, e vende esta cerveja para o mercado - geralmente no próprio bar que ele possui. Isso é bem importante pôr na pauta também. É um bar que não tem a sua própria cervejaria, mas ele produz com a sua receita e traz ao próprio bar para vender.

Obrigado. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Leitura: Denise V. Silva]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Com a palavra o senhor Carlos Bressiani, diretor-geral da Escola Superior de Cerveja e Malte, de Blumenau.

**O SR. CARLO BRESSIANI** - É um prazer estar aqui conversando com vocês. Eu acho que para seguir um pouco nessa linha da delimitação de que locais fariam parte neste exato momento pela temperatura do mercado cervejeiro, é um crime delimitar. Está nascendo muita cervejaria. Você fala: só tem em Canelinha. Mas não tem em São João Batista? Não tem hoje, mas amanhã tem, certo? Eu acho que é um crime. A gente que está vivendo o dia a dia sabe disso.

O tem que ser feito, que eu imagino: Vão ser criadas regiões - como já existe no Estado, a Santur tem isso determinado -, e dentro dessas regiões vai ter os roteiros, eu acho que essa é a lógica! Que seja muito fácil para as novas cervejarias aderirem a isso. O que nós vamos fazer? Vamos excluir elas, porque elas vão nascer amanhã, no ano que vem ou daqui a dois anos? Seria um crime, não? Então a gente precisaria fazer isso.

Existem outras questões ligadas à cadeia cervejeira. Quem me conhece há mais tempo sabe que eu insisto nisso o tempo todo, temos que falar de cadeia cervejeira, pois a pessoa não vem aqui só visitar cervejaria, ele vem visitar a cervejaria, o bar e todas as outras coisas que tem por aí. A própria Cervejaria Canoíhense é um museu da cerveja. Não podemos tirar isso tudo do turista que vem para cá, lembrando que o turista cervejeiro gasta muito dinheiro.

Os meus alunos de cursos nas férias - eu tenho cursos nas férias, de quinze dias -, e na última rodada, agora em julho, eles vieram de 18 Estado e três países, gastam em média R\$ 500,00 por dia, durante 15 dias. A gente quer esse turista, não quer? Ótimo, com certeza. Então, temos que dar para esse turista as opções: esse meu turista, esse meu aluno, vai visitar Bierland, Eisenbahn, a Handwerk, ele vai por tudo; e se nascer outra cervejaria amanhã, ele vai também. Temos que abrir a possibilidade para todo mundo fazer parte disso, por adesão, se a pessoa quer participar; se ele não quer, não participa. Mas não vamos excluir na lei, não vamos determinar porque o mercado é muito novo e muito nascente para a gente poder restringir, pelo menos é a minha opinião e a minha contribuição para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Com a palavra o senhor Christian Martins, Vereador de Porto União.

**O SR. VEREADOR CHRISTIAN MARTINS (Porto União/SC)** - Boa-noite a todos. Primeiramente, Gean, eu gostaria de parabenizá-lo, e a todos os Deputados membros desta Comissão, porque no nosso entendimento tudo que se descentraliza, funciona. Efetivamente a gente vê o nosso Estado diferenciado de todos os Estados brasileiros em função de uma política, que já foi implantada há mais de dez anos, e que nos coloca como referência no cenário nacional.

Na questão da cerveja nem se fala, em Porto União, por exemplo, somos conhecidos pela produção de Steinhäeger, a capital catarinense do Steinhäeger. Nós vamos para a 10ª Edição da festa, o nosso Município tem em torno de 34 mil habitantes, e nessas festas passam quase 100 mil pessoas durante os três dias. Lá, um pequeno grupo alemão, Instituto Grünewald, comercializa um chope, uma cerveja, a *bratwurst*, e vão buscar comercializar o produto mais próximo, que é a Bierbaum, em Treze Tílias, que por sinal é um chope, uma cerveja de extrema qualidade. Só com a produção do que eles vendem nessas festas, por exemplo - e nós lá no Município não deixamos que outras marcas e que outros revendedores venham de fora -, eles já estão construindo a sua cervejaria às margens da Ferrovia do Contestado.

Temos um trem que faz um passeio, já está sendo colocado, e vai passar dentro do Instituto, e a cerveja vai ser produzida lá. Também a Laika Beer, que é um grupo de jovens empreendedores, já está bem avançada e formalizando a sua personalidade jurídica para colocar a sua cerveja artesanal.

Eu gostaria que Porto União fosse incluído nesse roteiro. Tem Canoíhenses que é uma referência, que é tradição, que é história, como aqui foi falado e tem o museu da cerveja, uma coisa magnífica, que fica ao lado da Universidade do Contestado. Então, que Porto União fosse incluído no roteiro, assim como fosse pensado incluir todas as regiões, porque em cada cantinho, em cada lugarzinho, tem gente produzindo e tem gente qualificada.

Parabéns pela autoria do projeto, que ele seja ampliado e melhorado, porque tenho certeza que vai trazer uma evolução

gigantesca para a cerveja de Santa Catarina em nível nacional e internacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Com a palavra o senhor Renan Senff, sócio-proprietário da Cervejaria Laika Beer, de Porto União, e coordenador do Núcleo Cervejeiro de União da Vitória e de Porto União.

**O SR. RENAN SENFF** - Boa-tarde a todos. O Núcleo Cervejeiro é formado por *homebrew*, pessoas que fazem as cervejas caseiras, o nosso painelão.

Eu venho frisar também a importância de um treinamento para os Municípios que fazem parte da rota porque, como o nosso amigo Carlo falou, não adianta estarmos criando uma cervejaria e os bares e os restaurantes não saberem vender o nosso produto. Eu penso que criando essa rota, é preciso treinar as pessoas que vão atender os turistas, porque isso vai desenvolver uma explosão na economia.

Essa é a minha contribuição e fico feliz por estarmos andando pelo mesmo caminho.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Com a palavra o senhor Filipe Correa da Costa, proprietário da Cerveja Sambaqui, de Florianópolis.

**O SR. FILIPE CORREA DA COSTA** - Eu gostaria que se incluísse na discussão os mecanismos de financiamento, a partir da aprovação do projeto, até para a gente pensar, por exemplo, o modelo que a Fiesc utiliza há bastante tempo junto com o IEL, com o conceito de arranjo produtivo local, que é o que o Carlos estava falando.

Eu acho que a gente tem que começar a pensar, por exemplo, em editais para pequenos eventos nas cidades, que acabou de ter acontecer um evento, o Beer-Week, em São José com o apoio da Prefeitura. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

A Associação dos Cervejeiros Artesanais de Santa Catarina (ACerVA), no ano passado, fez um evento internacional com palestrantes dos Estados Unidos e de vários outros lugares do mundo. Acho que só isso vai agregar, e para isso a gente precisa de financiamento.

Então a gente deveria pensar em mecanismos, editais, até Finep, Financiamentos a Fundo Perdido, para conseguirmos também viabilizar todas as ideias que estão aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado.

Com a palavra o senhor Ronaldo Dutra Ferreira, proprietário da Cervejaria Bruxa, de Rancho Queimado, e sócio da Cervejaria Unika, de Rancho Queimado.

**O SR. RONALDO DUTRA FERREIRA** - Boa-noite a todos.

Para atender o que o Bressiani falou, acho que é legal a ideia do dinamismo desse setor, acho que a gente precisa de uma ferramenta que seja dinâmica. Eu acabei de voltar dos Estados Unidos agora em julho, fui fazer um passeio na região de San Diego. Só na cidade de San Diego são cinco cervejarias, só para vocês terem uma ideia do tamanho do negócio - e eles têm um aplicativo que é extremamente dinâmico. As cervejarias são incluídas quase que diariamente - no período em que eu estava lá, quatro cervejarias que estavam nascendo foram incluídas, isso em dez dias. Trata-se de uma ferramenta dinâmica, nova, que possibilita fazer uma rota que está sempre evoluindo, melhorando, e em tempo real - com abertura para as próprias cervejarias estarem colocando informações e ajudando a educar.

Seria um produto, talvez, da Santur, com o apoio das cervejarias - alguma coisa palpável. Eu peguei no pé do Gean quando saiu o projeto, para gente tentar pensar em alguma coisa palpável. A rota pela rota já existe por si. Então, talvez pensarmos em alguma ferramenta desse tipo para que a gente possa implementar de fato essa rota - por exemplo, hoje o turista veio e foi incluída a Cervejaria Bruxa lá em Rancho Queimado, ou foi incluída a Cervejaria Zen em Brusque. Isso é dinâmico, a pessoa pode colocar essas informações. Acho que essa é uma ferramenta bastante útil, prática, e que talvez venha a ajudar.

Agradeço ao Gean, mais uma vez, pelo espaço, porque realmente é um setor que precisa ser assistido. O Lapolli já explicou bem, a gente não tem condições de competir com os grandes produtores - nós estamos falando em 1 milhão de litros/dia, enquanto que se somarmos todos os produtores artesanais de Santa Catarina não vamos chegar nem perto disso. Então isso é bem importante.

Obrigado, Gean.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado.

Com a palavra o senhor Alexandre Cássio, sócio-proprietário da Cervejaria Kairós, de Florianópolis.

**O SR. ALEXANDRE CÁSSIO** - Boa-noite.

Acho que todos aqui estão bastante afinados com o objetivo, com o encaminhamento de tudo o que está se falando. Eu só queria ressaltar dois aspectos.

Muito oportuna a colocação de que se chega a um hotel, a um bar, e às vezes a cervejaria local não tem informação, não tem produto. Precisa haver o foco na excelência, na qualidade daquilo que se propõe nessa sinergia dos setores hoteleiro, cervejeiro, de restaurantes e afins. Essa sinergia tem que ser tratada nesse sentido: com muita qualidade, com muita excelência, para que a gente possa ter, realmente, tudo muito bem embasado e encaminhado.

O segundo aspecto: é lógico que temos regiões do Estado que são importantes produtoras, mas hoje - ressaltando o que foi dito aqui - nós temos um crescimento do setor, com a possibilidade de cervejarias pelo Estado que podem dar condições ao turismo local, como vou ressaltar aqui o caso da nossa cervejaria. Vamos começar nossa atividade entre maio e junho, e não tenho dúvidas de que é um processo que deve ser observado com muito carinho no Estado inteiro: todas as cervejarias devem ingressar tendo esse foco de qualidade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado.

Passo a palavra ao senhor Vinícius Simão Rzatki, sócio-proprietário da Cervejaria Cozalinda, de Florianópolis.

**O SR. VINÍCIUS SIMÃO RZATKI** - Boa-noite a todos. Sou sócio-proprietário da Cozalinda, uma cervejaria cigana. A gente não tem ainda fábrica, produzimos a nossa própria receita.

Em Santa Catarina, hoje, temos o maior evento fora de Munique, que é a Oktoberfest. A gente tem o maior evento de cervejarias artesanais nacional, em Blumenau, mas ainda não temos um festival estadual da cerveja. Acho que isso poderia contribuir muito e poderia ser um evento transitório, que não ficasse em só uma cidade, que pudesse transitar pelo Estado inteiro. Isso podia gerar uma economia muito legal para o Estado, de forma que novas cidades pudessem receber o evento com o incentivo do governo.

Acredito que isso pode acontecer também com a aproximação maior das associações de cervejeiros. Hoje a gente faz parte da União Cervejeira da Grande Florianópolis - tem a do Vale Europeu, mas eu não tenho muita noção de outras associações. Tendo um melhor embasamento dessas associações, elas poderiam aproximar-se e a gente pode fazer um evento estadual que chame ainda mais a atenção do Brasil inteiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado.

Passo agora a palavra ao senhor Diego Simão Rzatki, sócio-proprietário da Cervejaria Cozalinda, de Florianópolis, e tesoureiro da Associação de Cervejarias Artesanais da Região Metropolitana de Florianópolis (Ascam-Floripa).

**O SR. DIEGO SIMÃO RZATKI** - Boa-noite.

Primeiramente, muito obrigado, Gean, por esta oportunidade. Agradeço também a presença de todos os cervejeiros que estão aqui.

Buscando de forma um pouco mais pragmática e olhando para o projeto existente, vejo como uma possibilidade a inclusão de que seja dentro das regiões, como foi comentado - acho que é muito mais preciso, para não ter que toda hora estar remendando essa lei. A gente pode fazer por regiões e vai ficar mais dinâmico. Acredito que cada região pode ter seu próprio festival regional da cerveja e que cada uma delas, depois, leve a um festival estadual. A ideia de um festival itinerante é bem interessante, exatamente para valorizar todas as regiões.

Até gostaria de enfatizar esse ponto: Santa Catarina ficou conhecida pela cerveja de tradição alemã até em termos nacionais, mas precisamos ainda incluir outras culturas produtoras de cerveja sem buscarmos, necessariamente, uma escola como referência, como a escola americana, belga, inglesa. Ou a gente pode, de repente, no futuro, ter a escola catarinense, ter uma forma catarinense de fazer cerveja. Como comentado, temos a maltaria, temos condições de produzir cevada no Estado, temos a possibilidade do lúpulo e também a possibilidade de buscar a seleção de leveduras estaduais, buscando a produção de outras cervejas.

Então, fica a sugestão de que essa lei da rota cervejeira seja modificada para regiões cervejeiras. Foi uma das melhores sugestões que ouvi hoje e acredito que isso dá uma dinâmica muito boa: a busca da inclusão de cervejarias da região em eventos em que houver verba pública envolvida, ou dar a elas oportunidade na licitação, ou ter pelo menos uma reserva mínima para as cervejarias regionais - exatamente para conhecimento local e para a gente buscar a valorização dos produtos locais nas respectivas regiões. Por exemplo, em Florianópolis agora vai ter a Cervejaria Armada, vai ter a Cozalinda crescendo, tem aqui a Liffey, tem outras cervejarias que não estão presentes, mas todas poderiam estar na Fenaostra - e a Fenaostra ia ganhar muito em

questão de gastronomia, porque as grandes empresas, por questão de escala, não conseguem produzir vários estilos. Então temos a possibilidade de sermos valorizados como formadores de uma nova cultura gastronômica.

Aprecio também a ideia e vejo a necessidade de que a Santur converse diretamente com os institutos de treinamento profissional, federais ou estaduais, para que saiam daquele monólogo do vinho e a gente busque aqui em Florianópolis, por exemplo, ter treinamentos de garçons para a venda de cerveja. A gente tem alguns cursos hoje, no IFSC, que fazem treinamento de garçons para venda de vinho ou coquetel - mas hoje temos uma economia muito maior, muito mais dinâmica, e temos que olhar também para a capacidade de crescimento dessa indústria e buscar treinamento de ponta para a venda da cerveja.

Temos então toda essa lei que está surgindo, além de outras propostas que a gente deve também encaminhar para outros projetos de lei que possam surgir. Tudo depende da facilitação de implementação de novas plantas produtivas e de financiamentos e incentivos diferenciados para pequenas e microcervejarias, para que a gente não fique preso a um investimento inicial muito alto na implantação de uma planta produtiva. Isso com certeza vai dar uma dinamizada ainda maior para o que já é produzido.

Então, agradeço novamente a presença de todos. Gean, mais uma vez obrigado. Acredito que com o prazo que teremos possamos nos reunir entre nós, cervejeiros. Acho que devemos aceitar de forma coletiva e enviar uma sugestão única, exatamente buscando isso como ponto de início até para uma associação que consiga, agora - com essa porta que o Gean e esta Comissão abriram -, gerar frutos muito grandes, com resultados sociais e econômicos para o Estado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado. Temos mais dois inscritos; depois vamos fazer os encaminhamentos.

Com a palavra o senhor Eduardo Krueger, sócio-gerente da Cervejaria Bierland, de Blumenau.

**O SR. EDUARDO KRUEGER** - Boa-noite.

Primeiro, dar os parabéns, Gean, a você e a todos os Deputados, pela iniciativa.

Tem duas coisas muito importantes em que vocês podem nos ajudar. A primeira já foi colocada até pelo Lapolli: criar uma lei determinando que nos eventos regionais, nas festas em que haja dinheiro do Estado, em que o Estado coloque dinheiro para promover o evento, que realmente se crie uma lei para que parte dos pontos de venda tenha cerveja artesanal. Isso vai nos ajudar. Isso é uma condição que vocês têm a fazer.

Outra colocação para ajudar as cervejarias artesanais é a questão dos tributos. Nós geramos muitos postos de trabalho por volume de produção. Uma grande cervejaria tem poucos funcionários e produz milhões de litros. Nós contratamos muito mais pessoas. Então, nosso custo fixo também é muito mais alto. A gente gostaria de, se possível, ter o mesmo crédito presumido que a indústria vinícola em Santa Catarina tem - é um crédito presumido maior que o que temos atualmente. Isso é importante, isso vai nos dar fôlego.

Outra situação: falando especificamente de rota da cerveja, a gente participa em Blumenau há muito tempo dessa rota. É uma rota local e posso afirmar a todos: vale a pena. Ela vem crescendo cada vez mais, cada vez mais o turista vem querendo conhecer a cerveja, vem à cidade, e isso vem retendo o visitante em Blumenau e na região. Vocês podem ter certeza: formando uma rota aqui em Florianópolis, no dia em que não tiver praia, num dia de chuva, o visitante pode ir conhecer as cervejarias daqui. Então seria muito bom criar essas rotas regionais.

Então, parabéns pela iniciativa. No que a gente puder ajudar, estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado.

Com a palavra o senhor Rogério Siqueira, conselheiro do Conselho Estadual do Turismo e diretor do Beto Carreiro World.

**O SR. ROGÉRIO SIQUEIRA** - Obrigado, Gean, por esta oportunidade.

Na realidade, Gean, eu acho que essa Comissão também tem, em função das cervejarias, a oportunidade de integrar o turismo do Estado. Precisamos ter a preocupação de todos os grandes produtos do Estado terem um projeto de integração. A exemplo dos Estados Unidos, em alguns parques, como é o caso do Busch Gardens, e também em parques temáticos de cerveja em vários outros locais do mundo, é importante que a gente tenha um projeto de venda desse produto com o objetivo de diminuir a sazonalidade do turismo. Em Santa Catarina a gente sofre essa sazonalidade no verão e nas festas de outubro - e temos aí, com esses atrativos, uma grande oportunidade de diminuir a sazonalidade.

Tinha falado com o Valdir hoje, na reunião do Conselho: o que vai acontecer nos próximos anos em função do dólar é que vamos estar aqui com um público que precisamos reter, e essa é uma grande oportunidade: ter a integração assegurada numa lei em que a gente possa realmente vender não só em Blumenau e região das cervejarias, mas todos esses produtos e regiões do Estado. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato] [Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt] Esse é o grande desafio que a gente vai ter. É uma indústria limpa que retém grande poder de qualificação, mas na qual a gente, infelizmente, não tem uma união nesse sentido.

Essa é a contribuição que a gente queria dar, porque nós estamos recebendo 1,3 milhão de turistas no Estado hoje e não conseguimos reter esses turistas muito tempo; eles passam direto para o Rio Grande do Sul, para a Rota do Vinho. Nós vamos ter grandes oportunidades agora, mas só no verão, e o verão sempre vai estar muito cheio, e na baixa sazonalidade a gente não tem agregadores que façam esse mesmo turista vir para cá. Sem dúvida nenhuma, ele é qualificado, gasta dinheiro, mas a gente não tem uma oferta para dar.

Eu queria deixar um registro no sentido que a Comissão também se preocupasse com a integração e com a diminuição da sazonalidade, porque a gente tem que parar com esse negócio de a hotelaria no inverno fechar e a gente não conseguir chegar a uma CVC e falar assim... não para uma CVC, mas nós mesmos criamos os nossos pacotes de venda e entregá-los para as operadoras. Temos que ter essa integração. Os pacotes devem ser originários do destino, e não lá de São Paulo, do Rio que não estão vivendo a nossa realidade.

Essa era a contribuição que eu queria deixar aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Obrigado.

Bom, senhores, na verdade nós tínhamos combinado um horário para terminar, mas deixamos propositalmente avançar um pouco mais, porque parece que, independente do projeto que estamos discutindo, só o fato de estarmos reunidos na Assembleia Legislativa discutindo o tema do setor, já valeu a pena. Só por isso já valeu. Eu acho que talvez até o Lapolli, como presidente da Associação, está tendo uma oportunidade de se aproximar de muitos que ele não tinha contato, que não conhecia, e quem sabe até uma oportunidade para que a Associação possa agregar outras entidades de maneira conjunta e ter mais força atuando na totalidade dos representantes do setor.

Eu quero só dizer para vocês o seguinte: diante de muitas sugestões que foram apresentadas, a nossa ideia me parece que é não ter uma definição de rotas pré-estabelecidas ou se nós as tivermos, que pelo menos sejam regiões geográficas que possam acrescentar a cada dia uma nova cervejaria que possa ser instalada, inaugurada. Então, o nosso papel é esse.

É óbvio que a lei não vai se limitar a isso. Eu vou dar a minha opinião do que eu ouvi hoje, eu acho que para a rota, Valdir, tinha que se criar regiões estabelecidas no Estado, que podem ser rotas turísticas que a própria Santur já analisa ou talvez com pequenas características de proximidade de concentrações de cervejaria. A partir daí, ter um critério de quem pode participar dessas rotas. Qual é a condição mínima para estar presente nessa rota de cervejaria em que entra não apenas a questão da excelência que foi falada, mas das condições mínimas para evitar que daqui a pouco também faça parte da rota um aventureiro do processo que possa manchar o nome de tudo que vem sendo construído no Estado.

Então, se nós definirmos regiões, critérios para se integrar e um formato de divulgação, obviamente que eu posso colocar na lei que poderá ser utilizado um aplicativo; eu não posso determinar na lei, mas eu posso citar ali que tenha a possibilidade; que isso pode ser através de um projeto feito pela Associação ou até pela Santur e financiado pelo governo do Estado, que gerencie e trabalhe numa alimentação que aconteça automaticamente. O exemplo que você deu é muito propício: vai se criando e vai se instalando. É óbvio que nós estamos criando apenas exemplos de como se concretizar. Isso não vai acontecer com a aprovação da lei, pois ela vai ter que ter uma conquista a cada dia. Isso vai nos permitir debater com o governo do Estado com a condição de dizer que temos uma legislação e que queremos implementar, e o próprio Valdir tem mais força com o governo do Estado para poder conseguir recursos até para essa implementação.

A questão do financiamento em si que o Felipe abordou ali obviamente que não podemos aplicar na lei, porque é uma política de Estado de poder gerar e criar, não apenas do governo do Estado, mas da União, dos Municípios de como trabalhar. Eu acho que a questão de nós estabelecermos critérios para o financiamento público, com um percentual de participação, essa, sim, no meu entendimento jurídico, é possível se estabelecer. Nós não podemos intervir numa festa privada dizendo que ali só possa ter cerveja artesanal ou que 20%, 10% da venda tenha que ser de cerveja artesanal, mas aqueles que optam

assim, nós possamos ter um percentual garantido para cada região, de acordo com a festa da região, contemplando todas as regiões e dando estímulo.

Então, a minha sugestão, diante de tudo que foi falado aqui, é que, primeiro: vamos pedir que todos, se possível, se aproximem do Lapolli, para que a Associação tenha esse contato; ele até pediu, façam o contato; eu não sei se na lista de presença foi solicitado o telefone para a gente passar para a Associação. Aqui a gente vê que tem, na Grande Florianópolis uma estrutura também montada num formato da União Cervejeira, que é uma associação das cervejarias, mas que tem um vínculo com a Associação Catarinense que vem trabalhando. Então, o nosso papel é concentrar. Eu gostaria de viabilizar esse contato e, se o Diego e outros puderem continuar ajudando nesse meio de campo - via Associação, [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] [Taquígrafa-Leiturista-Jacqueline de O V Bitencourt] que aparentemente é o órgão que mais representa as cervejarias - eu gostaria de combinar aqui um prazo para isso, que vocês pudessem discutir entre vocês e trazer uma sugestão. E a ideia não é fazer em formato de audiência pública, mas uma reunião de trabalho, após a conclusão feita, com a equipe jurídica da Assembleia Legislativa, com os Deputados que desejarem participar disso e até, eventualmente, com a participação da Secretaria, através da Santur, para que possamos construir com várias mãos um texto final. O Relator, que é o Deputado Ricardo Guidi, vai acompanhar tudo, e, tendo a concordância, o nosso papel é - nós já discutimos isto - efetivamente atender o pleito de vocês naquilo que é possível fazer legalmente, para evitar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Mas que nós possamos trabalhar, trabalhar.

Com esta audiência, eu acho que nós começamos a criar um fórum de discussão do setor cervejeiro em Santa Catarina. Se amanhã concluirmos a elaboração do projeto, vai vir um aperfeiçoamento, vai vir uma nova discussão; nós vamos ter oportunidade, Prefeito, de buscar essa valorização. Tem que pensar o seguinte: algo surge com base numa proposta inicial, mas pode ser modificada por completo e pode avançar. Daí a Abrace e outras entidades vão sugerir como nós podemos integrar tudo isso, outras sugestões, para podermos trabalhar.

Então quero agradecer a grande participação das cervejarias. E confesso que até achei que a gente fosse fazer esta audiência na sala de imprensa com umas vinte pessoas. No entanto, a gente vê quase cem pessoas aqui reunidas para debater esse assunto. É uma oportunidade ímpar para a gente poder avançar nesse tema.

Para aqueles que não tenham contato pessoal e querem trazer sugestões, nós temos o e-mail da Comissão - depois nós vamos mandar para todos uma cópia desta audiência, por e-mail -, que é [meioambiente@alesc.sc.gov.br](mailto:meioambiente@alesc.sc.gov.br). E o meu e-mail na Comissão é [geanloureiro@alesc.sc.gov.br](mailto:geanloureiro@alesc.sc.gov.br), que também recebe, e tudo vai ser enviado para todos da Comissão.

Pergunto a vocês se trinta dias seria o tempo suficiente para vocês discutirem o assunto? Porque também não podemos discutir a vida inteira, chega uma hora em que temos que decidir sobre isso.

*(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Pode ser até menos... Marcar uma reunião aqui na própria Assembleia.")*

Então vamos marcar uma reunião para a segunda quinzena de outubro, com a proposta debatida entre vocês; e posteriormente nós entraremos em contato com vocês para agendar a data e convidar a todos. Vamos tentar finalizar ainda no mês de outubro, ou no início de novembro, um texto final para ser liberado na Comissão, e até o final do ano poderemos aprová-lo no plenário da Assembleia Legislativa.

Antes de concluir, eu vou passar a palavra para o senhor Valdir Rubens Walendowsky.

**O SR. VALDIR RUBENS WALENDOWSKY** - Eu queria falar o que aconteceu na questão do vinho de altitude. A Acavitis tomou pé da situação e levou essa questão do vinho adiante, organizou essa questão do vinho, e está fazendo a promoção dele também no Brasil. O Estado está ajudando? Está.

Nesse mesmo modelo, eu acredito que a Associação Catarinense poderia ser a precursora de todo esse trabalho, juntamente com a Associação de Florianópolis e se tiver outra associação no interior Estado, porque tem que haver alguém para capitanear do lado empresarial. Isso é importante, agregar valores do lado da Assembleia, do lado do Estado, e ter uma pessoa do Conselho Estadual de Turismo. E não fazer um grupo muito grande, senão não dá certo. Mas do lado privado as pessoas que querem ajudar e que entendem do assunto, do lado do Estado a Assembleia Legislativa, e uma pessoa do lado do Conselho Estadual de Turismo. Eu acho que assim a gente fará um trabalho rápido, eficiente; naturalmente, não vai ser o melhor, mas depois, com o passar do tempo, a gente agrega mais valor a isso.

Não sei se o presidente da Associação concordaria em capitanear esse trabalho.

**O SR. CARLO GIOVANNI LAPOLLI** - A Associação também passou por um momento de mudança recentemente. Nós fizemos alteração estatutária permitindo que não só as cervejarias façam parte, mas as cervejarias ciganas - não têm fábrica própria -, e também podem participar distribuidores, bares, restaurantes, fornecedores, maltarias, *sommeliers* de cerveja - são aqueles que servem e ensinam a servir a cerveja -, podem se associar à Acasc. Para pulverizar, são valores menores de mensalidade.

Eu peço desculpas porque a gente não tem um mapa, uma planilha de todas as cervejarias que existem em Santa Catarina. A gente sempre procura dar uma pesquisada na Internet, procura entrar em contato com elas; talvez eu tenha umas 35 cervejarias cadastradas, mas a cada dia nasce uma, graças a Deus.

Quero deixar aqui o e-mail de contato da Acasc, que é [contato@acasc.com.br](mailto:contato@acasc.com.br), para aqueles que porventura estejam interessados em fazer parte da Associação. Eu acho que ela pode ser um grande foro de discussão. Ela nasceu no Vale do Itajaí, mas é uma Associação estadual; eu tenho a data de entrada e a de saída, eu quero que seja dinâmica e que tenha vários presidentes em todos locais.

Até faço um desafio para os cervejeiros que estão aqui: quem sabe até julho do ano que vem a gente concretize aqui um festival estadual da cerveja catarinense. Eu acho que Florianópolis tem o público para isso, e a gente tem que fazer esse festival aqui na nossa região de Florianópolis.

Faço um desafio também à Santur para que nos ajude a organizar esse evento, que eu acho pode ser o segundo maior evento de cervejeiros de Santa Catarina. O Festival Brasileiro é nacional, mas o verdadeiro tem que ser nosso, daqui, estadual, e transitório, por todo o Estado, em cada região nossa. Faço esse desafio a todos que estão aqui para que me ajudem a construir o nosso festival estadual, talvez até o ano que vem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Gean Loureiro)** - Então, mais uma vez, quero agradecer a participação de todos.

Nós ficamos combinados de agendarmos a reunião para a segunda quinzena de outubro; em conjunto com isso, temos a sugestão do Valdir de podermos trabalhar a participação do Conselho de Turismo, da Santur, da Assembleia - a Assembleia vai dar o apoio político -, e de vocês representados pela Associação.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza] [Leitura: Denise V. Silva]

**DEPUTADO ESTADUAL GEAN LOUREIRO  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

\*\*\* X X X \*\*\*

## MENSAGEM GOVERNAMENTAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM Nº 276**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 368/2013, que "Estabelece objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e de estímulo à adoção de medidas preventivas", por ser inconstitucional, com fundamento no Parecer nº 0426/15, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Segundo a PGE, o PL nº 368/2013, ao impor ao Estado o cumprimento de objetivos e estratégias de conscientização e estímulo à adoção de atitudes preventivas a respeito dos problemas de saúde que afetam os homens, está eivado de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que cria novas ações governamentais que geram aumento de despesa ao Poder Executivo. Desse modo, a PGE recomendou a oposição de veto total ao referido PL, manifestando-se nos seguintes termos:

Nada obstante os méritos de que se reveste a proposição legislativa, revela-se inconstitucional por ofensa ao disposto no artigo 71, I, da Constituição do Estado, uma vez que as estratégias previstas no art. 3º do projeto aprovado revelam-se verdadeiros programas de governo e importam em aumento de despesa pública não prevista em orçamento.

As estratégias previstas no projeto de lei aprovado revelam ingerência normativa do Poder Legislativo em matéria sujeita



à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo Sobre o tema, o STF já decidiu que:

" O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação *ultra vires* do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação política-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais" (STF, Pleno, MC na ADI nº 2.354/AL, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 14.12.2001).

Por tais fundamentos entendo que diante da inconstitucionalidade por vício de iniciativa, deve o autógrafo sob análise ser vetado

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 27 de outubro de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Parecer nº PAR 0426/15-PGE**

Florianópolis, 19 de outubro de 2015.

**Processo:** SCC 5898/2015

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de lei de iniciativa parlamentar que estabelece objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e estímulo à adoção de medidas preventivas. Ofensa ao disposto no art. 71, I, da Constituição do Estado. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

**Sr. Procurador-Geral do Estado,**

A ilustre Diretora de Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil, de ordem do senhor Secretário, encaminhou a esta PGE o autógrafo referente ao projeto de lei nº 368/2013, de iniciativa parlamentar, que estabelece objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e do estímulo à adoção de medidas preventivas.

Nada obstante os méritos de que se reveste a proposição legislativa, revela-se inconstitucional por ofensa ao disposto no artigo 71, I, da Constituição do Estado, uma vez que as estratégias previstas no art. 3º do projeto aprovado revelam-se verdadeiros programas de governo e importam em aumento de despesa pública não prevista em orçamento.

As estratégias previstas no projeto de lei aprovado revelam ingerência normativa do Poder Legislativo em matéria sujeita à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo.

Sobre o tema, o STF já decidiu que:

" O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. (...) Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredir o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação *ultra vires* do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação política-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais." (STF, Pleno, MC na ADI nº 2.364/AL, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 14.12.2001).

Por tais fundamentos entendo que diante da inconstitucionalidade por vício de iniciativa, deve o autógrafo sob análise ser vetado.

Esta a manifestação que submeto à consideração de Vossa Excelência.

Sérgio Luís Mar Pinto  
Procurador do Estado

**Processo nº:** SCC 5898/2015

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**Interessado:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**Ementa:** Autógrafo. Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que estabelece objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e estímulo à adoção de medidas preventivas. Ofensa ao disposto no art. 71, I, da Constituição do Estado. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Senhor Procurador Geral do Estado,

De acordo com o Parecer do procurador do Estado Sérgio Luís Mar Pinto de fls. 04 a 06.

À vossa consideração.

Florianópolis, 20 de outubro de 2015.

Eduardo Zanatta Brandeburgo

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
SCC 5898/2015**

**Assunto:** Autógrafo. Projeto de Lei nº 368/2013. Origem parlamentar. Estabelece objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e de estímulo à adoção de medidas preventivas. Ofensa ao disposto no art. 71, I, da Constituição do Estado. Inconstitucionalidade por vício de iniciativa. Recomendação de veto.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

De acordo,

**RICARDO DELLA GIUSTINA  
Subprocurador-Geral do Contencioso  
DESPACHO**

**01.** Acolho o Parecer n. 426/2015-PGE (fls. 04/06), da lavra do Procurador do Estado Dr. Sérgio Luiz Mar Pinto, referendado à fl. 07 pelo Dr. Eduardo Zanatta Brandeburgo, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica em exercício.

**02.** Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

Florianópolis, 21 de outubro de 2015.

**JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO  
Procurador Geral do Estado**

**AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 368/2013**

Estabelece objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde do homem e de estímulo à adoção de medidas preventivas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Esta Lei destina-se a estabelecer, no Estado de Santa Catarina, objetivos e estratégias de conscientização acerca dos problemas de saúde que afetam os homens e de estímulo à adoção de atitudes preventivas.

Art. 2º São objetivos principais desta Lei:

I - conscientizar os homens de que os direitos à saúde é um direito do cidadão;

II - estimular os homens a terem atenção à própria saúde e a manterem hábitos saudáveis;

III - estimular o número de diagnósticos precoces de doenças do público masculino, com a finalidade de melhorar o prognóstico e o resultado dos tratamentos;

IV - diminuir mortalidade e morbidade por doenças preveníveis;

V - diminuir mortalidade e morbidade por violência e acidentes de trânsito;

VI - esclarecer os mitos e estigmas que acarretam resistência dos homens para cuidar da própria saúde;

VII - promover ações voltadas à saúde sexual e reprodutiva do homem;

VIII - promover ações voltadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; e

IX - incentivar a paternidade responsável.

Art. 3º As principais estratégias para se atingir os objetivos estabelecidos no art. 2º desta Lei são:

I - promover campanhas nas escolas, presídios, instituições públicas e privadas, entidades sociais, estabelecimentos de saúde e na mídia em geral;

II - garantir o acesso aos exames regulares indicados aos homens, tais como rastreamento do câncer de próstata, testes diagnósticos do coração e de DSTs/AIDS, entre outros;

- III - garantir o acesso a ações contraceptivas, tais como cirurgias e outros métodos;  
 IV - promover ações de prevenção ao alcoolismo e tabagismo;  
 V - promover ações de prevenção à violência geral e no trânsito;  
 VI - divulgar estatísticas e estudos comparativos entre a saúde do homem e da mulher;  
 VII - promover ações integradas com o Programa de Saúde da Família; e  
 VIII - promover parcerias com o terceiro setor e entidades privadas de saúde, como ONGs, hospitais e clínicas privados, operadoras de planos de saúde, entre outros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de outubro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - 1º Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PARECER PRELIMINAR

### Projeto de Lei PL No. 0354.2/2015

Origem: Governamental

Assunto: "Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências".

Relator: Deputado Marcos Vieira.

### PARECER PRELIMINAR

Senhoras Deputadas e

Senhores Deputados

Usando das prerrogativas regimentais que nos concede o Art. 128, inciso VI do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, AVOCAMOS o presente Projeto de Lei No. 0354.2/2015, que "Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e estabelece outras providências", encaminhado a este Poder pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cuja Mensagem no. 197, de 31 de Agosto de 2015 se faz acompanhada da Exposição de Motivos EM nº. 273/2015, de 27 de Agosto de 2015, do Senhor Secretário da Fazenda, a qual destaca que o referido Projeto de Lei vem em cumprimento ao que dispõe o Art. 120 da Constituição do Estado de Santa Catarina e foi elaborado em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual, estabelecidos na Lei Complementar federal No. 101, de 04 de Maio de 2000 (LRF) e a Lei Estadual no. 16.672, de 31 de Julho de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o exercício de 2016.

Cabe ressaltar que as normas atuais sobre a gestão governamental buscam aprimorar os mecanismos necessários às Políticas Públicas para reduzir as desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para tal, visando uma real efetividade do processo orçamentário, a Lei Complementar no. 101/2000 (LRF), já em seu Art. 1º, §1º, estabelece que o planejamento é imprescindível a uma gestão fiscal responsável, juntamente com a transparência e o equilíbrio das contas, itens absolutamente necessários para a consonância com a realidade econômico-financeira do Estado. Do contrário, as ações do Governo perdem efetividade, tornando-se inócuas, descumprindo a legislação e, sobretudo, gerando falsas expectativas.

Os Art. 165 e 166 da Constituição Federal adotam as leis orçamentárias sob as denominações de Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes orçamentária e Lei Orçamentária Anual (LOA), as quais são os instrumentos do planejamento governamental, estabelecendo uma hierarquia e conexão entre elas.

A efetividade do sistema de planejamento governamental depende da integração dessas três leis na formulação dos programas, ações e subações dos mesmos, estabelecendo metas e prioridades.

Nosso Parecer Preliminar no presente Projeto de Lei PPA 2016-2019 consiste de uma breve análise do mesmo, sob as seguintes abordagens a respeito da composição e estruturação do mesmo:

1 - Da Elaboração por parte do Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Fazenda

2. Da Elaboração Coparticipativa do Poder Legislativo do Estado (Assembleia Legislativa do Estado), através da Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Orçamento Estadual - Audiências Públicas Regionais.

3. Conclusão do Parecer Preliminar.

1 - Da Elaboração por parte do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda.

Constitucionalmente, cabe ao Poder Executivo a tarefa de compor os projetos de lei orçamentária dos Planos Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Assim é que chegou a esta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei nº 354.2/2015 do Plano Plurianual - PPA para o exercício 2016-2019, apresentado pela Mensagem nº. 97, do Senhor Governador do Estado, para apreciação, inserção de emendas e aprovação do mesmo por este Poder, conforme preconiza a Constituição do Estado.

A composição deste Projeto de Lei, assim como dos demais referentes às leis orçamentárias obedece a dois quesitos básicos, quais sejam:

1.1 Dos Princípios Norteadores da Elaboração do PPA.

Em nossa análise do referido Projeto, constatamos que o mesmo vem em perfeita consonância com os princípios estabelecidos pelo Governo do Estado, no sentido de assegurar o desenvolvimento socioeconômico do Estado, segundo o fundamento da equidade nas ações governamentais. Isto se faz necessário, visto que o nosso Estado, embora tenha regiões cujo desenvolvimento se aproxima do de países desenvolvidos, ainda apresenta regiões em que estas condições não estão presentes.

Conforme a Mensagem EM no. 273/2015, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, este procurou priorizar suas ações nas seguintes áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Estado catarinense:

- Qualidade dos serviços públicos

Busca assegurar a oferta e o acesso aos serviços públicos de qualidade a todas as pessoas, em todas as áreas, objetivando a harmonização dos serviços.

- Gestão ambiental

A preservação e proteção ambiental, promovendo a utilização racional e eficiente dos recursos naturais, sem danificar o meio ambiente. Garante o equilíbrio no processo de desenvolvimento social e econômico.

- Desenvolvimento econômico

Criar condições para a formação, atração e consolidação das empresas no território catarinense.

- Integração territorial

Assegurar a infraestrutura suficiente, de qualidade e adequada às necessidades do Estado.

- Ciência e tecnologia

Na áreas da indústria e do comércio, objetivando a melhoria do padrão tecnológico da produção, nas áreas estratégicas e de importância para o desenvolvimento econômico do Estado, fazendo frente às necessidades do mercado nacional e internacional.

Na área do conhecimento científico e tecnológico, objetiva fortalecer a capacidade científica e a inovação tecnológica das instituições de ensino do Estado.

- Segurança pública

Nesta, procura-se dar proteção ao cidadão, através dos serviços de segurança pública, ampliando e fortalecendo as bases de atuação civis e militares no território catarinense.

1.2 Do Processo de Formulação do Projeto do PPA.

O processo de formulação do Projeto do PPA 2016-2019, por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, através da Diretoria de Planejamento, envolveu o trabalho inicial das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), em:

- Formação de equipes para a discussão das necessidades regionais nas diversas áreas, como da saúde, da educação, da assistência social e outras;

- Treinamento de equipes setoriais, para a elaboração de estratégia e diagnóstico;

- Consulta à sociedade das diversas Regionais, através da realização de seminários, buscando identificar e catalogar as prioridades dentro dos territórios das SDRs.

Os seminários foram realizados em número de 34, abrangendo o período de 20 de Maio a 08 de Junho do corrente ano. Os resultados foram remetidos à Diretoria de Planejamento Orçamentário, para a elaboração do Projeto.

1.3 Da Fase de Elaboração do Projeto do PPA 2016-2019.

A fase de elaboração do Projeto PPA 2016-2019, com seus programas e ações, até à consolidação da versão final do mesmo, contou com a participação de técnicos e especialistas da Diretoria de Planejamento Orçamentário e do conhecimento acumulado de diversos setores públicos da Secretaria de Estado da Fazenda, coadjuvados pelo excelente estudo socioeconômico do Estado, apresentado no corpo do volume I do Projeto, intitulado "O Estado de Santa Catarina e o Contexto Econômico e as Estratégias de Desenvolvimento", que

constitui a base de dados atualizados (IBGE 2013) e das tendências Observadas no Estado de Santa Catarina.

Ao todo, o Projeto do PPA para 2016-2019 apresenta 26 áreas de ação, 87 programas e 2.224 subações, abrangendo as propostas colhidas nos seminários promovidos pelas SDRs e os das Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, promovidas pela Assembleia Legislativa do Estado, através da Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Orçamento Estadual.

Consolidada a versão final do Projeto do PPA 2016-2019, esta foi, como assinalamos, remetida à Assembleia Legislativa do Estado, para apreciação, inserção de emendas e aprovação do mesmo. Foi lido na 72ª Sessão Legislativa, em 01/09/2015 e remetido à Comissão de Finanças e Tributação, estando ora em nossas mãos para relatar.

### 1.3.1 Retificações

Em 06/10/2015, chegou a esta Casa legislativa, apresentada pela Mensagem EM no. 250/2015 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, uma emenda modificativa ao Projeto de Lei do PPA 2016-2019, cuja Exposição de Motivos EM nº.309/2015, do Senhor Secretário de Estado da Fazenda, propõe e justifica a substituição total do Anexo Único do referido Projeto, tendo em vista a constatação de problemas na compatibilidade de valores entre os valores do Anexo Único original e os valores para o Projeto da LOA 2016. Em consequência disto, acompanhando a Mensagem EM no. 250/2015, veio o novo Anexo Único, no qual são desfeitas as inconsistências verificadas em relação ao Anexo Único original. Em adendo, comunica-se que o novo documento não altera o valor total do PPA 2016-2019.

A análise do novo Anexo Único, realizada pela Coordenadoria do Orçamento Estadual, constatou que neste apenas algumas subações do Anexo Único original tiveram seus valores alterados e inclusão de subações novas. Tais subações alteradas são apresentadas a seguir, sob o título. (TEBELA Nº 1 - Relação das Subações do PPA 2016-2019 que foram Alteradas e Inclusão de Novas Subações. (em anexo)

2. Da Elaboração Coparticipativa do Poder Legislativo do Estado (Assembleia Legislativa do Estado), através da Comissão de Finanças e Tributação e da Coordenadoria do Orçamento Estadual, via Orçamento Estadual Regionalizado.

### 2.1 Das Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado

Além da função constitucional do Poder Legislativo do Estado, representado pela Assembleia Legislativa, de apresentar emendas aos projetos orçamentários (PPA, LDO e LOA), desde 1997, com a aprovação da Lei Complementar no. 157, de 09/09/1997, em atenção ao Art. 165 da Constituição Federal e aos Artigos 47 e 120 § 5º da Constituição Estadual, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina vem realizando anualmente as Audiência Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, através da Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado e da Comissão de Finanças e tributação, assessoradas pela Coordenadoria do Orçamento Estadual, para, em contato direto com a população dos municípios, ouvir e colher propostas prioritárias da comunidade, para inserção das mesmas, na forma de emendas, nos supracitados projetos. Esta participação do Poder Legislativo do Estado, que é assegurada pela legislação acima referida, vem dar legitimidade às propostas vinculadas ao processo orçamentário, e as reais carências da comunidade, através da participação das lideranças comunitárias das diferentes regiões do Estado.

Neste ano de 2015, o trabalho da Assembleia Legislativa foi realizado em 32 (trinta e duas) Audiências Públicas, abrangendo o período de 22 de Junho a 07 de Agosto.

### 2.2 Relatório das Audiências Públicas Regionais do Orçamento Estadual Regionalizado - APRs

Ao todo, as APRs do Regionalizado possibilitou a acolhida de 420 (quatrocentas e vinte) propostas para emendas ao PPA 2015-2019, as quais foram arroladas em um Relatório e remetidas, pela Coordenadoria do Orçamento Estadual, ao Senhor Secretário da Fazenda para, conforme estabelecido na Lei Complementar no. 157/1997, serem inseridas no Projeto do PPA, na sua versão final, antes da sua remessa a esta Casa Legislativa.

2.3 As Tabelas nºs 2 e 3 apresentam a discriminação sucinta dos Orçamentos Fiscal, Seguridade Social e Investimentos e dos Órgãos da Administração Estadual (em anexo pg nº 11)

### 2.4 Das Emendas ao Projeto do PPA 2016-2019

Das Emendas em Geral A apresentação de emendas ao Projeto de Lei PPA 2016-2019 fundamenta-se no que determina Constituição Estadual vigente, bem como na LDO aprovada para o exercício financeiro de 2016.

#### 2.4.1 Dos Critérios para Apresentação das Emendas

Na Constituição Estadual, o §2º e os incisos I, II e III do §4º do Art. 122 determinam que as emendas aos projetos serão apresen-

tadas perante a Comissão Técnica que sobre elas emitirá parecer, e deliberadas, na forma regimental, pelo Plenário da Assembleia Legislativa (§2º Art. 122) e as mesmas só poderão ser acolhidas se:

1) Forem compatíveis com o PPA e com a LDO correspondentes (Inciso I, §4º Art.122);

2) Indiquem os recursos necessários, admitidos somente os decorrentes de anulação de despesas, excluídas as relativas a (a) a dotações para pessoal e seus encargos; (b) ao serviço da dívida pública e (c) a parcelas correspondentes às participações municipais (Inciso II, § 4º, Art. 122);

3) Sejam relacionados com correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei (Inciso III, §4º, Art. 122).

A LDO para o exercício financeiro de 2016, Lei nº 16.672, de 31/07/2015, é mais específica quanto às emendas aos projetos orçamentários:

"Art. 29 As propostas de emenda ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Constituição Estadual e na Lei Federal Nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descritos no PPA e nesta lei.

§ 1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

I - contrariarem o estabelecido no *caput* deste artigo;  
II - No somatório geral, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade, em valor superior ao programado;

III- Não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

IV- Anulem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas básicas;  
b) receitas e despesas vinculadas, criadas por leis específicas;

c) receitas próprias e despesas de entidades da administração indireta e fundos;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Estado;

V- Anulem dotações consignadas às atividades repassadas de recursos.

§ 2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 30 Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 31 As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação física.

Atenção especial deverá ser dada no preenchimento do formulário das emendas, especialmente no que diz respeito aos números dos programas, ações e subações, fonte de recurso e elemento de despesa, respeitando a Classificação Funcional Programática de orçamento, sob pena de serem rejeitadas por inadequação de preenchimento.

As emendas deverão seguir o trâmite prescrito pelo Regimento Interno desta Casa, em seus Artigos 297 e 298:

"Art. 297 Publicado o Parecer Preliminar, abre-se o prazo de até quinze (15) dias para a apresentação de emendas, findo o qual o Relator disporá de mais quinze(15) dias para a emissão de Parecer Definitivo [Conclusivo] sobre o projeto e as emendas analisadas".

"Art. As emendas referidas no artigo anterior deverão ser compatíveis com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentária [pertinentes]"

2.5. Das Emendas do Orçamento Estadual Regionalizado  
A Coordenadoria do Orçamento Estadual encarregou-se de verificar, no Anexo Único do Projeto do PPA 2016-2019, a inclusão das propostas colhidas nas 32 Audiência Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, realiza por este Poder, onde das 432 prioridades priorizadas, apenas 8 não estão no corpo do referido Anexo Único, onde serão incluídas como emendas de relator por esta relatoria. No citado Anexo, elas vêm assinaladas com a sigla "AP" (de "Audiência Pública"), junto ao número da subação.

Vale lembrar que são 12 (doze) propostas para cada região administrativa de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), correspondentes ao Plano Plurianual.

#### 2.5.1. Das Emendas Parlamentares e de Bancada

Embora seja constitucional, a realização de emendas parlamentares e de bancada, recomenda-se às Senhoras e aos Senhores Parlamentares a abstenção às mesmas, quando implicarem na alocação de recursos, pelos motivos seguintes:

a) Os recursos disponíveis para investimentos são reduzidos, estando em grande parte já comprometidos;

b) As propostas colhidas pelo Orçamento Estadual Regionalizado em APRS, basicamente as mesmas antecipadamente colhidas nos seminários realizados pelas SDRs, já atendem às necessidades regionais, cabendo aos Senhores Parlamentares contribuir com sua influência para torná-las realidade

2.6 - Tramitação do PL nº 354.2/2015 Plano P - PPA 2016-2019.

DATA	TRÂMITE
28/10/2015	Apresentação do Parecer Preliminar
29/10/2015	Publicação do Parecer Preliminar
30/10 a 06/11/2015	Prazo para apresentação de emendas Parlamentares
25/11/2015	Relator apresenta o Parecer Conclusivo
26/11/2015	Publicação do Parecer Conclusivo
01/12/2015	Votação do Projeto em Plenário
02/12/2015	O Projeto retorna à Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da Redação Final
03/12/2015	Votação em Plenário da Redação Final
04/12/2015	Publicação da redação Final
10/12/2015	Mesa encaminha autógrafa ao Governador para sanção

As Emendas ao PL nº 0354.2/2015 serão elaboradas através do site da Assembleia Legislativa, =>Orçamento Estadual=> Sistema do Orçamento Estadual - SOE, que deverão ser enviadas, impressas em três vias e protocoladas na Comissão de Finanças e Tributação.

3. Conclusão do Parecer Preliminar

Ao presente Projeto de Lei Nº 0354.2/2015, do PPA 2016-2019, por atender às exigências da Constituição Estadual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e à LDO Nº 16.672, de 31/07/2015, bem

TABELA - 2 Dotações Orçamentária dos Poderes e Ministério Público

Orçamento	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público	Totais
Fiscal	66.418.256.842	4.439.506.471	9.629.234.862	2.930.781.297	83.417.779.472
Seguridade Social	45.566.318.929	74.704.560	95.819.000	-	45.736.842.489
Investimento de Empresas Estatais	7.622.880.063	-	-	-	7.622.880.063
Totais	119.607.455.834	4.514.211.031	9.725.053.862	2.930.781.297	136.777.502.024
%	<b>87,45</b>	<b>3,30</b>	<b>7,11</b>	<b>2,14</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PL nº 354.2/ 2015 - PPA 2016-2019/ Anexo Único.

TABELA - 3 Programas Temáticos - PPA 2016-2019

Órgão	Prog.	Descrição do Programa	Valor Orçado
Secretaria de Estado da Infraestrutura	105	Mobilidade Urbana	618.761.486
	110	Construção de Rodovias	2.035.984.665
	115	Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	56.531.054
	120	Integração Logística	114.369.314
	130	Conservação e Segurança Rodoviária	634.800.681
Departamento Estadual de Infraestrutura	140	Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	862.923.000
	145	Elaboração de Projetos e Estudos De Infraestrutura	210.360.000
		Modernização Portuária	
	150	Geração de Energia Elétrica	313.046.167
Centrais Elétricas de	160		1.798.917.500
Santa Catarina S/A	180	Expansão do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	1.431.335.557
	186	Comercialização, Eficientização e Medição de Energia Elétrica	301.600.000
	187	Adequação e Melhoria da Estrutura Empresarial -CELESC.	175.400.000
	188	Participações e Parcerias Público-Privadas	2.000.000
Gabinete do Governador do Estado-SC Parcerias	190	Expansão do Gás Natural	197.825.158
	204	Missões, Recepção e Eventos Internacionais	4.505.000
Gabinete do Governador do Estado	360	Abastecimento de Água	626.224.948
Gabinete do Governador do Estado- CASAN	365	Esgoto Sanitário	910.564.455
	370	Modernização da CASAN	572.756.206
	810	Comunicação do Poder Executivo	342.277.313
Gabinete do Governador-Secretaria de Estado de Comunicação	200	Competitividade e Excelência Econômica	92.400.000

As emendas ao Projeto de Lei do PPA 2016-2019 serão elaboradas através do site da Assembleia Legislativa do Estado/ Orçamento Estadual/Sistema do Orçamento Estadual-SOE, que deverão ser enviadas impressas em três (3) vias e protocoladas na Comissão de Finanças e Tributação. Elas obedecerão ao prazo para e apresentação, aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação, no cronograma, a seguir apresentado.

como, por estar em consonância com as metas desenvolvimentistas do Governo do Estado, somos pela APROVAÇÃO do mesmo, e assim sugerimos aos nobres pares desta Comissão de Finanças e Tributação.

Florianópolis, 28 de Outubro de 2015.

Deputado Marcos Vieira

**Relator**

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	340	Desenvolvimento Ambiental Sustentável	43.344.354
	342	Revitalização de Economia Catarinense-PREC.	13.800.000
	346	Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	35.400.000
	348	Gestão Ambiental Estratégica	35.307.000
	350	Gestão de Recursos Hídricos	209.684.996
	230	Inovar- Fomento à Pesquisa ao Desenvolvimento e à Inovação	576.433.321
	950	Defesa dos Interesses Sociais	8.954.915
	730	Prevenção e Preparação para Desastres	571.274.766
	731	Gestão de Riscos e Redução de Desastres	46.660.000
Secretaria de Estado da Defesa Civil	735	Respostas aos Desastres e Reconstrução	88.450.000
	208	Planejamento Estratégico e Gestão de Informações	16.801.145
	209	Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	5.620.000
Secretaria de Estado do Planejamento	210	Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	40.300.000
	220	Governança Eletrônica	40.000.000
	850	Gestão de Pessoas	25.685.146.646
	855	Saúde Ocupacional	15.861.514
Secretaria de Estado da Administração	860	Gestão Previdenciária	27.752.587.418
	870	Pensões Especiais	253.781.961
	900	Gestão Administrativa- Poder Executivo	7.653.935.195
	640	Promoção do Turismo Catarinense	244.432.764
	650	Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	179.314.488
	660	Pró-cultura	76.792.000
Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	250	Inclusão Digital	14.200.000
	520	Cidadania e Diversidade	207.090.924
	610	Educação Básica	3.082.116.022
	615	Gestão do Ensino Profissional	185.784.430
Secretaria de Estado da Educação	616	Valorização do Ensino	8.000.000
	623	Autonomia de Gestão Escolar-SED	437.252.000
	624	Cooperação Estado e Municípios-SED	59.109.000
	630	Gestão do Ensino Superior	1.342.762.885
	300	Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	181.472.843
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	310	Agronegócio Competitivo	320.710.280
	315	Defesa Sanitária Agropecuária	46.355.958
	320	Agricultura Familiar	26.400.000
	335	Santa Catarina Rural- Microbacias 3	4.428.862
	400	Gestão do SUS	5.652.082.173
Secretaria de Estado da Saúde	410	Vigilância em Saúde	378.627.951
	420	Atenção Básica	443.003.500
	430	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.758.598.565
Secretaria de Estado da Saúde	440	Educação Permanente para o Sistema Único de Saúde	1.675.595.350
	510	Sistema Único de Assistência Social-SUAS	315.436.364
Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	530	Pró- emprego e Renda	49.230.000
	540	Nova Casa	57.740.000
	550	Erradicação da Fome em Santa Catarina	14.724.520
	705	Segurança Cidadã	259.523.200
	706	De Olho no Crime	9.033.781.790
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	708	Valorização do Servidor- Segurança Pública	69.355.550
	707	Suporte Institucional Integrado	1.687.938.738
	715	Reequipamento e Apoio Operacional da Segurança Pública	400.000
	820	Comunicação do Poder Legislativo	241.195.441
Assembleia Legislativa do Estado	920	Gestão Administrativa do Poder legislativoModernização do	2.696.405.260
	925	Processo	382.172.330

	740	Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	332.000.000
	745	Cidadania e Direitos Humanos	212.926.732
	750	Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	784.965.179
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania			
	760	Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	139.219.000
Tribunal de Contas do Estado	935	Gestão Administrativa do Tribunal de Contas	1.566.606.911
	100	Caminhos do Desenvolvimento	55.932.986
	101	Acelera Santa Catarina	418.284.911
Secretaria de Estado da Fazenda	825	Formação de Gestores Públicos	6.164.350
	830	Modernização da Administração Fazendária	58.948.237
	990	Encargos Especiais	10.081.961.375
Ministério Público	910	Gestão Administrativa-Ministério Público	840.366.362
	915	Gestão Estratégica	2.090.414.737
Tribunal de Justiça do Estado	930	Gestão Administrativa-Tribunal de Justiça	9.420.564.295
	931	Infraestrutura do Judiciário	304.489.567

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda(SEF)- Anexo Único PPA 2016-2019.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 2573, de 13 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1359	ANTONIO CARLOS MORRO	40	5/10/2015	4066/2015
1377	DULCINEA REGIS	90	25/9/2015	4078/2015
711	ELIANE REGINA CORREA DE MATTOS	30	14/9/2015	4076/2015
4346	ELIANA BARCELOS	13	22/9/2015	4077/2015
1150	FABIO FIGUEIREDO RIBEIRO	18	23/9/2015	4075/2015
6691	KATIA SARLET REZENDE	15	24/9/2015	4074/2015
2134	MADALENA SCHMIDT PIONER	45	24/9/2015	Ofício nº 6031/2015 /GEPEM/ SEA
7755	MARCELO PINHEIRO	15	25/9/2015	4079/2015

### Republicada por incorreção

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2623, de 29 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ELIZANGELA DA SILVA**, matrícula nº 6630, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2624, de 29 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora CRISTIANE DO NASCIMENTO, matrícula nº 6549, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-65, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2625, de 29 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora CRISTINA SCHIRLEY DA SILVA NEVES, matrícula nº 5191, de PL/GAB-07 para o PL/GAB-16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 2626, de 29 de outubro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor OSWALDO CIDRAL, matrícula nº 6277, de PL/GAB-55 para o PL/GAB-54, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2627, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **PAULO SESAR BATISTA**, matrícula nº 5844, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2628, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RICARDO KRAMBECK JUNIOR, matrícula nº 4570, de PL/GAB-85 para o PL/GAB-91, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2629, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ERLEDIO PEDRO PERING, matrícula nº 4654, de PL/GAB-77 para o PL/GAB-91, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2630, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **SERGIO LUIZ SEEMANN**, matrícula nº 3275, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Novembro de 2015 (Gab Dep Jean Kuhlmann).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2631, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:**

**Retificar** a Portaria nº 2602, de 26 de outubro de 2015, que designou o servidor, DANIEL DOMINGOS DE SOUZA, matrícula nº 6323, como fiscal de contrato, nos seguintes termos:

**ONDE SE LÊ:** "... a contar de 20 de outubro de 2015 ..."

**LEIA-SE:** "... a contar de 18 de agosto de 2015 ..."

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2632, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº 4230/2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **JERO DOS PASSOS ESPINDOLA**, matrícula nº 1424, por 30 (trinta) dias, a contar de 8 de outubro de 2015.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2633, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 032/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	Pregoeiro
1332	HÉLIO ESTEFANO BERCKER FILHO	Pregoeiro substituto
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Equipe de apoio
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	
1039	VICTOR INACIO KIST	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2634, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 033/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
1039	VICTOR INACIO KIST	Pregoeiro substituto
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Equipe de apoio
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2635, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:



NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
CARLOS ROBERTO VARELA KILIAN	6984	3%	3%	9/10/2015	4171/2015
ELTON GOMES	7118	3%	3%	11/9/2015	4173/2015
JORGE SERGIO TURATTI	3025	3%	15%	20/10/2015	4195/2015

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2636, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR TEREZA VIERHELLER**, matrícula nº 7289, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-04, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos - Joinville).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 2637, de 29 de outubro de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR LORENI LURDES LIPOSKI** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-86, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Leonel Pavan - Itapema).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 475.0/2015**

Institui o Dia Estadual do Meteorologista, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Meteorologista, a ser comemorado, anualmente, no dia 14 de outubro, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual de que trata o caput deste artigo tem como objetivo homenagear os Meteorologistas no âmbito do Estado de Santa Catarina, bem como incentivar esses profissionais no avanço dos estudos climáticos, a fim de mitigar os danos provocados pelos eventos climáticos extremos.

Art. 2º O Dia Estadual de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Natalino Lázare

Lido no Expediente

Sessão de 28/10/15

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa instituir, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina, o Dia Estadual do Meteorologista, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro, no Estado de Santa Catarina.

É comum vermos no noticiário informações sobre deslizamentos muitas vezes com número grande de vítimas. Evitar desastres desse tipo depende de impedir a ocupação irregular de áreas de risco, como encostas. Mas passa, também, pela previsão da

proximidade de grandes temporais, em tempo para alertar a população. E isso é papel do meteorologista.

Além disso, a Meteorologia é uma ciência fundamental para o planejamento da produção agrícola. O crescimento do agronegócio tem ampliado a oferta de trabalho nesta área. Empresas privadas que divulgam a previsão de condições meteorológicas bem como órgãos públicos ligados a aeroportos, controle de saneamento básico, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais sinalizam um mercado positivo, inclusive porque há a formação de poucos profissionais nesta área no Brasil.

Assim, considerando a importância do Meteorologista no atual contexto, onde as alterações climáticas são cada vez mais recorrentes, apresento o presente Projeto de Lei, objetivando destacar a importância do seu trabalho e incentivar esse profissional no avanço dos estudos climáticos, a fim de mitigar os danos provocados pelos eventos climáticos extremos.

Deputado Natalino Lázare

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 0476.0/2015**

**Dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos no Estado de Santa Catarina.**

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - Para todos os efeitos legais considera-se fornecedor, nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a pessoa, jurídica ou física, responsável pela venda de bebidas alcoólicas nos estádio e arenas desportivos.

Art. 2º - A venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos são permitidos nos seguintes termos:

I - A única bebida alcoólica que poderá ser vendida e consumida em recintos esportivos é cerveja, sendo proibida a venda e o consumo de quaisquer outras espécies de bebidas alcoólicas, sejam elas destiladas ou fermentadas;

II - O fornecedor deverá ser habilitado, mediante obtenção de alvará municipal específico, para poder realizar a venda de bebidas alcoólicas preservando-se o que reza o art. 28, da Lei Federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003;

III - É autorizada a venda e o consumo de bebidas alcoólicas, em bares, lanchonetes e congêneres destinados aos torcedores, bem como os camarotes e espaços VIP dos estádios e arenas, sendo que a venda deve iniciar trinta minutos antes de começar a partida e terminar trinta minutos do fim da partida;

IV - As bebidas expostas à venda, embora possam vir envolvidas em recipientes metálicos ou de vidro, somente poderão ser vendidas e entregues aos consumidores em copos plásticos, cujo recipiente não tenha capacidade superior a 600 ml (seiscentos mililitros), admitido o uso de copos promocionais e/ou de papel;

V - Cada consumidor poderá retirar apenas uma unidade (copo plástico) de bebida alcoólica por vez que se dirigir ao local de sua retirada, devendo, neste ato, apresentar a identidade, comprovando ser maior de 18 (dezoito anos);

Art. 3º - Cabe ao responsável pela gestão do recinto esportivo definir os locais nos quais a comercialização e o consumo de bebidas serão permitidos;

Art. 4º - É vedada a entrada nas arenas desportivas e nos estádios de pessoas portando qualquer tipo de bebida;

Art. 5º - Fica proibida a venda e a entrega de bebidas alcoólicas, nos locais referidos nesta lei, a pessoas menores de 18 (dezoito) anos, podendo os responsáveis responder civil e criminalmente nos termos da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, com as alterações da Lei Federal nº 13.106, de 17 de março de 2015.

Art. 6º - O fornecedor, em caso de descumprimento do artigo anterior, estará sujeito às seguintes punições:

I - multa no valor de 3.000 a 30.000 UFIR (Unidade de Referência Fiscal);

II - Suspensão de 30 (trinta) a 360 (trezentos e sessenta) dias da venda e consumo de bebidas alcoólicas em bares, lanchonetes e congêneres, bem como nas áreas de camarote e VIP dos estádios e arenas desportivos;

III - Proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas em bares, lanchonetes e congêneres, bem como nas áreas de camarote e VIP dos estádios e arenas desportivos.

Parágrafo Único - É garantido ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa adotando-se forma, rito e prazo disposto nos artigos 210, 215 e 216 da Lei Estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994.

Art. 7º - O descumprimento do disposto nesta Lei, sujeita o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo da aplicação da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

I - se consumidor, será advertido e retirado das dependências do recinto esportivo;

Art. 8º - Deverão ser colocados avisos em diversos setores das arenas desportivas ou estádios, com as seguintes mensagens: "Se beber não dirija, se dirigir não beba" e "É proibida a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos".

Art. 9º - Competirá à Secretaria de Estado da Fazenda, fiscalizar o cumprimento desta Lei e reprimir a sua violação, aplicando as penalidades previstas e necessárias, nos termos do dispositivo anterior.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes das multas arrecadadas em conformidade com o disposto no artigo 3º deverão ser depositados na conta da Secretaria de Estado da Fazenda, e aplicados em prol do esporte não profissional ou no fomento de atividades científicas ou acadêmicas correlacionadas com o esporte.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado RODRIGO MINOTTO - PDT

*Lido no Expediente*

*Sessão de 28/10/15*

#### JUSTIFICATIVA

A venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos é um tema ainda polêmico para as sociedades catarinense e brasileira. Malgrado, desde sempre o torcedor se acostumou a frequentá-los e consumir bebidas alcoólicas.

Há alguns anos atribuiu-se ao consumo de bebidas alcoólicas a raiz da violência no âmbito esportivo, especialmente no que concerne às torcidas de equipes de futebol. Tal pecha se impôs sem que fosse, efetivamente, confeccionado ou produzido estudo sério, pautado em critérios acadêmicos e científicos. Criou-se um discurso e levou-se à grande mídia para sua convalidação.

Este episódio ganhou maior relevo quando a Confederação Brasileira de Futebol firmou termo de cooperação com o Colégio dos Procuradores-Gerais de Justiça, sendo, por conseguinte, editada a RDP nº 01/2008, que proibia a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nas competições organizadas pela mencionada federação esportiva.

Como efeito cascata, órgãos do Ministério Público impulsionaram a celebração de Termos de Ajuste de Conduta perante as federações estaduais de futebol para evitar que nos certames regionais se pudessem vender bebidas. Cite-se, ainda, que em unidades da federação instituiu-se lei proibindo a venda de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivos.

Decorridos mais de 07 (sete) anos desde que este tema foi alçado às páginas principais dos jornais, após um exame mais detido e cauteloso, observa-se que em quase nada contribui a vedação ao exercício constitucional do livre comércio.

Maior exemplo de que a venda de bebidas alcoólicas não implicam, necessariamente, em acréscimos da violência dentro e fora dos estádios e arenas desportivos, foi a realização da Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, com sanção pelo Governo Federal da Lei Geral das Copas e por consequência, a supressão do Estatuto do Torcedor, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios.

Em todas as sedes, ressaltem-se, grandes cidades do Brasil, entre elas Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo, foram vendidas em bares, lanchonetes e congêneres bebidas alcoólicas, sem que, fossem registrados incidentes ou quaisquer prática de delitos em virtude do consumo.

Nesta perspectiva, este projeto de lei, revestido de plena constitucionalidade, vez que a Carta Magna autoriza ao Estado legislar sobre consumo e desporto (art. 24, incisos V e IX), objetiva de forma cristalina e incontestável, autorizar a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios e arenas desportivos.

*Paripasso* se propõe algo inédito no país, que é a criação de regras a fim de regulamentar com maior clareza os critérios para exercício dos direitos acima mencionados.

Mais que simplesmente autorizar ou proibir, busca-se aqui disciplinar a venda desse tipo de bebida nas arenas e estádios catarinenses, estabelecendo parâmetros essenciais para a preservação da ordem e paz pública nestes ambientes, diferenciando-se inclusive, o nível alcoólico das bebidas a serem vendidas nos camarotes e áreas VIP, bem como ao público em geral, isso em virtude da quantidade de pessoas que utilizam esses espaços.

Destarte, não se pode punir o bom torcedor, cidadão cumpridor dos seus deveres, que se vê tolhido e prejudicado por um fantasma que assombra a todos, a violência.

É preciso, pois, auscultar a voz dos cidadãos, não privando-os de direitos, como até então tem sido a opção mais simplista. Todavia, disciplinando tal gozo e fruição de direitos, para que se torne possível a melhor convivência entre os cidadãos. E, ao final, possam estes cidadãos-torcedores comemorar um triunfo do seu time do coração, nos estádios e arenas desportivos, brindando com os amigos, o que, saliente-se, não é, nem deve ser visto, como nada de errado, criminoso ou pecaminoso.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0477.1/2015

Acrescenta o inciso VI ao art. 55 da Lei nº 6.320, de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir circunstância atenuante na aplicação de penalidades às entidades privadas que participam na prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde em Santa Catarina.

Art. 1º Fica acrescido o inciso VI ao art. 55 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55 .....

VI - ser o infrator entidade de natureza privada que participe de forma complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS, por meio de contrato, convênio ou instrumento congêneres. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

*Lido no Expediente*

*Sessão de 28/10/15*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração dos Pares, o Projeto de Lei que visa acrescentar o inciso VI ao art. 55 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

Justifica-se o presente acréscimo, em razão das entidades privadas, especificamente os hospitais filantrópicos, estabelecimentos de serviços de saúde e santas casas, estabelecidos em Santa Catarina, possuírem grande relevância na prestação de serviços na área da saúde ao Sistema Único de Saúde - SUS, representando atualmente 70% (setenta por cento) da oferta de leitos hospitalares aos usuários do SUS, sem prejuízo da ampla rede de laboratórios de exames que abrange todo o território catarinense.

Assim, não resta dúvida, que ante o notório interesse público, estabelecido pela relação entre o Poder Executivo Estadual e as entidades filantrópicas acima citadas, participantes de forma complementar ao SUS, pela prestação de serviços de saúde contratada ou conveniada, é justo e pertinente, a autoridade pública poder sopesar e incluir o segmento, nas condições previstas como circunstâncias atenuantes, quando do impacto por eventual infração de natureza sanitária em desfavor destas entidades filantrópicas, cujo prejuízo pela aplicação de qualquer multa, repercute muito às entidades, hoje em situação difícil, inclusive, tendo em vista a continuidade dos relevantes e indispensáveis serviços de assistência à saúde e na manutenção da prestação dos serviços ao SUS.

Assim, solicito apoio à proposição em tela, para que os hospitais e demais entidades filantrópicas que prestam serviços ao SUS, possam ter a possibilidade de serem incluídos nas condições atenuantes previstas na Lei, que dispõe sobre as normas gerais de saúde. Desta forma, o Poder Público, estará demonstrando o respeito ao segmento filantrópico, pelos valiosos e indispensáveis serviços prestados de saúde ao SUS, posto a capilaridade da atividade exercida em SC, onde os próprios Hospitais Públicos se mostram insuficientes para o atendimento da demanda. Ante o exposto, peço o apoio dos Senhores Deputados, para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado José Milton Scheffer

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 478.2/2015

Dispõe sobre a proteção do adquirente de imóvel na planta, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas de proteção e defesa dos consumidores adquirentes de imóvel na planta, comercializado mediante incorporação imobiliária, nos termos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art. 2º, Para efeito dessa lei considera-se:

I - incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas;

II - incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não que, embora não efetuando a construção, compromisse ou efetive a venda de frações ideais de terreno, objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, em edificações a serem construídas ou em construção sob regime condominial ou que, meramente, aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando a termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega das obras concluídas, a certo prazo, preço e determinadas condições; e

III - estende-se a condição de incorporador aos proprietários e titulares de direitos aquisitivos que contratem a construção de edifícios que se destinem à constituição em condomínio, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.

§ 1º Para fins desta Lei, adquirente é toda pessoa física ou jurídica que compre imóvel nas condições descritas no *caput*.

Art. 3º Com a finalidade de dar publicidade e de garantir o direito de informação, a incorporadora deverá publicar em seu site na *internet*, em área restrita acessível a todos os adquirentes, as seguintes informações sobre o empreendimento:

I - as modificações realizadas no projeto original;

II - quinzenalmente:

a - cronograma físico-financeiro, devidamente atualizado; e

b - fluxo de caixa, devidamente atualizado; e

III - balancete trimestral, contendo todas as receitas e despesas;

§ 1º Caso a incorporadora não possua site na *internet*, deverá disponibilizar aos adquirentes, em sua sede, as informações referidas nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 2º O memorial de incorporação e o cronograma físico-financeiro deverão ser disponibilizados no estande de vendas do empreendimento para consulta dos interessados.

Art. 4º. Os órgãos de Defesa do Consumidor serão responsáveis pela fiscalização e pela aplicabilidade das penalidades previstas nesta Lei.

Art. 5º. O incorporador deverá arcar com os aluguéis dos adquirentes, a partir do término do prazo de carência do empreendimento.

Art. 6º. O incorporador deverá tornar público o teor desta Lei em todos os estandes de vendas dos empreendimentos.

Art. 7º. Os incorporadores terão o prazo de 180 (cento e oitenta dias), para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Lido no Expediente

Sessão de 29/10/15

#### JUSTIFICATIVA

É de conhecimento público que a compra de imóvel na planta envolve riscos, sendo um dos principais temores de quem adquire imóvel nestas condições a possibilidade de a construtora falir e deixar os compradores sem o bem.

Da mesma forma, a insatisfação dos adquirentes de imóvel na planta é recorrente, portanto, não é de estranhar que as incorporadoras sejam constantemente objeto de reclamações junto aos órgãos de defesa do consumidor.

Ademais, tais contratos celebrados com as incorporadoras, em regra, são de adesão, uma vez que suas cláusulas vêm pré-formatadas a critério exclusivo do vendedor, sem possibilidade de alteração/negociação por parte do adquirente.

Por conta disso, é evidente a vulnerabilidade do adquirente nesse tipo de negócio, sendo imprescindível uma normatização mais eficaz, sob a vertente da relação de consumo, de modo a garantir e proteger, especificamente, esse tipo de consumidor.

Vale referir que a proteção e a defesa do consumidor é um dos direitos fundamentais do indivíduo e um dos princípios da ordem econômica do Estado, conforme disposição constitucional, estando expressamente garantidos nos termos do art. 150 da Constituição Federal de 1988.

A iniciativa legislativa em apreço, sob o ponto de vista jurídico, afeiçoa-se aos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal, tendo em vista que compete concorrentemente entre a União, os Estados e o Distrito Federal legislar sobre consumo e reparação de danos ao consumidor.

Nesses termos, apresento a presente Proposta, que objetiva fortalecer os direitos assegurados aos adquirentes de imóveis na planta, tanto pela legislação específica, como também pela Constituição Federal.

Não obstante, vale referir que inúmeros são os Precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que corroboram a incidência do Código de Defesa do Consumidor nos contratos de compra e venda de imóvel na planta, dentre os quais o REsp nº 299.445/PR/4ª Turma, rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJU/20/08/2011; e o REsp nº 555.763/DF, STJ, 3ª Turma, rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJU/22/03/2004.

Embora a incorporação imobiliária seja regida pela lei que lhe é própria (Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964), também incide sobre ela o Código de Defesa do Consumidor, que introduziu no sistema civil princípios gerais que realçam a justiça contratual, a equivalência das prestações e o princípio da boa-fé objetiva.

No entanto, tomando como referência o art. 3º do CDC, verifica-se que a figura do incorporador conecta-se, diretamente, ao conceito de fornecedor insculpido na legislação consumerista.

Em face da relevância e importância da matéria e pelos motivos expostos, conto com o imprescindível apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, como forma de suprir lacunas na legislação especial das incorporações imobiliárias, motivada pelo dever do legislador de aperfeiçoar os direitos do consumidor.

Deputado Luiz Fernando Vampiro

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0015.8/2015

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, acrescentando-lhe dispositivos, para o fim de criar a Comissão de Assuntos Municipais.

Art. 1º Fica acrescido inciso XIX ao art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro 2008, com a seguinte redação:

“Art. 27.....

.....

XIX - Comissão de Assuntos Municipais.” (NR)

Art. 2º Ficam acrescidos Seção XIX e respectivo art. 85-E ao Capítulo IV do Título III do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a seguinte redação:

“Seção XIX

Da Comissão de Assuntos Municipais

Art. 85-E. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Assuntos Municipais, cabendo-lhe, sobre eles, exercer sua função legislativa e fiscalizadora:

I - aspectos relacionados aos municípios, especialmente:

a) critérios de distribuição de verbas estaduais;

b) convênios com o Estado;

c) análise de mérito sobre criação de novos municípios, incorporação, subdivisão, anexação e desmembramento de áreas de municípios; e

d) análise de mérito sobre intervenção municipal; e

II - programas de apoio aos municípios; e

III - regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como a solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas.” (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Natalino Lázare

Lido no Expediente

Sessão de 28/10/15

#### JUSTIFICATIVA

Tem a presente proposição o escopo de criar a Comissão de Assuntos Municipais no âmbito da ALESC, iniciativa que visa suprir importante lacuna no Parlamento catarinense quanto ao atendimento de demandas municipais, tendo em vista que os municípios são os entes federados mais próximos do cidadão e, portanto, devem merecer especial atenção.

A Comissão de Assuntos Municipais tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento harmônico dos municípios do Estado de Santa Catarina, respeitando as vocações locais, buscando melhorar o nível de qualidade de vida da população, bem como trabalhar para equacionar, juntamente com as administrações municipais, as questões que dizem respeito à autonomia municipal e à distribuição das receitas e das competências municipais.

Deputado Natalino Lázare

\*\*\* X X X \*\*\*